



Relatório de Atividades do Legislativo 2022

**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
★
ESTADO DO PARÁ

Palavra do Presidente	03
Mesa Diretora	06
Líderes de Partidos	09
Deputados (19ª Legislatura)	12
Legislações Publicadas	20
Comissões Permanentes	39
Comissões Temporárias	50
Frentes Parlamentares	74
Procuradoria da Mulher	76
Bancada Feminina	80
Reuniões Realizadas	82
Participação em Conselhos	91
Departamento Legislativo	93
Ouvidoria.....	102
Escola do Legislativo.....	105
Departamento de Bem- Estar Social (DBES).....	109
Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC).....	117
Departamento de Memorial Legislativo.....	120
Núcleo Educacional Engº Waldemar Chaves.....	123
Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID)	125
Prestação de Contas	130
Anexos	134
Expediente	144

Sumário

A man in a suit and tie is shown from the chest up, holding a pen in his right hand. The image is overlaid with a blue geometric pattern consisting of several overlapping triangles and quadrilaterals. The text 'Palavra do Presidente' is written in a dark blue serif font, positioned to the right of the man's face. A solid blue square is located to the right of the text.

Palavra do Presidente



A Assembleia Legislativa do Estado do Pará é protagonista no debate de temas relevantes para o desenvolvimento regional e vem trabalhando de forma decisiva, mesmo diante de um cenário de pandemia.

Com atuação dos 41 parlamentares e sua equipe de funcionários, comprometidos em garantir melhorias à população paraense, o Poder Legislativo Estadual tem se dedicado a seguir sua missão, com muito trabalho, ética, transparência e gestão responsável, seja no debate, com ações legislativas; em comissões de estudos, de acompanhamento, de fiscalização e de investigação; frentes de trabalho ou na aprovação de leis.

Um parlamento unido e forte é o que melhor representa a sociedade. Certamente, isso reflete em melhores serviços prestados ao povo, principal foco da nossa gestão. Com a convicção do dever cumprido e seguindo o princípio constitucional de publicidade dos atos públicos, o Legislativo Estadual apresenta esse relatório, pois por meio desse trabalho, buscamos atender aos interesses e necessidades de diversos setores da sociedade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará é protagonista no debate de temas relevantes para o desenvolvimento regional e vem trabalhando de forma decisiva, mesmo diante de um cenário de pandemia.

Por fim, em nome de todos os parlamentares desta Casa de Leis, manifesto gratidão a todos os servidores que conseguiram tornar possíveis as ações e resultados apresentados nesta publicação, seguindo os objetivos da atual gestão que é trabalhar com responsabilidade e valorização das pessoas.

Deputado Francisco Melo (Chicão)

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



Mesa
Diretora
2º Biênio 2021-2022

A Mesa Diretora é órgão de direção dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado e se constitui do Presidente; 1º e 2º Vice-Presidentes; 1º, 2º, 3º e 4º Secretários e em sua composição é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com representação na Alepa e sua competência está descrita na Seção III, Art. 19 a 21 do Regimento Interno da Casa.



Francisco Melo (Chicão)
Presidente



Antonio Tonheiro
1º Vice-presidente



Michele Begot
2ª Vice-presidente



Professora Nilse
1ª Secretária



Dilvanda Faro
2ª Secretária



Victor Dias
3º Secretário



Hilton Aguiar
4º Secretário

Líderes de Partidos

Alex Santiago
Partido Progressista (PP)



Ana Cunha
Partido da Social Democracia (PP)

Delegado Caveira
Partido Liberal (PL)



Delegado Toni Cunha
Partido Social Cristão (PSC)

Dirceu Ten Caten
Partidos dos Trabalhadores (PT)



Eliel Faustino
União Brasil (União)

Fabio Figueiras
Partido Socialista Brasileiro (PSB)



Fábio Freitas
Republicanos (Repub)

Gustavo Sefer |
Partido Social Democrático (PSD) |



Hilton Aguiar
Avante (Avante) |

Igor Normando |
Podemos (Pode) |



Marinor Brito
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) |

Martinho Carmona |
Movimento Democrático Brasileiro (MDB) |



Miro Sanova
Partido Democrático Trabalhista (PDT) |

Thiago Araújo |
Cidadania (CID) |



Legislatura

Adriano Coelho |
PDT



Alex Santiago |
PP

Ana Cunha |
PSDB



Angelo Ferrari |
MDB

Antonio Tonheiro |
PP



Bordalo |
PT



| Chamonzinho
MDB



| Chicão
MDB



| Cilene Couto
PSDB



| Delegado Caveira
PL



| Delegado Nilton Neves
PSD



| Delegado Toni Cunha
PSC

Diana Belo |
MDB



Dilvanda Faro |
PT

Dirceu Ten Caten |
PT



Dr. Galileu |
REP

Dr. Jaques Neves |
UNIÃO BRASIL



Dr. Wanderlan |
MDB



Dr^a. Heloisa
PSDB



Eliel Faustino
DEM



Eraldo Pimenta
MDB



Fabio Figueiras
PSB



Fábio Freitas
REP



Gustavo Sefer
PSD

Hilton Aguiar
AVANTE



Igor Normando
PODEMOS

José Maria Tapajós
PP



Júnior Hage
PP

Luth Rebelo
PP



Marinor Brito
PSOL



[Martinho Carmona
MDB



[Michele Begot
PSD



[Miro Sanova
PDT



[Orlando Lobato
PSD



[Ozório Juvenil
MDB



[Paula Gomes
MDB

Prof^a. Nilse]
PDT]



Raimundo Santos]
PSD]



Renilce Nicodemos]
MDB]



Thiago Araújo]
CIDA]



Victor Dias]
UNIÃO BRASIL]





Legislações Publicadas 2022

LEGISLAÇÃO PUBLICADA - 2022

AUTOR	TIPO DE LEGISLAÇÃO							TOTAL
	EMENDA À CONSTITUIÇÃO	LEI COMPLEMENTAR	LEI	DECRETO LEGISLATIVO	RESOLUÇÃO	ATOS DA MESA	ATOS DA PRESIDÊNCIA	
Poder Executivo	01	08	56	00	00	00	00	65
Alepa	01	00	208	24	01	154	09	397
Outros Poderes	00	05	22	00	00	00	00	27
Total Geral	02	13	286	24	01	154	09	489

Poder Executivo

O alinhamento entre o Governo do Estado e a Alepa foi de suma importância para aprovação das principais leis de competência do Poder Executivo, para tanto contamos com a participação e o apoio dos Secretários de Estado para explicar e orientar os deputados sobre a relevância das proposições.

Em 2022, a Alepa aprovou e o governador sancionou 65 legislações do Poder Executivo:

LEI Nº 9.494/2022 - Revisa o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, com reflexos para o período 2022-2023.

LEI Nº 9.496/2022 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2022. (LOA)

LEI Nº 9.500/2022 - Revisa os vencimentos dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo, avançando também no processo de valorização da remuneração dos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado.

LEI Nº 9.509/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.032, de 20/03/2020, que cria o Fundo Esperança, destinado a dar apoio emergencial aos pequenos e microempreendedores, no âmbito do Estado.

LEI Nº 9.510/2022 - Altera a Lei Estadual nº 8.937, de 02/12/2019, para fixar em 100 o percentual de Gratificação de Risco de Vida devida a todos os servidores do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária/SEAP.

LEI Nº 9.511/2022 - Cria e acresce quantitativo, altera atribuições e requisitos de cargos no Quadro de Cargos de Provedimento Efetivo integrante do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Universidade do Estado do Pará/UEPA, de que trata a Lei Estadual nº 6.839, de 15/03/2006.

LEI Nº 9.512/2022 - Denomina o Terminal Hidroviário de Santarém como "Terminal Hidroviário de Santarém Joaquim da Costa Pereira".

LEI Nº 9.513/2022 - Altera dispositivo da Lei nº 8.899 de 27/09/2019 (autoriza o Governo de Estado do Pará a remanejar entre as áreas do Programa desta operação de crédito).

LEI Nº 9.514/2022 - Denomina de "Polo de Formação Bombeiro Militar 2º SGT BM PAULO RONALDO BATISTA" o Polo de Formação do 5º Grupamento Bombeiro Militar/5º GBM, em Marabá.

LEI Nº 9.517/2022 - Dispõe sobre a extinção da Ação Social Integrada do Palácio do Governo/ASIPAG.

LEI Nº 9.518/2022 - Autoriza o Poder Executivo a contratar crédito de 800 milhões (Asfalto por todo Pará II).

LEI Nº 9.519/2022 - Denomina 'Ponte Gerson Peres' a ponte sobre o Rio Meruú, no Km 49,80 da Rod. PA-151.

LEI Nº 9.525/2022 - Altera a Lei Estadual nº 7.570, de 22/11/2011, para criar a Diretoria de Feiras e Mercados na estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia/SEDEME.

LEI Nº 9.526/2022 - Reajusta o vencimento-base da carreira do Grupo Ocupacional de Perícia Técnico-Científicas da Polícia Científica do Pará.

LEI Nº 9.567/2022 - Estrutura, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda/SEFA, a Carreira da Administração Fazendária e a Carreira da Administração Financeira.

LEI Nº 9.568/2022 - Cria e estrutura, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração/SEPLAD, a Carreira de Gestão em Políticas Públicas e a Carreira de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho, e altera as Leis Estaduais nº 6.563, de 01/08/2003, e 8.933, de 29/11/2019.

LEI Nº 9.569/2022 - Cria a Zona Econômica de Produções e Serviços no Complexo Penitenciário de Santa Izabel do Pará.

LEI Nº 9.570/2022 - Altera a Lei Estadual nº 8.937, de 02/12/2019.

LEI Nº 9.571/2022 - Reestrutura a carreira de suporte às atividades da Procuradoria-Geral do Estado, passando a denominá-la Carreira de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado, e revoga as Leis Estaduais nº 6.813, de 25/01/2006, e 7.777, de 23/12/2013.

LEI Nº 9.572/2022 - Revoga o art. 16 da Lei Estadual nº 6.564, de 01/08/2003, e o art. 7º da Lei Estadual nº 8.613, de 03/04/2018.

LEI Nº 9.573/2022 - Altera a Lei Estadual nº 7.197, de 09/09/2008, que institui o auxílio-alimentação no âmbito do serviço público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

LEI Nº 9.575/2022 - Dispõe sobre o processo administrativo ambiental para apuração das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, as sanções cabíveis, além de tratar da conciliação ambiental, no âmbito da Administração Pública do Estado e altera as Leis Estaduais nºs 5.572 de 26/07/1993, e 5.887 de 09/05/1995.

LEI Nº 9.594/2022 - Regula o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres, e revoga as Leis Estaduais nºs 5.671, de 12/07/991, e 6.681, de 23/08/2004.

LEI Nº 9.596/2022 - Altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 8.908, de 06/11/2019, que institui o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará/SFEPA, dispõe sobre sua composição, objetivos, administração e tratamento tributário concernentes à exploração da infraestrutura física e operacional do transporte ferroviário de pessoas e bens no Estado do Pará.

LEI Nº 9.612/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.318, de 22/09/2021. (Institui o Programa Vale Gás).

LEI Nº 9.613/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.518, de 06/04/2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito destinada à execução do projeto denominado 'Asfalto por Todo Pará II'.

LEI Nº 9.623/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.568, de 02/05/2022, que cria e estrutura, no âmbito da SEPLAD, a carreira de Gestão em Políticas Públicas e a carreira de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho.

LEI Nº 9.624/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.571, de 02/05/2022, que reestrutura a Carreira de Suporte às Atividades da Procuradoria-Geral do Estado, passando a denominá-la Carreira de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado.

LEI Nº 9.625/2022 - Dispõe sobre a progressão funcional e a promoção na carreira dos servidores de Cargos de Provimento Efetivo da JUCEPA.

LEI Nº 9.646/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.593 de 13/05/2022, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado.

LEI Nº 9.647/2022 - Cria o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará/CEPCT e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará/MEPCT. Altera a Lei nº 7.029, de 30/07/2007, que trata da reestruturação organo-funcional da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/SEJUDH.

LEI Nº 9.648/2022 - Altera a Lei nº 1819, de 30/11/1959, que autorizou a criação do Banco do Estado do Pará S/A (BANPARÁ).

LEI Nº 9.649/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias/LDO para o exercício de 2023.

LEI Nº 9.656/2022 - Cria, na estrutura da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania/SEAC, cargos de provimento em comissão e altera o Anexo Único da Lei Estadual nº 9.045, de 29/04/2020.

LEI Nº 9.657/2022 - Altera a Lei Estadual nº 7.584, de 28/12/2011, para dispor sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social/SIEDS e a reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP.

LEI Nº 9.658/2022 - Abre Crédito Especial, para implementar ações institucionais e estruturais necessárias à melhoria das atividades do Tribunal de Justiça do Estado e do Ministério Público de Contas do Estado.

LEI Nº 9.659/2022 - Altera as Leis Estaduais nº 4.491, de 28/11/1973, e nº 5.810, de 24/01/1994. (aumento do limite de créditos consignados) (SEPLAD/BANPARÁ).

LEI Nº 9.660/2022 - Altera a Lei Estadual nº 7.594, de 28/12/2011, e institui retribuição pecuniária por participação em sessão aos membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações/JARI, do DETRAN.

LEI Nº 9.661/2022 - Trata da reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará.

LEI Nº 9.674/2022 - Altera a Lei Estadual nº 5.645, de 11/01/1991, que dispõe sobre critérios e prazos de créditos e repasse da cota-parte das parcelas do ICMS e outros tributos da arrecadação do Estado e por este recebidas, pertencentes aos Municípios.

LEI Nº 9.676/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.625, de 14/06/2022, que dispõe sobre a progressão funcional e a promoção na carreira dos servidores do Quadro de Cargos de Provedimento Efetivo na JUCEPA.

LEI Nº 9.707/2022 - Altera a Lei Estadual nº 8.930, de 14/11/2019, que dispõe, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160, de 07/08/2017, e do Convênio ICMS nº 190, de 15/12/2017, sobre a remissão e a anistia de créditos tributários, constituídos ou não, e sobre a restituição das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos, por legislação estadual publicada até o dia 08/08/2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do §2º do art. 155 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.710/2022 - Altera a Lei Estadual nº 5.810, de 24 /01/1994. (impede a nomeação, para cargos públicos estaduais, de indivíduos condenados ou que estejam cumprindo medidas restritivas por violência doméstica e contra a mulher/Lei Maria da Penha.

LEI Nº 9.719/2022 - Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11/09/1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/2001, para a adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28/12/2016.

LEI Nº 9.720/2022 - Altera a Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Regularização Fiscal/PROREFIS, relacionado com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias/ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

LEI Nº 9.731/2022 - Altera a Lei Estadual nº 7.591, de 28/12/2011. (TFRM)

LEI Nº 9.751/2022 - Altera a Lei Estadual nº 5.739, de 09/02/1993, que cria o Fundo de Investimento de Segurança Pública/FISP.

LEI Nº 9.752/2022 - Altera a Lei Estadual nº 6.572, de 08/08/2003.

LEI Nº 9.753/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.496, de 11/01/2022, que estima a receita e fixa despesas para o exercício financeiro de 2022.

LEI Nº 9.755/2022 - Altera a Lei Estadual nº 5.530, de 13/01/1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

LEI Nº 9.756/2022 - Altera a Lei Estadual nº 5.674, de 21/10/1991, que trata do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado/FDE, de que trata o art. 40 (Disposições Transitórias da Constituição do Estado).

LEI Nº 9.759/2022 - Altera as Leis Estaduais nºs 6.634, de 29/03/2004, e nº 8.667, de 04/07/2018.

LEI Nº 9.760/2022 - Autoriza o Estado do Pará a indenizar as sociedades empresárias prestadoras de serviço público de transporte urbano que isentarem a tarifa aos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM.

LEI Nº 9.771/2022 - Institucionaliza a política pública Territórios pela Paz (TerPaz) no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 9.772/2022 - Autoriza a prorrogação dos contratos temporários de pessoal com fim de vigência no mês de dezembro de 2022.

LEI Nº 9.781/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.048, de 29/04/2020, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará/PEMC-PA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 145/2022 - Altera a Lei Complementar Estadual nº 133, de 06/11/2020, que trata sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais/CF- no Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2022 - Altera a Lei Complementar nº 131, de 16/04/2020 - extingue a vacância de 6 meses entre vínculos temporários.

LEI COMPLEMENTAR Nº 148/2022 - Altera a Lei Complementar nº 39, de 09/01/2002 - aposentadoria dos policiais civis.

LEI COMPLEMENTAR Nº 149/2022 - Ajusta a Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 153/2022 - Altera a Lei Complementar Estadual nº 053, de 07/02/2006, que dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará/PMPA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2022 - Altera as Leis Complementares Estaduais nºs 039, de 09/01/2002, e 142, de 16/12/2021. (aumento do limite de créditos consignados).

LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2022 - Altera a Lei Complementar Estadual nº 061, de 24/07/2007, que institui a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas/FAPESPA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2022 - Altera a Lei Complementar Estadual nº 041, de 29/08/2002.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 84/2022 - Altera o § 2º do Art. 249 da Constituição do Estado do Pará (estabelece que o transporte interestadual e internacional de passageiros pode ser delegado mediante autorização).

Assembleia Legislativa

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2022 - Dispõe sobre a indenização das férias em pecúnia das licenças-prêmio dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito em Marabá, sobre o desmembramento do Distrito Rio Preto do Carajás.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de São Félix do Xingu, sobre o desmembramento do Distrito Ladeira Vermelha.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de Vizeu, sobre o desmembramento do Distrito Fernandes Belo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de Novo Repartimento, sobre o desmembramento do Distrito de Vitória da Conquista do Carajás.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de Marabá, sobre o desmembramento do Distrito Paragatins.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de Santarém, sobre o desmembramento do Distrito Lago Grande do Curuaí.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de São Félix do Xingu, para o desmembramento do Distrito de Taboca.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/2022 - Aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado, referente ao exercício financeiro de 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de São Félix do Xingu, acerca do desmembramento do Distrito de Gleba Sudoeste.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2022 - Dispõe sobre a realização de plebiscito no município de Marabá, acerca do desmembramento do Distrito do Brejo do Meio.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/2022 - Ratifica o Convênio ICMS 230/21, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária/CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2022 - Ratifica o Convênio ICMS 56/22, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária/CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2022 - Ratifica o Convênio ICMS que especifica, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária/CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2022 - Dispõe sobre a realização do plebiscito no Município de Almeirim, acerca do desmembramento do Distrito de Monte Dourado.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2022 - Ratifica o Convênio ICMS 10/22, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária/CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2022 - Prestação de Contas do Governo do Estado (Exercício de 2021).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21/2022 - Ratifica o Convênio ICMS 116/22, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária/CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/2022 - Ratifica os convênios ICMS nº 137, 138, 141, 142, 159 e 161/22, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária/CONFAZ, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ICMS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23/2022 - Reformula o Diário Oficial da Alepa, instituindo a versão digital, e revogando o DL 20/85.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31/2022 - Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, a ocorrência do estado de calamidade pública econômica no município de Almeirim.

Deputados

ALEX SANTIAGO

LEI Nº 9.541/2022 - Declara Patrimônio Cultural Paraense, a Farinha de Bragança

LEI Nº 9.668/2022 - Institui o Dia Estadual da Alfabetização

LEI Nº 9.700/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Irmão Edmilson P. Campos

ANA CUNHA

LEI Nº 9.566/2022 - Declara Patrimônio Cultural e Imaterial o Círio de São Francisco Xavier, de Barcarena

CARLOS BORDALO

LEI Nº 9.548/2022 - Denomina "Raimundo Balieiro de Leão", o Terminal Hidroviário de Limoeiro do Ajuru

LEI Nº 9.553/2022 - Cria o Calendário Estadual de Produção da Agricultura Familiar

LEI Nº 9.581/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Reis de Karatê

LEI Nº 9.587/2022 - Institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia

LEI Nº 9.618/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Mini e Pequenos Pescadores Artesanais de Cametá

LEI Nº 9.632/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Internacional Socioambiental do Brasil

LEI Nº 9.653/2022 - Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PEAAPF e dispõe sobre a compra institucional de alimentos da agricultura familiar e economia solidária

LEI Nº 9.692/2022 - Denomina "Usina da Paz Padre Bruno Sechi", a Usina da Paz instalada no bairro do Benguí, em Belém

LEI Nº 9.761/2022 - Veda homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo no Estado

LEI Nº 9.769/2022 - Denomina de "Leila Arruda" o terminal hidroviário de Curralinho, na Ilha do Marajó

CHAMONZINHO

LEI Nº 9.506/2022 - Declara de Utilidade Pública, o "Instituto Estela Souza", em Belém

LEI Nº 9.691/2022 - Declara de Utilidade Pública, o "Instituto Família Feliz de Marabá, Sul e Sudeste do Pará/IFAM", em Marabá

LEI Nº 9.730/2022 - Reconhece o "Stunt" ou "Grau" como modalidade esportiva de motociclismo

LEI Nº 9.745/2022 - Declara de Utilidade Pública a Associação dos Feirantes/Ambulantes da Fl. 28, de Marabá

CHICÃO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 85/2022 - Altera o §2º do artigo 39 da Constituição do Estado

LEI Nº 9.508/2022 - Declara de Utilidade Pública o Instituto de Solidariedade e Cidadania Salésio de Oliveira, de Augusto Corrêa

LEI Nº 9.582/2022 - Declara de utilidade pública para o Estado, a Associação de Moradores do Park São José, em Ananindeua.

LEI Nº 9.589/2022 - Institui o Dia Estadual de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral/AVC

LEI Nº 9.619/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Liga Esportiva de Curionópolis/LEC

LEI Nº 9.739/2022 - Revoga a Lei nº 8.474, de 27/04/2017, que declarou de Utilidade Pública, o Centro Social, Esportivo, Cultural, das Adversidades e de Garantia de Direitos Gileade

CILENE COUTO

LEI Nº 9.609/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Bola Branca

LEI Nº 9.718/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas

DELEGADO NILTON NEVES

LEI Nº 9.558/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto de Desenvolvimento Humano, Social, Cultural, Ambiental, Econômico, Educacional e Saúde "Instituto Seja Mais", de São Sebastião da Boa Vista

LEI Nº 9.608/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Centro Comunitário "Os Amiguinhos de Jesus"

LEI Nº 9.711/2022 - Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, as Amêndoas de Cacau

DELEGADO TONI CUNHA

LEI Nº 9.722/2022 - Declara de Utilidade Pública para o Estado, a Associação dos Moradores Nascidos e Criados em Parauapebas, Identidade e Cidadania/AMONPA

LEI Nº 9.740/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Janjão

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2022 - Concede o Título de Cidadão do Pará ao Sr. Braz de Oliveira Bueno

DIANA BELO

LEI Nº 9.520/2022 - Institui o Dia Estadual do DJ de Aparelhagem

LEI Nº 9.539/2022 - Institui o Dia Estadual de Mobilização e Combate ao Assédio Sexual contra Mulheres no Ambiente de Trabalho

LEI Nº 9.557/2022 - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial, a Festividade de São Francisco, em Garrafão do Norte

LEI Nº 9.580/2022 - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial, os Foliões de São Sebastião da Boa Vista, em Cachoeira do Arari

LEI Nº 9.588/2022 - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial, o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari

LEI Nº 9.595/2022 - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial, o Festival da Música Evangélica da Galiléia, na Vila da Galiléia, em Irituia

LEI Nº 9.602/2022 - Declara como Patrimônio Cultural Imaterial, a Festa de Reis, de Palestina do Pará

LEI Nº 9.610/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Projeto Arte de Viver Bem

LEI Nº 9.701/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Ronaldo Pantoja Fight Center, de Belém

LEI Nº 9.703/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores da Comunidade Príncipe da Paz/APPRUMCOPP, de Moju

LEI Nº 9.721/2022 - Institui a Semana Estadual da Agricultura e Sustentabilidade

LEI Nº 9.746/2022 - Institui o Dia Estadual de Conscientização da Apraxia de Fala na Infância/AFI

LEI Nº 9.748/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Atlética de Futsal Igarapeçuense de Igarapé-Açu
LEI Nº 9.766/2022 - Institui a Semana Estadual da Saúde do Trabalhador na Agricultura Familiar

DILVANDA FARO

LEI Nº 9.540/2022 - Institui o Junho Vermelho. Mês de Conscientização Sobre a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
LEI Nº 9.642/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Movimento Mulheres do Nordeste Paraense, de Capanema
LEI Nº 9.652/2022 - Declara Patrimônio Cultural e Imaterial, a Obra do Artista Sebastião Tapajós
LEI Nº 9.654/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Cooperativa Amazônica Agroindustrial. de Castanhal
LEI Nº 9.564/2022 - Declara Patrimônio Cultural e Imaterial, o ritmo Siririá
LEI Nº 9.667/2022 - Institui a Semana Estadual da Mulher Rural
LEI Nº 9.689/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Agroextrativista de Pescadores e Pescadoras, Aquicultores, Aquicultoras, Pequenos Agricultores e Agricultoras de Santa Cruz do Arari, em Sta Cruz do Arari.
LEI Nº 9.734/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Santana Água Preta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento/PA PILÃO POENTE III- ASAP, de Anapú
LEI Nº 9.776/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pequenos e Mini Produtores Rurais Júlio Marinho/AMPERJUM, de Mãe do Rio

DIRCEU TEN CATEN

LEI Nº 9.498/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Nova Amazônia/INÁ, de Bragança
LEI Nº 9.523/2022 - Institui o Dia Estadual do Riso, denominado "Epaminondas Gustavo"
LEI Nº 9.538/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Santarena de Desporto Paralímpico/ASDEPA
LEI Nº 9.559/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Assentamento do projeto agroextrativista da comunidade XICANTÃ - AAPACXI
LEI Nº 9.579/2022 - Altera a Lei Estadual nº 8.972, de 13/01/2020, que trata da autenticação de documentos por advogados em processos administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual
LEI Nº 9.584/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Combate às Deformidades Faciais do Nordeste Paraense/ADEFACE
LEI Nº 9.605/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Pedra de Amolar/APPPA
LEI Nº 9.633/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Pequenos Agricultores do Bom Jesus - ASPABOM JESUS
LEI Nº 9.662/2022 - Institui a Política Estadual para a População Migrante. Seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado
LEI Nº 9.670/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz
LEI Nº 9.696/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Instituição Evangélica Social Brasileira/INESB
LEI Nº 9.725/2022 - Institui o Dia Estadual do (a) Chef Embaixador(a)
LEI Nº 9.732/2022 - Institui o Dia Estadual do(a) Chef de Cozinha/Cozinheiro(a)
LEI Nº 9.741/2022 - Institui o Dia Estadual do Trabalhador em Condomínio

LEI Nº 9.768/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Cooperativa Industrial Agro Sustentável da Transamazônica e Best Regards 1633/COOIAST

LEI Nº 9.774/2022 - Declara de Utilidade Pública para o Estado, o Instituto Social Jovens Agindo e Portas se Abrindo/JAPA

DR. GALILEU

LEI Nº 9.524/2022 - Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/TDAH, Transtorno Opositivo-Desafiador/TOD

LEI Nº 9.556/2022 - Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Dislexia

LEI Nº 9.671/2022 - Declara de Utilidade Pública a Associação Civil e Cultural Grupo Folclórico Boi Bumbá Malhadinho

LEI Nº 9.687/2022 - Institui a Campanha Estadual de Conscientização Contra o Abandono de Animais

LEI Nº 9.699/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Conselho de Pastores Evangélicos de Altamira

LEI Nº 9.779/2022 - Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

DR. JAQUES NEVES

LEI Nº 9.669/2022 - Institui o Dia Estadual da Educação Adventista

DR. WANDERLAN

LEI Nº 9.599/2022 - Altera a Lei nº 8.972, de 13/01/2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado

LEI Nº 9.585/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Agroextrativistas e Pescueiros do Rio Samanajos/APPRAEP-RS

LEI Nº 9.601/2022 - Declara a Maniçoba Patrimônio Cultural Imaterial

LEI Nº 9.606/2022 - Declara o Pato no Tucupi Patrimônio Cultural Imaterial do Estado

LEI Nº 9.614/2022 - Institui o Dia Estadual do Ultrassonografista.

LEI Nº 9.679/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Nova Aliança/INA, de Belém.

LEI Nº 9.688/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos Iorubá de Santa Luzia do Bom Prazer - Vila Poacê, de Moju.

LEI Nº 9.706/2022 - Declara Patrimônio Cultural, a Corrida de Cavalo Marajoara de Cachoeira do Arari

LEI Nº 9.713/2022 - Declara Patrimônio Cultural Imaterial, as Aparelhagens de Som

LEI Nº 9.758/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Federação de Karatê do Pará/FKEPA

DR^a. HELOÍSA

LEI Nº 9.497/2022 - Declara de Utilidade Pública, as Obras Sociais Agostinianas Recoletas

LEI Nº 9.560/2022 - Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Epilepsia

LEI Nº 9.726/2022 - Institui o Dia Estadual de Combate e Conscientização do Câncer de Cabeça e Pescoço

LEI Nº 9.733/2022 - Denomina "Dr. Roberto Hesketh Cavalleiro de Macedo", o Hospital de Pronto Socorro, em construção em Belém

ELIEL FAUSTINO

LEI Nº 9.650/2022 - Dispõe sobre a divulgação de Campanha de Doação de Sangue nas Salas de Cinemas

LEI Nº 9.717/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Social, Cultural e Esportivo do Maguari/ISCEEM

LEI Nº 9.775/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Fundação de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável Guamá/FUNDAÇÃO GUAMÁ

ERALDO PIMENTA

LEI Nº 9.617/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias de Irituia/AACSEI

FÁBIO FIGUEIRAS

LEI Nº 9.535/2022 - Institui a "Sessão Azul" de cinema, que reserva sessões de cinema às pessoas com Transtorno do Espectro Autista/TEA

LEI Nº 9.550/2022 - Institui o Dia Estadual do Humor

LEI Nº 9.681/2022 - Dispõe sobre os exames e procedimentos médicos ginecológicos realizados no Estado

LEI Nº 9.690/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Social e Beneficente Distrital/ASBED

LEI Nº 9.778/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Ana Karime/IAK

FÁBIO FREITAS

LEI Nº 9.576/2022 - Institui o Dia Estadual do Cosplay

LEI Nº 9.603/2022 - Institui o Dia do Promotor de Vendas

LEI Nº 9.533/2022 - Dispõe sobre a Campanha de Conscientização e Estímulo à Doação de Sangue, Tecidos, Órgãos e outros Doações para Fins Humanitários/CEDOA

LEI Nº 9.547/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Visão Pioneira de Icoaraci/COCAVIP

LEI Nº 9.629/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Econômico Social Ápio França/ASAF

LEI Nº 9.634/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Apostólico Social no Brasil e Exterior/IASBE

LEI Nº 9.639/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pastores Evangélicos de Parauapebas/APEP

LEI Nº 9.685/2022 - Declara Patrimônio Cultural Imaterial, a Corrida de Cavalos Marajoara de Ponta de Pedras

LEI Nº 9.697/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Restaurando Vidas

LEI Nº 9.714/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do bairro do Setor Viviane, de Redenção

LEI Nº 9.736/2022 - Institui o Mês Estadual da Escola Bíblica de Férias

LEI Nº 9.749/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Cooperativa dos Pescadores e Agricultores Ribeirinhos do Rio Cajá/COOPARCA

LEI Nº 9.765/2022 - Declara de Utilidade Pública para o Estado, a Associação Comunitária de Apoio a Cabanagem/ACAC.

GUSTAVO SEFER

LEI Nº 9.565/2022 - Declara Patrimônio Cultural, a Festividade de São Pedro do Areião, em Mosqueiro

LEI Nº 9.665/2022 - Trata da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

LEI Nº 9.675/2022 - Obriga prestadoras de serviço, informar ao consumidor sobre funcionários habilitados

HILTON AGUIAR

LEI Nº 9.545/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto de Inclusão Social do Oeste do Pará

LEI Nº 9.695/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Monte de Paz Serviços de Obras Sociais

LEI Nº 9.767/2022 - Denomina de "Professora Jussara Terezinha", a Escola Estadual de Ensino Médio, a ser inaugurada no Distrito de Miritituba, em Itaituba

IGOR NORMANDO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2022 - Concede Título de Cidadão do Pará ao Sr. Roque Quagliato

LEI Nº 9.026/2022 - Institui a Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas Escolas Públicas

LEI Nº 9.549/2022 - Cria o selo "Pará Sem Maus-Tratos: produto não testado em animais"

LEI Nº 9.591/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Francisco de Assis/INFRANS

LEI Nº 9.598/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Centro Comunitário Bom Jesus

LEI Nº 9.628/2022 - Declara Patrimônio Cultural, o "RAID Alenquer - Curuá", de Alenquer e Curuá

LEI Nº 9.651/2022 - Declara Patrimônio Cultural, a Abertura da Pesca do Mapará, de Cametá

LEI Nº 9.666/2022 - Instituir a Semana Estadual do Combate à Violência Obstétrica

LEI Nº 9.678/2022 - Institui o Dia Estadual da Conscientização sobre a Mielomeningocele

LEI Nº 9.698/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Esportiva e Social da Marina Pública de Belém

JOSÉ MARIA TAPAJÓS

LEI Nº 9.702/2022 - Institui o Dia Estadual do Agricultor

LEI Nº 9.705/2022 - Denomina de "Dr. Álvaro de Oliveira Duarte", o Hospital Materno Infantil de Santarém

JÚNIOR HAGE

LEI Nº 9.507/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores e Amigos do Distrito Industrial

LEI Nº 9.638/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Federação Paraense de Futebol 7 Society/ F.P.F.7.S

LEI Nº 9.672/2022 - Denomina de "Rodovia Engenheiro Nelsi Neif Sadeck", a PA- 423, de Monte Alegre.

LUTH REBELO

LEI Nº 9.641/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Rio Coelho - Ilha Serraria - Ponta São Benedito - Boca do Anap/ASMOBAN, de Igarapé-Miri.

LEI Nº 9.643/2022 - Institui o Dia Estadual do Advogado Previdenciário

LEI Nº 9.744/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Baionense de Pescadores Artesanais Esportivos Agroextrativista/ABPAEAE, de Baião

MARINOR BRITO

LEI Nº 9.505/2022 - Institui a Semana Cabana no Estado

LEI Nº 9.577/2022 - Institui o Dia Estadual do Samba

LEI Nº 9.555/2022 - Institui a Semana Estadual dos Contadores e Contadoras de Histórias e dos Mediadores e Mediadoras de Leitura

LEI Nº 9.534/2022 - Declara Patrimônio Cultural Imaterial, a Garapeira Ypiranga

LEI Nº 9.542/2022 - Institui o Dia Estadual do Casal Mestre Sala/Porta Bandeira e Porta Estandarte

LEI Nº 9.607/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Mutirão pela Cidadania

LEI Nº 9.616/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Coletivo de Mulheres do Xingu

LEI Nº 9.637/2022 - Obriga academias, estabelecimentos de atividade física e afins a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco ou sofra assédio/importunação sexual em suas dependências

LEI Nº 9.677/2022 - Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Violência contra a Mulher nas Escolas Públicas

LEI Nº 9.763/2022 - Cria o Dia Marielle Franco, de Luta das Mulheres Negras, Periféricas, LGBTI+ e Mães Solo

MARTINHO CARMONA

LEI Nº 9.546/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto de Assistência a Dependentes Químicos e Egressos do Sistema Penitenciário/Instituto Liberdade

LEI Nº 9.627/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Sustentabilidade Social do Pará

LEI Nº 9.694/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto da Mulher Quarto Secreto

LEI Nº 9.780/2022 - Denomina de "Rodovia Dr. Faisal Salmena", a Rodovia PA-275, em Parauapebas

MICHELE BEGOT

LEI Nº 9.367/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Anjos da Guarda

LEI Nº 9.578/2022 - Determina a veiculação de propagandas que reprovam a violência contra a mulher e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nos eventos culturais, artísticos, esportivos e nos meios de comunicação do Poder Executivo Estadual ou de suas Secretarias

LEI Nº 9.521/2022 - Institui o Dia Estadual da Menina

LEI Nº 9.563/2022 - Denomina "Antônia Corrêa", a Usina da Paz em construção na Nova União, em Marituba

LEI Nº 9.544/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Pará

MIRO SANOVA

LEI Nº 9.583/2022 - Veda aos profissionais de saúde, operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde, a exigência do consentimento de cônjuge ou companheiro para realizar ou autorizar a realização da inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU), de implante contraceptivo ou de injeção anticoncepcional

LEI Nº 9.593/2022 - Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais

LEI Nº 9.636/2022 - Altera a Lei Estadual nº 9.278/2021 e obriga a comunicação aos órgãos competentes, nos casos de maus-tratos à animais em condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres

LEI Nº 9.680/2022 - Institui o Dia Estadual do Digital Influencer

LEI Nº 9.673/2022 - Denomina "Amintas Pinheiro", a Usina da Paz instalada no bairro do Icuí, em Ananindeua

LEI Nº 9.704/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto de Defesa e Amparo/IDEA, de Belém

LEI Nº 9.728/2022 - Altera a Lei nº 4.814/87, que garante Título de Utilidade Pública ao Sindicato dos Fotógrafos do Estado do Pará

LEI Nº 9.757/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Clube de Futebol para Cegos do Pará

LEI Nº 9.770/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Movimento Comunitário Cristo Rei, de Ananindeua

OZÓRIO JUVENIL

LEI Nº 9.552/2022 - Declara de Utilidade Pública, a ONG Ação Social da Matinha, de Belém

LEI Nº 9.600/2022 - Denomina "EEEFM Lourival Menezes", a nova Escola Pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio, em construção em Baião

LEI Nº 9.631/2022 - Declara de Utilidade Pública, a ONG Colônia de Pescadores Z 31, de Prainha

PAULA GOMES

LEI Nº 9.561/2022 - Declara Patrimônio Cultural, Material e Imaterial, Paisagístico e Ecológico, a Praia do Farol Velho, em Salinópolis

LEI Nº 9.586/2022 - Declara de Utilidade Pública, a REDESTUR

LEI Nº 9.604/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto São Paulo

LEI Nº 9.615/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação da Marujada de São Sebastião de Capanema

LEI Nº 9.640/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto de Desenvolvimento Social/IDESO

LEI Nº 9.663/2022 - Declara Patrimônio Cultural, Material e Imaterial Paisagístico e Ecológico, a Praia do Maçarico, em Salinópolis

LEI Nº 9.684/2022 - Declara Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Paisagístico e Ecológico, a Praia do Atalaia, em Salinópolis

LEI Nº 9.686/2022 - Declara Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Paisagístico e Ecológico, a Praia da Corvina, em Salinópolis

LEI Nº 9.708/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores Remanescentes do Quilombo do Tipitinga/AMORQUIT

LEI Nº 9.729/2022 - Declara Patrimônio Cultural Material e Imaterial, paisagístico, turístico e ambiental, a Fonte do Caranã, em Salinópolis.

LEI Nº 9.747/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Rosemira Moraes/IRM

LEI Nº 9.773/2022 - Institui a Política Estadual de Turismo em Base Comunitária

PROF^a NILSE

LEI Nº 9.516/2022 - Dispõe sobre o prêmio "Conselheiro Amigo da Criança", aos profissionais da socioeducação que atuam no combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes

LEI Nº 9.551/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Ação Social Católica Beato José de Anchieta

LEI Nº 9.537/2022 - Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, a Banda de Música do IFPA, de Belém

LEI Nº 9.554/2022 - Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, as Ilhas de Ananindeua
LEI Nº 9.597/2022 - Proíbe o uso, armazenamento, fabricação e comercialização de linhas cortantes
LEI Nº 9.620/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Federação Paraense de Karatê/FEPAK
LEI Nº 9.635/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Nacional Direito e Cidadania
LEI Nº 9.622/2022 - Cria a Campanha Permanente Contra a Importunação Sexual de Mulheres nos Estádios
LEI Nº 9.664/2022 - Institui a Semana Estadual da Mulher Empreendedora
LEI Nº 9.644/2022 - Dispõe sobre o Dia Estadual do Concurseiro
LEI Nº 9.645/2022 - Institui a Semana de Mobilização e Enfrentamento ao "Stalking" Contra Mulheres
LEI Nº 9.715/2022 - Dispõe sobre o Dia Estadual da Conectividade
LEI Nº 9.693/2022 - Dispõe sobre o Dia Estadual de Defesa dos Direitos e Prerrogativas dos Advogados
LEI Nº 9.738/2022 - Institui a campanha de inclusão digital para a pessoa idosa "Conecta na Melhor Idade"
LEI Nº 9.743/2022 - Declara Patrimônio de Natureza Imaterial, a Festividade de São Benedito, de Ananindeua
LEI Nº 9.764/2022 - Cria a Semana Estadual de Mobilização e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa

RAIMUNDO SANTOS

LEI Nº 9.522/2022 - Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado, a Luta Marajoara
LEI Nº 9.515/2022 - Estabelece o programa "Mulher Empreendedora Cidadã/MEC", com medidas de incentivo e apoio ao empreendedorismo feminino de micro e pequeno porte
LEI Nº 9.562/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Ourilândia do Norte
LEI Nº 9.543/2022 - Declara Patrimônio de Natureza Imaterial, o distrito de Alter do Chão, em Santarém
LEI Nº 9.621/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Federação Paraense de Luta Marajoara
LEI Nº 9.630/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Paraense/AEPA
LEI Nº 9.655/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Comercial e Industrial de Novo Progresso
LEI Nº 9.716/2022 - Institui o Dia Estadual da Regularização Fundiária
LEI Nº 9.727/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Beneficente e Educacional de Moradores e Produtores Rurais do Rio Meruí/Associação Nova Esperança
LEI Nº 9.762/2022 - Institui o Programa de Formação de Campeões do Breaking para as Olimpíadas de 2024

RENILCE NICODEMOS

LEI Nº 9.536/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Associação Ulysses Pereira
LEI Nº 9.750/2022 - Declara de Utilidade Pública, o Instituto Humanitário da Amazônia/IHAM
LEI Nº 9.777/2022 - Declara de Utilidade Pública, a Cooperativa de Trabalho de Profiss. Autônomos do Pará

THIAGO ARAÚJO

LEI 9.742/2022 - Declara Patrimônio Cultural Imaterial, a Berlinda de Nossa Senhora de Nazaré

VICTOR DIAS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2022 - Concede o título de Cidadão do Pará a Alysson Paolinelli

Outros Poderes

DEFENSORIA PÚBLICA

LEI Nº 9.503/2022 - Dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, com fulcro no art. 37, X, da Constituição Federal c/c o art. 190-A, II, da Constituição do Estado do Pará.

LEI Nº 9.723/2022 - Acrescenta dispositivos na Lei Estadual nº 6.717, de 26/01/2005, que dispõe sobre o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado/FUNDEP.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

LEI COMPLEMENTAR Nº 152/2022 - Altera a Lei Complementar nº 86, de 03/01/2013, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2022 - Altera a Lei Complementar nº 09, de 27/01/1992 (Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

LEI Nº 9.501/2022 - Dispõe sobre a atualização do valor do vencimento e dos proventos dos servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Ministério Público.

LEI Nº 9.502/2022 - Modifica a Lei Estadual nº 8.330, de 29/12/2015, que criou o Auxílio-Saúde no âmbito do Ministério Público. (ANEXO Resolução Nº 223, de 16/12/2020).

LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2022 - Transforma cargos de provimento em comissão no quadro de servidores do Ministério Público.

LEI Nº 9.712/2022 - Regulamenta o art. 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988; estabelece o percentual mínimo dos cargos e funções em comissão a ser ocupado por servidores efetivos, no Ministério Público.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

LEI Nº 9.528/2022 - Dispõe sobre os subsídios dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

LEI Nº 9.529/2022 - Dispõe sobre os subsídios dos Auditores, também denominados Conselheiros Substitutos, do Tribunal de Contas do Estado.

LEI Nº 9.530/2022 - Altera a Lei nº 8.037, de 05/09/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado.

LEI Nº 9.626/2022 - Dispõe sobre a revisão geral anual da tabela remuneratória do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado.

LEI Nº 9.683/2022 - Dispõe sobre vantagens funcionais dos Auditores, também denominados Conselheiros Substitutos, do Tribunal de Contas do Estado.

LEI Nº 9.709/2022 - Dispõe sobre vantagens funcionais dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

LEI Nº 9.527/2022 - Dispõe sobre os subsídios dos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios.

LEI Nº 9.531/2022 - Dispõe sobre os subsídios dos Conselheiros-substitutos do Tribunal de Contas dos Municípios.

LEI Nº 9.532/2022 - Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 9.493/2021.

LEI Nº 9.682/2022 - Dispõe sobre vantagens funcionais dos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios.

LEI Nº 9.724/2022 - Dispõe sobre vantagens funcionais dos Auditores, também denominados Conselheiros Substitutos, do Tribunal de Contas dos Municípios.

LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2022 - Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

LEI Nº 9.499/2022 - Dispõe sobre a revogação da Lei Estadual nº 7.733, de 20/09/2013, aprovado na 4ª Sessão Ordinária do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, ocorrida em 02/02/2022.

LEI Nº 9.574/2022 - Altera a Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros anexa à Lei Estadual nº 8.331, de 29/12/2015, que dispõe sobre os emolumentos devidos pelos atos praticados no exercício dos serviços notariais e de registro e dá outras providências.

LEI Nº 9.590/2022 - Dispõe sobre a alteração dos requisitos para provimento do cargo em comissão de Diretor de Secretaria no Poder Judiciário do Estado.

LEI Nº 9.592/2022 - Dispõe sobre a alteração do sistema de reajuste do subsídio da magistratura do Poder Judiciário do Estado.

LEI Nº 9.611/2022 - Dispõe sobre alterações na estrutura organofuncional de unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 146/2022 - Dispõe sobre a revogação dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 14, de 17/11/1993.

LEI Nº 9.754/2022 - Dispõe sobre a antecipação da conversão em pecúnia de férias e de licença prêmio de servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado.

Comissões Permanentes

As Comissões são órgãos temáticos formados pelos deputados para debater e votar as propostas legislativas relacionadas a seus temas e, observada a competência específica, emitem pareceres sobre as propostas antes que sejam submetidas ao Plenário.



Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Analisa a constitucionalidade e legalidade de todos os projetos que dão entrada na Alepa. Nas demais comissões, os projetos em tramitação na CCJ e CFFO são remetidos, quando há necessidade de análises técnicas dos temas e os conteúdos mais específicos.



Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - CFFO

Analisa e emite parecer sobre projetos relativos ao Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, créditos adicionais e sobre contas apresentadas, anualmente, pelo Governo do Estado e pelos Tribunais de Contas. Também é responsável por examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas da Mesa Diretora, fiscalização orçamentária de planos e programas estaduais e regionais e parecer quanto às questões financeiras das proposições, desde que estas influam na despesa pública ou do patrimônio.



Comissão de Educação - CEDU

Opina sobre o desenvolvimento cultural e artístico, educação pública e particular, saúde pública, higiene e assistência sanitária. Neste ano, deram entrada na Comissão 1 Projeto de Resolução, 10 Projetos de Lei e 15 Projetos de Decreto Legislativo.

Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas - CTCOP

Opina sobre viação, transportes, comunicações e obras públicas.



Comissão de Agricultura, Terras, Indústria e Comércio - CATIC

Opina sobre assuntos relacionados às atividades agropecuárias, do cooperativismo, indústria, comércio e temas fundiários em geral.



Comissão de Turismo e Esporte - CTE

Opina sobre assuntos referentes aos esportes e turismo em geral, realizando ou estimulando congressos, debates e conferências que visem o intercâmbio e o desenvolvimento esportivo e turístico do Estado.



Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor-CDHDC

Opina sobre assuntos referentes aos esportes e turismo em geral, realizando ou estimulando congressos, debates e conferências que visem o intercâmbio e o desenvolvimento esportivo e turístico do Estado.

Atua em demandas de violações de direitos do consumidor e qualquer situação que atente contra os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito. Em 2022, a CDHDC atuou realizando diversas ações, tais como:



- Em parceria com o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará/ CEDENPA, se reuniu com o Procurador Geral de Justiça - PGJ, para tratar da criação da Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo do MPPA;
- Solicitou o cumprimento da Política Nacional de Humanização/PNH;
- Reuniu com o MPPA e Secretaria de Estado de Justiça de Direitos Humanos, para debater o acompanhamento da atuação da Secretaria na gestão do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos;
- Participou do evento em memória das vítimas da Chacina de Pau D'Arco;
- Solicitou providências a todos os Shoppings Centers do Estado para adoção de medidas de proteção para inibir tentativas de suicídio;
- Apresentou proposta de mediação sobre ações de despejos rurais no Pará;
- Realizou ações em conjunto com o Centro de Atendimento ao Cidadão;
- Recepcionou representantes do Parlamento Europeu na ALEPA;
- Solicitou à Prefeitura Municipal de Paragominas providências a respeito da falta de medicamentos, profissionais e precariedades na estrutura de saúde do Centro de Atenção Psicossocial/CAPS II do município;
- Recebeu apelo por intermediação junto à Embaixada Brasileira em Paramaribo-Suriname para garantir direito à cidadania a brasileiro nascido fora do seu país, o que foi realizado através da solicitação junto aquela Embaixada da emissão de documentos de registros de cidadania;
- Encaminhou ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas-/NDDH da Defensoria Pública do Estado/DPE, a informação do caso de dois passageiros vítimas do naufrágio ocorrido em 08/09/2022, próximo da Ilha de Cotijuba, bem como, a solicitação de amparo do Estado aos familiares que demandaram apoio em diferentes segmentos, tais como, a emissão de documentação, os trâmites necessários para que o velório ocorresse no Marajó e ao cuidado referente à saúde mental;
- Participou da formação sob o tema "Filosofia Africana: Desafios na Contemporaneidade", com a presença do PHD Tiago Tendai Chingore, no Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará/CEFOR-PA. O evento integra o Projeto Djumbai: Educação Popular Antirracista e Cooperação Solidária Amazônia & África;
- Participou da certificação dos profissionais que concluíram o curso Empoderamento Feminino, que integra o projeto "Educação e Diversidade de Gênero: Formando para o Empoderamento Feminino";
- Solicitou junto a diversos órgãos a efetivação dos Direitos Humanos de grupos ameaçados, envolvendo violência de gênero, política, obstétrica, etc.

Comissão de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais - CDAEAM

Opina sobre propostas de à alteração político-administrativa do Estado, especialmente criação, incorporação, fusão e desmembramentos de Municípios, verificando requisitos constitucionais e legais, promovendo diligências, obtendo informações e dados indispensáveis, elaborando o projeto de Decreto Legislativo, autorizando o plebiscito e, conforme o resultado deste, o respectivo Projeto de Lei; estuda e debate a redivisão político-administrativa do Estado, e assuntos de interesse municipal e aprecia ou elabora projetos que, direta ou indiretamente, impliquem modificações na estrutura político-administrativa do Estado, e opinar sobre matérias que sejam de interesse do Município.

Atualmente, existem 61 processos em tramitação solicitando Emancipação Político Administrativa, alteração de limites, desmembramento e fusão, mas que estão com alguma documentação faltante para prosseguimento; 23 processos solicitando Emancipação, no entanto, após análise dos documentos existentes foram identificadas pendências documentais e/ou ausências em cada processo, sem os quais não poderão dar continuidade ao Estudo de Viabilidade Municipal; 22 processos em tramitação que obedecem a lei e estão em condições de seguir os próximos trâmites e plebiscito e 12 processos em tramitação na Comissão que estão no TRE.



Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia - CEMAGME

Opina sobre projetos que, direta ou indiretamente, impliquem em alterações no meio-ambiente; realiza campanhas educativas que objetivem a preservação e conservação do meio-ambiente e das fontes de energia; encaminha às autoridades competentes denúncias relativas à agressões ao



meio ambiente, em todas as suas formas de manifestação; promove diligências, inclusive com verificação in loco, visando apurar as causas de desequilíbrio ecológico ou degradação do meio-ambiente no território paraense; opina sobre a política mineral global do Estado, acompanhando as atividades decorrentes da execução, sugerindo medidas ou diretrizes para política dos levantamentos geológicos básicos, propondo ações com vistas a otimizar e estimular o desenvolvimento da tecnologia mineral, com a racionalização das atividades decorrentes da mineração.

Em 2022, foram realizadas 2 reuniões extraordinárias da CEMAGME, em que foram discutidos e apreciados projetos de lei e de decreto legislativo, bem como receberam o Relatório de Gestão de Recursos Hídricos, elaborado e encaminhado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), do Projeto “Novas Minas”, sob responsabilidade da empresa Mineração Rio do Norte, nos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro, neste Estado.



Comissão de Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social - CRTPAS

Dá parecer em proposições que tratem de assunto de natureza trabalhista e previdenciária dos servidores do Estado, bem como de matéria atinente à assistência social que envolva interesse das crianças, adolescentes e idosos; promove inquéritos, investigações, simpósios, debates e estudos sobre o cumprimento e repercussão socioeconômica das normas asseguradas dos direitos trabalhistas e previdenciários, inscritas na Constituição e nas Leis Federais e Estaduais; divulga, através de conferências, exposições e pelos meios disponíveis, nos sindicatos, escolas, clubes, centros comunitários, associações profissionais, centrais sindicais, as normas regulamentadoras do trabalho da mulher, dos menores de 18 anos e do trabalhador rural, bem como os preceitos de previdência e assistência social; dá ciência às autoridades competentes de denúncias sobre violação a acordos coletivos, dissídios, contratos coletivos, convenções ou qualquer outra forma de

contrato de trabalho, solicitando a tomada de providências; patrocina a realização de inquérito para investigar suas causas, propondo medidas com vistas a assegurar a plenitude do gozo dos direitos trabalhistas e a intermediação de seus membros, se assim o desejar uma parte em litígio, por ocasião de acordos coletivos de trabalho nos setores econômicos do Estado e regiões onde se verifiquem maiores conflitos trabalhistas, realiza campanhas de esclarecimento e divulgação dos dispositivos legais referentes às relações de trabalho, previdência e assistência social, crianças, adolescentes e idosos.

Comissão de Prevenção às Drogas - COPRED

Analisa e emite parecer sobre as matérias relacionadas ao uso de drogas em geral; atua no sentido de promover, em todos os níveis, estudos e medidas de prevenção do uso indevido de drogas; elaborar e apresentar proposições referentes ao campo do abuso de droga, tendo em vista principalmente o seu controle e prevenção de seu uso; mantém permanentemente contato com o Poder Executivo para que possa acompanhar de forma efetiva as ações desenvolvidas na órbita daquele Poder no combate e repressão às drogas ilegais, bem como realiza o intercâmbio com organismos públicos e privados, estaduais, nacionais e internacionais, ligados ao assunto para que se mantenha uma atualização genérica e particularizada do problema. Em 2022, a COPRED atuou realizando diversas ações, tais como:

- Participou na Campanha de prevenção a automutilação nas escolas estaduais, proposta pela Companhia Independente de Polícia Escolar/CIPOE e Secretária Estadual de Educação/SEDUC;
- Realizou palestra de prevenção às drogas na Prefeitura de Eldorado dos Carajás e em Santana do Araguaia;
- Visitou o Ministério da Cidadania na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/SENAPRED, em Brasília;
- Participou da Solenidade de 31º aniversário da criação da Companhia Independente de Polícia Escolar/CIPOE);
- Visitou Comunidades Terapêuticas em Mosqueiro e em Salinas, que realizam o acolhimento de dependentes químicos, onde foi realizada palestra de prevenção às drogas para todos jovens ali presentes;



- Realizou Seminário “O Novo Plano Nacional de Políticas sobre Drogas e a Juventude da Rede Estadual de Ensino”;
- Realizou o 1º Seminário Intersetorial “A Promoção da Saúde nas Escolas, com Ênfase na Prevenção da Iniciação ao Tabagismo”, com a diretoria de políticas de atenção integral à saúde, coordenação estadual de controle de doenças crônicas não transmissíveis e diretores de unidades escolares da rede estadual de ensino e gestores de unidades SEDUC;
- Promoveu ação alusiva ao Dia Mundial Sem Tabaco;
- Realizou palestra nas Escolas Aldebaro Klautau e Padre Francisco Berton, sobre os malefícios das drogas para o organismo humano;
- Participou do FREEMIND 2022, sobre o tema “Proteger Nossos Jovens das Drogas é o Nosso Maior Compromisso com o Futuro!”, em Campinas;
- Realizou a Semana Paraense de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas, apresentando a “Conferência Livre da Juventude Paraense, em discussão: A política estadual de drogas”, o 1º Encontro de formação de educadores em saúde na prevenção da iniciação do uso do tabaco e enfrentamento da epidemia de nicotina entre adolescentes e jovens e a realização no ginásio da UEPA, os torneios de Vôlei “Esporte e Educação: unidos contra às drogas”;
- Realizou a Marcha Contra às Drogas, em Belém no dia 25.06.2022, com cerca de dois mil participantes, incluindo escolas, instituições de saúde e instituições integrantes do conselho estadual sobre drogas - CONED;
- Participou na formatura de 906 alunos de escolas municipais e estaduais de Belém, atendidas pelo Programa de Resistência às Drogas e à Violência;
- Participou do encerramento do curso de panificação do projeto, ofertado aos acolhidos em tratamento de dependência química Projeto Ministério AME, em Paragominas, a convite da pastora Winne Franco;



Comissão de Segurança Pública - CSP

Opina sobre o mérito das matérias sobre segurança pública em tramitação na Alepa; realiza audiências públicas para discutir com a sociedade soluções para questões de segurança pública, encaminhando os resultados ao Poder Executivo; estabelece comunicação permanente com a sociedade, para receber sugestões, críticas e denúncias contra a atuação das Polícias Militar e Civil; solicita ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Estado de Segurança Pública as informações que julgar necessárias sobre fato determinado; elabora proposições para discussão da Alepa.

Comissão de Redação

Revisa, ordena, aperfeiçoa a técnica legislativa e elabora a redação final das proposições aprovadas em plenário, sem modificar o sentido e o conteúdo.



Comissão de Cultura - CCULT

Opina sobre o desenvolvimento cultural e artístico. Ao longo de 2022, realizou 04 reuniões ordinárias para apreciação e posterior aprovação de 52 Projetos de Lei.



Comissão de Saúde - CSAU

Opinar sobre saúde pública, higiene e assistência sanitária.



Comissão de Defesa da 1ª Infância, Criança e Adolescente - CDICA

Emite parecer sobre proposições que versam sobre a primeira infância, crianças e adolescentes; recebe, avalia e investiga denúncias sobre ameaça ou violação seus direitos; fiscaliza e acompanha os programas governamentais de proteção dos seus direitos; discute programa de apoio à primeira infância, criança e adolescente em situação de risco social; monitora políticas públicas; acompanha as ações dos conselhos de direitos das crianças e adolescentes, instalados no Estado; colabora com entidades não governamentais que atuem na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.





Comissão de Apoio à Pesca e Aquicultura - CSP

Apreciar e elabora projetos relacionados a política estadual pesqueira e agrícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem. O segmento da piscicultura é considerado um dos mais importantes para a economia, com reflexos nas exportações de pescado do Brasil, representando em 2019 quase US\$ 12 milhões (4% do total). Nesse setor, o Pará se destaca com produção média de 700 mil toneladas de pescado ao ano.

Ao longo de 2022, foram realizadas 02 reuniões ordinárias. Além disso, o Presidente da Comissão esteve em Brasília para uma reunião com o Procurador Federal do Ministério do Trabalho e Previdência do Brasil, Dr. Paulo Bernardo. O assunto abordado foi a cobrança na celeridade do governo federal no pagamento de um passivo de seguro desemprego, conhecido também como seguro defeso, ao estado do Pará.

Em 2022, foram realizadas 68 reuniões das comissões permanentes, conforme relacionado abaixo:

COMISSÃO PERMANENTE	QUANTIDADE DE REUNIÕES
Comissão de Constituição e Justiça/CCJ	12
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária/CFFO	06
Comissão de Educação	06
Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas	(conjunta)
Comissão de Agricultura, Terras, Indústria e Comércio	-
Comissão de Turismo e Esporte	-
Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor	09
Comissão de Divisão Administrativa do Estado e Assuntos Municipais	06
Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Geologia, Mineração e Energia	02
Comissão de Relações Trabalhistas, Previdência e Assistência Social	(conjunta)
Comissão de Prevenção às Drogas	01
Comissão de Segurança Pública	01
Comissão de Redação	-
Comissão de Cultura	04
Comissão de Saúde	02
Comissão de Defesa da 1ª Infância, Criança e Adolescente	01
Comissão de Apoio à Pesca e Aquicultura	02
Conjuntas (CCJ, CFFO e OUTRAS)	16

Comissões Temporárias

As Comissões Temporárias são colegiados constituídos por parlamentares a fim de apreciar um assunto específico, que se extinguem ao término da legislatura ou quando alcançam a finalidade a que se destinam.

Comissão Parlamentar de Inquérito

As Comissões Parlamentares de Inquérito se destinam a investigar fatos relevantes para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do Estado, e têm poderes de investigação equivalentes aos de autoridades judiciais. No biênio 2021-2022, foi instalada a CPI da Vale, conforme relatório apresentado a seguir.

CPI da Vale

52

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Vale S.A., instalada em 26 de maio de 2021, objeto do requerimento nº 90/2021, de autoria do deputado Ozório Juvenil, criada com o objetivo de investigar a “Empresa VALE S.A., a concessão de incentivos fiscais, o descumprimento de condicionantes ambientais, falta de segurança em barragens, repasses incorretos de recursos aos municípios, a verificação das práticas dos preços externos segundo as normativas legais, o cadastro dos processos minerários existentes no Estado e outros fatos que atentam contra o desenvolvimento econômico do Pará”, por Ato da Mesa nº 11/2021 que delegou os membros da CPI com o Deputado Eraldo Pimenta (Presidente), Deputado Bordalo (Vice Presidente), Deputado Igor Normando (Relator), Deputada Cilene Couto, Deputado Miro Sanova, Deputado Eliel Faustino e Deputado Ozório Juvenil, prorrogada em 24 de agosto de 2021, e, novamente prorrogada em 09 de novembro de 2021, e em vigência atual até 30 de agosto de 2022, realizou as seguintes atividades conforme demonstrativo abaixo:

De janeiro a junho de 2022, foram realizadas 7 Reuniões Administrativas, em sua maioria com a presença dos deputados membros e, com o intuito de elucidar as questões levantadas na CPI, se fez necessária a realização de algumas diligências, num total de 3. Ainda neste sentido, foram realizadas 6 oitivas para que as pessoas que participam dos processos da VALE S/A pudessem esclarecer os pontos-chaves de interesse da Comissão. Já no segundo semestre de 2022, ocorreram 5 Reuniões Administrativas e 1 Audiência Pública com o tema “Novos Empreendimentos na Mineração e Desafetações”, realizada na Câmara de Xinguara, a qual contou com a presença do Deputado Carlos Bordalo, convidados, equipe técnica e sociedade civil.

Pela robusta documentação até aqui recebida a CPI segue seus trabalhos de análise documental, verificação dos processos legais existentes e em tramitação, inspeção de condicionantes ambientais e demais situações e documentos pertinentes ao objeto investigado conforme Ato de Mesa 11/2021.

Nesse norte, identifica-se os resultados alcançados:

1. Projeto Ferrovia do Pará/FEPASA – Foram diagnosticadas as necessidades do Estado do Pará, em que a Vale propôs planejamento de projeto e execução, cujos estudos estão avançados com conclusão de projetos para o exercício de 2022, devendo ter acompanhamento através de Comissão Permanente da CPI, em conjunto com a SEDEME até a sua efetivação total e início das obras.



Pela robusta documentação até aqui recebida a CPI segue seus trabalhos de análise documental, verificação dos processos legais existentes e em tramitação, inspeção de condicionantes ambientais e demais situações e documentos pertinentes ao objeto investiga conforme Ato de Mesa 11/2021.

Nesse norte, identifica-se os resultados alcançados:

1. Projeto Ferrovia do Pará/FEPASA – Foram diagnosticadas as necessidades do Estado do Pará, em que a Vale propôs planejamento de projeto e execução, cujos estudos estão avançados com conclusão de projetos para o exercício de 2022, devendo ter acompanhamento através de Comissão Permanente da CPI, em conjunto com a SEDEME até a sua efetivação total e início das obras.

2. Hospital Regional de Ourilândia do Norte – Foram iniciadas as obras, com conclusão prevista para outubro de 2022, com investimento direto da Vale, na ordem de R\$ 130.000 milhões.

3. Início das Obras da Tecnored em Marabá – Foram lançadas as pedras fundamentais de início das obras, com início previsto para 2022, firmando inovação tecnológica única, para implementação de novas tecnologias na produção de ferro-gusa, instando investimentos na ordem de US\$ 500.000 milhões.

4. Novo Polo Metal Mecânico para verticalização da cadeia do minério de ferro. Lançados os projetos iniciais de instalação de projeto tecnológico em Marabá, com o intuito de verticalização de produção metálica de médio porte, provendo a região de grandes investimentos, geração de empregos e renda, com fornecimentos de garantias financeiras, por parte da Vale, na ordem de US\$ 300.000 milhões.

5. Investimento de reestruturação e modernização, em ambiente tecnológico, na SEMAS, para inovação de controles em toda a área ambiental, no valor de R\$ 26,000 milhões, tendo sua execução em andamento conforme relatórios já expedidos.

6. Instalação e execução das Usinas da Paz, já implantadas 6 unidades e em projeto a conclusão de outras 6 unidades, totalizando 12, provendo a educação, o convívio e a melhoria das condições periféricas da população, em especial de baixa renda, com investimentos totais na ordem de R\$ 80,000 milhões, totalmente pagos pela Vale.

7. Proposição de pagamentos de ICMS e Taxa de Mineração, em contencioso administrativo e/ou judicial, pela Vale S.A, através do programa PROREFIS, fazendo com que houvesse acréscimo substantivo das receitas estaduais, até 31/01/2022, na ordem aproximada de R\$ 1,700 bilhão, provendo uma distribuição de ICMS/FUNDEB, na ordem de 81,00% sobre a média de 2011. Nota-se que o PROREFIS foi prorrogado até 25/02/2022, a pedido dos contribuintes, prevendo-se um acréscimo ainda na ordem de R\$ 500.000 milhões, perfazendo valores aproximados receitas extraordinárias aproximadas de R\$ 1,500 bilhões, gerando possibilidades de investimentos ao Estado, sem precedentes. Registre-se ainda que, por atuação da CPI, todos os municípios foram beneficiados nas transferências de Governo, através da Cota Parte do ICMS/FUNDEB, em 25% do total das receitas conquistadas.

Para identificação dos benefícios gerados aos municípios, colaciona-se os dados a seguir:

RESULTADOS DO PROREFIS

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB				
MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Abaetetuba	21.317.138,44	1.776.428,20	2.819.153,98	58,70%
Abel Figueiredo	5.623.742,65	468.645,22	733.978,94	56,62%
Acará	12.045.489,10	1.003.790,60	1.656.534,24	65,03%
Afuá	8.191.055,26	682.587,94	1.314.989,06	92,65%
Água Azul do Norte	16.184.927,64	1.348.743,97	2.206.807,03	63,62%
Alenquer	13.240.963,56	1.103.413,63	1.797.038,61	62,86%
Almeirim	41.696.646,86	3.474.720,57	5.641.001,91	62,34%
Altamira	73.104.643,08	6.092.053,59	9.648.885,61	58,38%
Anajás	7.280.589,72	606.715,81	1.196.612,83	97,23%
Ananindeua	129.953.475,88	10.829.456,32	18.297.475,31	68,96%
Anapu	13.080.467,34	1.090.038,95	1.719.855,95	57,78%
Augusto Correa	6.115.799,74	509.649,98	895.917,39	57,79%
Aurora do Pará	5.782.430,17	481.869,18	904.042,08	87,61%
Aveiro	8.747.268,49	728.939,04	1.357.745,96	86,26%
Bagre	6.250.283,62	520.856,97	947.723,16	81,95%
Baião	7.514.446,57	626.203,88	1.070.975,37	71,03%
Bannach	7.584.693,85	632.057,82	1.020.715,01	61,49%
Barcarena	144.043.730,89	12.003.644,24	22.339.226,81	86,10%
Belém	566.010.230,72	47.167.519,23	71.225.825,17	51,01%
Belterra	8.334.692,81	694.557,73	1.624.830,54	133,94%

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB

MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Benevides	44.226.201,15	3.685.516,76	5.807.244,30	57,57%
Bom Jesus do Tocantins	8.420.921,93	701.743,49	1.123.194,04	60,06%
Bonito	10.535.020,17	877.918,35	1.322.121,81	50,60%
Bragança	14.941.465,28	1.245.122,11	2.103.763,02	68,96%
Brasil Novo	9.008.675,28	750.722,94	1.369.623,66	82,44%
Brejo Grande do Araguaia	6.432.323,37	536.026,95	895.395,21	67,04%
Breu Branco	16.086.456,92	1.340.538,08	2.064.364,78	54,00%
Breves	12.960.859,75	1.080.071,65	1.980.481,41	83,37%
Bujaru	5.850.860,27	487.571,69	805.208,05	65,15%
Cachoeira do Arari	5.981.985,13	498.489,76	1.062.574,57	113,15%
Cachoeira do Piriá	5.297.154,66	441.429,56	894.062,61	102,54%
Cametá	12.435.780,00	1.036.315,00	1.828.646,43	76,46%
Canaã dos Carajás	277.801.776,22	23.150.148,02	61.732.971,11	166,66%
Capanema	17.297.650,60	1.441.470,88	2.481.795,80	72,17%
Capitão Poço	9.998.126,64	833.177,22	1.407.498,84	68,93%
Castanhal	86.804.730,04	7.233.727,50	12.785.627,39	76,75%
Chaves	7.629.038,93	635.753,24	1.198.554,52	88,53%
Colares	3.926.180,61	327.181,72	656.554,69	100,67%
Conceição do Araguaia	12.934.783,89	1.077.898,66	1.675.610,50	55,45%
Concórdia do Pará	8.747.730,20	728.977,52	1.184.375,94	62,47%
Cumaru do Norte	16.616.386,72	1.384.698,89	2.153.592,60	55,53%
Curionópolis	26.132.605,35	2.177.717,11	3.006.338,92	38,05%
Curralinho	6.384.737,87	532.061,49	1.088.859,66	104,65%

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB

MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Curuá	4.565.488,44	380.457,37	769.233,66	102,19%
Curuçá	6.232.192,33	519.349,36	903.487,95	73,97%
Dom Elizeu	20.667.664,59	1.722.305,38	2.586.741,87	50,19%
Eldorado dos Carajás	13.068.780,65	1.089.065,05	1.832.212,16	68,24%
Faro	7.302.844,87	608.570,41	1.262.934,66	107,52%
Floresta do Araguaia	10.261.274,36	855.106,20	1.721.143,81	101,28%
Garrafão do Norte	6.150.609,92	512.550,83	850.185,31	65,87%
Goianésia do Pará	11.213.657,82	934.471,49	1.451.482,88	55,33%
Gurupá	8.167.982,61	680.665,22	1.280.163,20	88,08%
Igarapé-Açu	9.011.504,83	750.958,74	1.003.145,81	33,58%
Igarapé-Miri	8.462.670,45	705.222,54	1.364.432,60	93,48%
Inhangapi	5.263.348,38	438.612,37	791.653,90	80,49%
Ipixuna do Pará	14.477.127,57	1.206.427,30	1.848.465,39	53,22%
Irituia	6.515.752,60	542.979,38	872.466,86	60,68%
Itaituba	68.183.817,97	5.681.984,83	11.860.691,32	108,74%
Itupiranga	16.594.343,37	1.382.861,95	1.924.851,69	39,19%
Jacareacanga	60.769.201,81	5.064.100,15	8.059.089,94	59,14%
Jacundá	10.621.545,81	885.128,82	1.469.158,81	65,98%
Juruti	28.894.872,80	2.407.906,07	4.532.260,65	88,22%
Limoeiro do Ajuru	5.613.402,95	467.783,58	889.770,81	90,21%
Mãe do Rio	7.014.438,79	584.536,57	995.066,50	70,23%
Magalhães Barata	4.198.316,80	349.859,73	684.070,75	95,53%
Marabá	244.452.106,13	20.371.008,84	39.171.942,49	92,29%

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB

MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Maracanã	5.627.249,93	468.937,49	809.039,04	72,53%
Marapanim	5.784.552,32	482.046,03	799.759,42	65,91%
Marituba	46.513.524,30	3.876.127,03	6.697.613,99	72,79%
Medicilândia	14.945.781,61	1.245.481,80	2.044.984,26	64,19%
Melgaço	6.951.667,79	579.305,65	1.077.397,40	85,98%
Mocajuba	6.248.390,20	520.699,18	918.839,99	76,46%
Moju	33.265.317,44	2.772.109,79	4.686.367,77	69,05%
Mojú dos Campos	7.398.240,36	616.520,03	980.677,00	59,07%
Monte Alegre	12.832.911,77	1.069.409,31	1.850.651,23	73,05%
Muaná	6.854.048,48	571.170,71	1.122.092,80	96,45%
Nova Esperança do Piriá	6.137.593,53	511.463,63	971.818,59	90,01%
Nova Ipixuna	7.174.278,45	597.856,54	927.148,75	55,08%
Nova Timboteua	4.639.933,44	386.661,12	712.194,64	84,19%
Novo Progresso	34.639.743,70	2.886.645,31	5.341.621,81	85,05%
Novo Repartimento	22.971.702,40	1.914.308,53	2.962.561,96	54,76%
Óbidos	14.491.652,28	1.207.637,69	2.101.205,84	73,99%
Oeiras do Pará	6.555.883,00	546.323,58	977.786,83	78,98%
Oriximiná	62.654.750,72	5.221.229,23	9.625.454,90	84,35%
Ourém	5.587.208,58	465.600,72	779.927,04	67,51%
Ourilândia do Norte	24.490.846,35	2.040.903,86	3.711.907,00	81,88%
Pacajá	17.338.640,41	1.444.880,03	2.110.023,99	46,03%
Palestina do Pará	6.132.717,71	511.059,81	852.410,14	66,79%
Paragominas	79.953.684,80	6.662.807,07	11.040.904,59	65,71%

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB

MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Parauapebas	546.496.194,66	45.541.349,56	94.956.491,90	108,51%
Pau D'Arco	5.785.446,08	482.120,51	872.453,44	80,96%
Peixe Boi	3.999.854,69	333.321,22	640.247,14	92,08%
Piçarra	12.280.163,47	1.023.346,96	1.641.776,58	60,439%
Placas	8.566.969,70	713.914,14	1.190.557,01	66,76%
Ponta de Pedras	5.899.242,10	491.603,51	1.067.036,38	117,05%
Portel	14.893.684,93	1.241.140,41	2.093.793,79	68,70%
Porto de Moz	10.061.206,87	838.433,91	1.499.674,35	78,87%
Prainha	10.096.093,30	841.341,11	1.393.751,03	65,66%
Primavera	10.651.594,90	887.632,91	1.753.999,85	97,60%
Quatipuru	4.920.198,21	410.016,52	663.382,56	61,79%
Redenção	33.564.554,58	2.797.046,22	4.809.003,20	71,93%
Rio Maria	16.253.247,61	1.354.437,30	2.287.396,29	68,88%
Rondon do Pará	16.326.222,77	1.360.518,56	2.154.531,49	58,36%
Rurópolis	10.222.325,75	851.860,48	1.474.076,96	73,04%
Salinópolis	8.551.962,08	712.663,51	1.215.780,50	70,60%
Salvaterra	5.951.042,26	495.920,19	971.831,36	95,97%
Santa Bárbara do Pará	7.969.520,50	664.126,71	1.125.407,36	69,46%
Santa Cruz do Arari	4.373.231,84	364.435,9	876.903,74	140,62%
Santa Izabel do Pará	18.976.206,40	1.581.350,53	3.579.162,35	126,34%
Santa Luzia do Pará	5.958.319,45	496.526,62	878.566,76	76,94%
Santa Maria das Barreiras	18.888.634,51	1.574.052,88	3.122.860,39	98,40%
Santa Maria do Pará	7.151.900,48	595.991,71	996.829,88	67,26%

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB

MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Santana do Araguaia	31.076.316,74	2.589.693,06	3.999.636,30	54,44%
Santarém	85.372.861,47	7.114.405,12	12.215.240,34	71,70%
Santarém Novo	3.987.574,97	332.297,91	645.248,37	94,18%
Santo Antônio do Tauá	8.657.091,56	721.424,30	1.141.594,75	58,24%
São Caetano de Odivelas	5.127.987,66	427.332,31	774.686,76	81,28%
São Domingos do Araguaia	8.715.635,18	726.302,93	1.281.485,57	76,44%
São Domingos do Capim	5.690.109,89	474.175,82	898.962,86	89,58%
São Felix do Xingu	52.652.773,70	4.387.731,14	6.782.884,91	54,59%
São Francisco do Pará	5.444.638,35	453.719,86	749.941,99	65,29%
São Geraldo do Araguaia	17.416.707,54	1.451.392,30	2.361.706,68	62,72%
São João da Ponta	3.834.953,19	319.579,43	636.848,21	99,28%
São João de Pirabas	5.621.175,72	468.431,31	763.338,28	62,96%
São João do Araguaia	6.516.413,40	543.034,45	852.676,66	57,02%
São Miguel do Guamá	9.255.870,81	771.322,57	1.283.318,61	66,38%
São Sebastião da Boa Vista	5.884.793,62	490.399,47	1.097.715,53	123,84%
Sapucaia	6.402.028,60	533.502,38	41.170,75	76,41%
Senador José Porfírio	8.700.098,11	725.008,18	1.324.721,82	82,72%
Soure	6.684.788,29	57.065,69	1.088.239,70	95,35%
Tailândia	23.849.628,16	1.987.469,01	4.116.516,31	107,12%
Terra Alta	4.688.222,08	390.685,17	659.853,90	68,90%
Terra Santa	16.073.647,72	1.339.470,64	1.663.123,71	24,16%
Tomé-Açu	18.144.010,84	1.512.000,90	2.420.685,48	60,10%
Tracuateua	5.629.232,30	469.102,69	824.159,70	75,69%

TOTAL GERAL DA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS - ICMS/FUNDEB

MUNICÍPIO	TOTAL 2021	MÉDIA 2021	JANEIRO 2022	% AUMENTO DA MÉDIA
Trairão	9.124.034,32	760.336,19	1.344.101,05	76,7851%
Tucumã	20.902.614,28	1.741.884,52	2.543.145,79	46,00%
Tucuruí	142.856.024,97	11.904.668,75	18.011.821,93	51,03%
Ulianópolis	16.179.230,43	1.348.269,20	2.017.469,32	49,64%
Uruará	15.457.730,24	1.288.144,19	2.207.642,38	71,386%
Vigia de Nazaré	9.016.130,38	751.344,20	1.227.225,51	63,34%
Viseu	8.638.475,00	719.872,21	1.198.132,69	66,44%
Vitória do Xingu	103.481.447,2	8.623.453,9	15.902.667,16	84,41%
Xinguara	31.479.010,19	2.623.250,85	4.619.337,14	76,09%
TOTAL	4.235.846.397,56	352.987.199,80	639.135.678,29	81,06%

8. A continuidade das atividades da CPI deverá dar prosseguimento aos itens não conclusos e gerar receitas adicionais, como a CFEM, através das diferenças de base de cálculo nas exportações, bem como análise dos processos de cobrança identificados junto a ANM, em especial os declarados e informados à esta CPI pelo município de Parauapebas.

9. Foram identificados os valores contidos nos Processos de Cobrança registrados na ANM, nos municípios em que a Vale opera no Pará, resultado em dados significativos, conforme quadro abaixo

VALORES ATUALIZADOS (01/08/2022)			
MUNICÍPIO	DÉBITOS TOTAIS	SALDO ATÉ 2012	P.C.2013 A 2017
Parauapebas	2.955.258.974,00	1.400.099.604,62	1.555.159.369,38
Parauapebas Transp.	390.350.258,80		390.350.258,80
TOTAL	3.345.609.232,80	1.400.099.604,62	390.350.258,80
Canaã dos Carajás	30.218.522,75	10.305.738,59	19.912.784,16
Marabá	4.787.629,00	-	4.787.629,00
São Félix do Xingu	45.583.571,70	35.289.261,63	10.294.310,07
TOTAL	3.426.198.956,25	1.445.694.604,84	1.978.504.351,41

10. Além dos dados acima apresentados, foram constatadas diferenças substantivas nas prováveis declarações das vendas da Vale a partir de 2015, nos municípios em que opera em nosso estado, com valores inimagináveis até então, conforme quadro abaixo:

PERÍODOS NÃO FISCALIZADOS (Minério de ferro)		
MUNICÍPIO	VALOR PROVÁVEL	ATUALIZADO ATÉ 01/08/2022
Curionópolis (2015 a 2022)	88.487.557,34	138.040.589,45
Canaã dos Carajás (2017 a 2022)	1.743.774.821,84	2.448.259.849,86
Parauapebas (2017 a 2022)	3.802.526.884,60	5,247.487.100,75
TOTAL NÃO FISCALIZADO	5.634.789.263,78	7.833.787.540,06

Fonte: ANM

11. Como se pode observar, os indícios de não recolhimento de CFEM, originário da exploração mineral da Vale S.A. em nosso território, está na ordem aproximada de R\$ 3,426 Bilhões em Processos de Cobranças já instaurados e prováveis diferenças ainda não declaradas na ordem de R\$ 7,834 Bilhões, totalizando, em valores aproximados R\$ 11,360 Bilhões.

12. Com base nesses dados, de super relevância aos municípios Paraenses produtores de minério, ao Estado do Pará e a nosso País, considerando as bases de cálculo da CFEM, afirma-se, com grau de certeza importante, tomando-se a taxa de minério de ferro da CFEM, aplicada segundo as normas regentes da exploração mineral e considerando as prováveis diferenças dos preços externos que podem resultar no valor de R\$ 7,834 Bilhões, que o PIB do Estado do Pará já está perdendo algo em torno de R\$ 220,000 Bilhões para o período de 2015 a 2022 onde a Vale extrai minério de ferro. Isto impacta, diretamente, todas as receitas dos Municípios, do Estado e da Nação, pois tem interferência direta na Balança Comercial Brasileira, que, considerando um valor médio de dólar a R\$ 5,00, provavelmente a perda está sendo na ordem de US\$ 54,000 Bilhões. A Nação, o Estado, os municípios e o povo estão perdendo e sendo sacrificados.

13. Ainda, nesse diapasão, necessário destacar que a recuperação dessas prováveis receitas deverão gerar ao Estado do Pará 15% do total sobre os Processos de Cobrança retro citados, correspondente à R\$ 514,000 milhões e aos MUNICÍPIOS AFETADOS pelas ferrovias, minerodutos, estruturas e portos, 15% do total sobre os Processos de Cobrança retro citados, que corresponde aos mesmos R\$ 514,000 milhões.

14. Sobre as prováveis recuperações do período de 2015 a 2022 sobre as diferenças dos preços vendas nas exportações, somente no Estado do Pará, deverão 15% do total sobre os Processos de Cobrança retro citados, correspondente à R\$ 1,175 bilhões e aos MUNICÍPIOS AFETADOS pelas ferrovias, minerodutos, estruturas e portos, 15% do total sobre os Processos de Cobrança retro citados, que corresponde aos mesmos R\$ 1,175 Bilhões. Resumindo, ao Estado do Pará deverá ser gerado o total de R\$ 1,689 Bilhões e aos Municípios Afetados pela mineração valor igual de R\$ 1,689 Bilhões. Isto requer esforços concentrados e contínuos por parte desta CPI. Considera-se que estão sendo feitos estudos intensificados com à ANM para verificação e veracidade dessas informações, bem como, dar agilidade as cobranças pendentes que são de suma importância a todos.

Os dados retro citados já são suficientes para que a CPI intensifique a busca de informações totais, junto à ANM e os Municípios produtores, onde a Vale opera, na busca de recuperação dessas receitas tão importantes à nossa população paraense. Intensificou-se, de igual forma, a busca de soluções para a regularização do cadastramento dos Processos Minerários registrados junto à ANM que dificultam a atividade minerária aos micros, pequenos e médios produtores minerários. Esta iniciativa está atrelada à discussão junto ao Senado Federal para do Projeto de Lei no 3368/2021, que propõe alteração na Lei no 7805/1989 da Lavra Garimpeira.

Nesse norte, registra-se e evidencia-se a necessidade de continuidade desses levantamentos de dados, tanto na recuperação de receitas, bem como na regularização das atividades minerários para os micros, pequenos e médios produtores minerários, afim de que se possa ter um Estado pujante, com receitas equivalentes e essenciais ao atendimentos das necessidades de nossa população e possibilidade de estabelecimento de uma política minerária real, na maior província mineral em atividade no mundo, dando oportunidades a criação de centenas de empresa, geração de milhares de empregos e, por fim, a geração de renda a todos.

A CPI resgatou passivos sociais, econômicos, culturais e ambientais provocados pela mineração, exigidas em condicionantes ambientais e no dia 12 de abril de 2022 foi assinado e enviado a VALE Acordo de desafetação das Comunidades da Colônia Madalena, no Município de São Felix do Xingu e Colônia Campos Nossos, no Município Ourilândia do Norte, ora descumpridas que provocou com maior brevidade por parte da mineradora VALE o cumprimento de condicionantes como a implantação do Hospital de Ourilândia, Defesa Civil Municipal e acesso à internet as comunidades locais, bem como o cumprimento da desafetação de Campos Altos e impetrou a VALE seu comprometimento em executar medidas socioeconômicas contidas em condicionantes desde 2013, com isso a CPI implementou ações para junto a VALE e seus atores executarem os seguintes projetos em parceria com o Governo do Estado.

O apoio ao Projeto Nova Aciaria, em Marabá, configura também outro importante reforço de verticalização da mineração no Estado, promovendo e fortalecendo a mão de obra local, com a Vale assumindo o papel de garantidora financeira. A planta de Nova Aciaria, desenvolvida pela Sinobrás, está integrada ao projeto Tecnored, da Vale. Deve entrar em operação em 2025 e produzirá aço de alta qualidade e pureza a partir da transformação do gusa líquido que receberá da Tecnored.

Em resposta aos questionamentos direcionados a Vale S.A. em reunião realizada em 31 de agosto do corrente ano, a empresa informa que: a Vale está em parceria com o Governo do Pará, propondo construir uma agenda de Bioeconomia no Estado. A iniciativa está entre as bases estratégicas do Plano Estadual de Bioeconomia, idealizado para reorientar o desenvolvimento socioeconômico, sob esta perspectiva. A proposta é fomentar soluções orientadas pela natureza, com a valorização do conhecimento e dos sistemas de produção tradicionais, aliando conservação ambiental, pesquisa e inovação para a produção de bioativos da biodiversidade Amazônica. A meta de fortalecer cadeias produtivas sustentáveis e de baixo carbono é convergente com as premissas da Vale para a Floresta Amazônica.

O Instituto Tecnológico Vale (ITV) planeja ampliar as pesquisas no Pará, transformando-se em referência em mineração sustentável e de apoio a bioeconomia, também. Investirá ainda mais na proteção da floresta e da biodiversidade e no papel de ser um polo de atração e de desenvolvimento de talentos e de comunidades tradicionais no estado.

VALE ao ser questionada pela CPI, informou que está apoiando a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Parauapebas, com previsão de início em outubro e término em janeiro de 2023. Este plano estratégico de turismo englobará análise da situação atual, necessidades e potencialidades turísticas na região. Também tratará de distintas etapas de implementação das ações e marcos, com definição de prazos e partes envolvidas. O valor do investimento supera os R\$ 4 milhões.

Nesse sentido destaca-se a execução de seis unidades das Usinas da Paz, no âmbito do programa estadual Territórios pela Paz, sendo 03 unidades na região metropolitana de Belém, nos bairros da Cabanagem, Benguí, Nova União, uma unidade em Marituba, e duas unidades no sudeste do Pará, nos municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas. Com o objetivo de fortalecer as comunidades, resgatar a cidadania e reduzir a violência por meio da transformação social, essas unidades, instaladas em áreas de alta vulnerabilidade, têm contribuído para a redução sistemática nos indicadores de criminalidade apurados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Entre janeiro e setembro deste ano, comparado a igual período em 2021, o indicador CVLI (homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte) teve queda em todas as localidades que ganharam Usina da Paz, à exceção de Canaã (alta de 31,25%). As reduções variaram entre 4,9% (Parauapebas) e 75% (Icui-Guajará). O valor do investimento foi de R\$ 163,6 milhões.

Está em andamento a construção do Hospital Regional de Ourilândia do Norte (condicionante de licenciamento ambiental), um centro de excelência em saúde, com capacidade para 120 leitos; UTIs adulto, pediátrica e neonatal; atendimento de alta complexidade; atendimento médico em 16 especialidades (cirurgia geral, oncologia, traumatologia, buco maxilo, obstetrícia de alto risco, pediatria, oftalmologia, gastroenterologia, neurologia, urologia, nefrologia, cardiologia, otorrinolaringologia, pneumologia, cirurgia torácica e traumatologia ortopedia). O hospital é fruto de parceria firmada entre a Vale e o Governo do Pará e



beneficiará mais de meio milhão de pessoas de 15 municípios da região sudeste do Pará. A primeira etapa de execução do projeto já foi concluída em junho/22, que compreende os consultórios médicos, banheiros, administração, recepção, ambulatório e estacionamento.

A obra segue o regular andamento e em paralelo está sendo realizado o recebimento de importantes equipamentos hospitalares, como por exemplo, a ressonância magnética. O valor total estimado do investimento é de R\$ 160 milhões. Também em andamento os trabalhos iniciais para a construção da ponte sobre o rio Tocantins no município de Marabá, a qual contempla além da ponte ferroviária, uma ponte rodoviária destinada exclusivamente para o tráfego de veículos. A nova ponte atende o interesse público e reforça a ligação entre o sudeste do Estado do Pará e o litoral norte brasileiro, trazendo maior e melhor mobilidade urbana, desafogando o fluxo de veículos no município de Marabá, e promove mais integração e desenvolvimento para o Estado do Pará em geral. Foi emitido o alvará de construção da obra da nova ponte sobre o rio Tocantins e aprovado o projeto no Conselho Municipal do Plano Diretor de Marabá. O valor do investimento é de R\$ 4,2 bilhões. Em apoio à verticalização da mineração no Pará a Vale está implantado no estado a primeira planta de ferro gusa com a tecnologia TECNORED em escala industrial. A planta TecnoRed terá capacidade de produção inicial de 250 mil toneladas, podendo chegar a 500 mil toneladas por ano. A unidade produzirá ferro gusa de baixo carbono, por meio do uso de fontes de energia, como biomassa, gás de síntese e hidrogênio, que emitem menos CO2 que os processos tradicionais de fabricação de ferro gusa, como o carvão e o coque. O projeto segue na fase de implantação, sendo atualmente realizadas as atividades de terraplanagem. A obra tem previsão de gerar cerca de 2 mil empregos no pico das obras e, na fase de operação, criar mais cerca de 400 empregos diretos e indiretos. Ainda em 2022 será firmada parceria com o Senai para realização de turmas de capacitação para mão de obra técnica para a usina e mão de obra empreendedora, com previsão de 22 turmas e 13 profissões. O startup da planta está previsto para 2025. O valor do investimento é em torno de R\$ 1,9 bilhões.

A Vale também apoiou a reestruturação e modernização do sistema de gestão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SEMAS-PA – Projeto Licenciamento 2.0, que incluiu o desenvolvimento de um software especializado para viabilizar a digitalização de etapas dos processos de licenciamento e regularização ambiental e gestão das licenças de competência daquela secretaria. Além do software desenvolvido, também será dado suporte à implantação e operação assistida. Valor do investimento: R\$ 2,1 milhões.

Ainda no apoio à reestruturação e modernização do sistema de gestão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente/SEMAS-PA, a Vale está apoiando a execução da segunda fase do Projeto SICAR/Sistema de Cadastro Rural, que dará continuidade à inovação tecnológica do estado, por meio do desenvolvimento e implementação de um novo Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Pará. O projeto inclui o desenvolvimento de um software especializado para viabilizar a digitalização de etapas dos processos de licenciamento, de regularização ambiental e gestão das licenças de competência daquela secretaria. Valor do investimento: R\$ 6,9 milhões.

Além disso, a Empresa também se comprometeu em intensificar o apoio à restauração de patrimônios históricos no Pará, aprovados pela Lei Rouanet. Caso haja tempo hábil, o desenvolvimento de estudos relativos aos Processos Minerários existentes no Estado, registrados junto à ANM, bem como propostas e diretrizes para formulação de acompanhamento das receitas relativas à mineração é de fundamental importância junto as Secretarias de Estado competentes para tal finalidade o que irá contribuir sobremaneira para o aumento da balança comercial do Estado.

Após adesão da VALE ao PROREFIS 2021 e 2022 do Estado relativo ao ICMS e a TFRM, foram promovidas várias reuniões entre Governo do Estado/CPI/Vale, buscando o equacionamento desses débitos, surgindo a proposição de REFIS, em que poderia haver liquidação integral dos débitos existentes.

Ante todas as negociações, foi aprovado pela ALEPA a proposta do Governo do Estado criando o PROREFIS 2021, através da Lei no 9.389/2021 de 16/12/2021, que abrangeu descontos dos débitos da Vale, bem como de todos os contribuintes do Estado, em vários tributos e taxas.

No caso VALE S.A., os efeitos dos pagamentos foram exercidos em:

31/12/2021 - ICMS - VALE S.A. R\$ 423.243.000,00
31/12/2021 - ICMS - SALOBO METAIS S.A. R\$ 286.573.000,00
11/11/2022 - ICMS - VALE S.A. R\$ 364.541.612,10
11/11/2022 - TFRM - VALE S.A. R\$1.329.492.262,51
TOTAL PAGO DE ICMS E TFRM R\$ 2.403.849.874,61



Além dos pagamentos efetuados, foram assumidos compromissos pela VALE S.A., através de normativa legal, que o recolhimento mensal da TFRM, ficará sob opção da empresa o pagamento efetivo de 50% e 50% em obras estruturais a serem indicadas pelo Governo do Estado, todos os anos seguintes, ou seja, garantia de investimentos permanentes tendo como resultado a TFRM.

Embora seja um Relatório Resumido e Parcial, digno é de se louvar o excelente trabalho desta CPI, que conquistou e está a conquistar resultados sem precedentes, promovendo o equilíbrio financeiro do Estado, gerando investimentos e distribuição de rendas aos municípios, que, certamente, proverá ganhos incalculáveis a toda população paraense.

Comissões de Estudo

67

São destinadas ao estudo ou investigação de determinado assunto, por tempo determinado, e dependerão de requerimento de iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão, aprovado pelo Plenário.

Atualmente a Alepa possui 12 (doze) Comissões de Estudos, todas constituídas por ato legal, como preconiza o regimento da Casa:

COMISSÕES INTERNAS DE ESTUDO	
COMISSÃO	ATO
Centrais Elétricas (Deputado Fábio Figueiras)	Ato da Presidência nº 14/2019 DOAL 2101, de 08 a 15/03/2019
ICMS Lei Kandir (Deputado Raimundo Santos)	Ato da Presidência nº 165/2019 DOAL 2106, de 12 a 19/04/2019
Transplante Pediátrico do Rim (Deputado Dr. Galileu)	Ato da Presidência nº 17/2019 DOAL 2111, de 17 a 24/05/2019
Modernização Tributária (Deputado Fábio Freitas)	Ato da Presidência nº 21/2019 DOAL 2113, de 31/05 a 07/06/2019
Execução Penal (Deputado Chicão)	Ato da Presidência nº 25/2019 DOAL 2123, de 09 a 16/08/2019
Centrais Elétricas (Deputada Renilce Nicodemos)	Ato da Presidência nº 19/2019 DOAL 2130, de 27/09 a 04/10/2019
Cota Parte ICMS (Deputado Victor Dias)	Ato da Presidência nº 18/2019 DOAL 2180, de 11 a 18/09/2020
Reordenamento Tapajós (Deputado Hilton Aguiar)	Ato da Presidência nº 26/2019 DOAL 2130, de 27/09 a 04/10/2022
Educação Camponesa, Quilombola e Indígena (Deputada Marinor Brito)	Ato da Presidência nº 02/2020 DOAL 2153, de 06 a 13/03/2020
Política Pública e Assistência Social (Deputado Dirceu Ten Caten)	Ato da Presidência nº 19/2020 DOAL 2183, de 02 a 09/10/2020
Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Fluvial de Passageiros (Deputado Carlos Bordalo)	Ato da Presidência nº 06/2022 DOAL 2294, de 21 a 25/11/2022
Crédito de Carbono e Carbono Neutro (Deputado Thiago Araújo)	Ato da Presidência nº 08/2022 DOAL 2298, de 19 a 23/12/2022

Comissões de Representação Externa

São destinadas a representar a Assembleia Legislativa em congressos, solenidades e outros eventos e atos públicos e são criadas por proposição da Mesa, a requerimento de Deputado ou Comissão, após aprovação pelo Plenário, e terão, no máximo, cinco membros. Na atual legislatura a Assembleia conta com 09 (nove) comissões de representação externa, todas constituídas por ato legal, como preconiza o regimento da Casa:

COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA	
COMISSÃO	ATO
Fiscalização de Barragens (Deputado Raimundo Santos)	Ato da Mesa nº 53/2019 DOAL 2099, de 22/02 a 01/03/2019
Obras IBAMA Empresa Norte (Deputado Eraldo Pimenta)	Ato da Mesa nº 429/2019 DOAL 2130, de 27/09 a 04/10/2019
Recursos Covid-19 (Deputada Renilce Nicodemos)	Ato da Mesa nº 181/2020 DOE 34.225, de 22/05/2020
Redução Tarifa de Energia (Deputado Miro Sanova)	Ato da Mesa nº 67/2021 DOAL 2207, de 20 a 26/03/2021
Reivindicações Vale Marabá (Deputado Dirceu Ten Caten)	Ato da Mesa nº 134/2021 DOAL 2216, de 21 a 28/05/2021
Acompanhamento ADI 4786 STF (Deputado Gustavo Sefer)	Ato da Mesa nº 106/2021 DOAL 2215, de 14 a 21/05/2021
Fiscalização UHE Belo Monte (Deputado Martinho Carmona)	Ato da Mesa nº 108/2021 DOAL 2215, de 14 a 21/05/2021
Acompanhamento Imerys Barcarena (Deputada Marinor Brito)	Ato da Presidência nº 01/2022 DOAL 2253, de 07 a 11/02/2022
Fiscalização de Impactos Belo Monte na Região da Volta Grande (Deputado Dirceu Ten Caten)	Ato da Mesa nº 103/2022 DOAL 2267, de 16 a 20/05/2022

Comissões Representativas

O funcionamento regimental desta comissão se dá durante os recessos parlamentares (janeiro e julho) e sua composição reproduz, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária. Para as atividades do recesso de julho/2022, a comissão representativa designada pelo Ato da Presidência nº 02/2022 foi a seguinte:

TITULARES	SUPLENTES
Deputado Francisco Melo - Chicão (MDB) - Membro nato	
Deputado Antonio Tonheiro (PP)	Deputado Igor Normando (PODE)
Deputado Adriano Coelho (PDT)	Deputado Delegado Toni Cunha (PSC)
Deputada Ana Cunha (PSDB)	Deputada Diana Belo (MDB)
Deputado Angelo Ferrari (MDB)	Deputada Marinor Brito (PSOL)
Deputado Dirceu Ten Caten (PT)	Deputado Eraldo Pimenta (MDB)
Deputado Fábio Freitas (REPU)	Deputado Thiago Araújo (CID)
Deputado Martinho Carmona (MDB)	Deputada Renilce Nicodemos (MDB)
Deputado Gustavo Sefer (PSD)	Deputado Dr. Wanderlan (MDB)
Deputado Hilton Aguiar (AVANTE)	Deputado Raimundo Santos (PSD)
Deputado Luth Rebelo (PP)	Deputado Chamonzinho (MDB)
Deputado Victor Dias UNIÃO)	

Já para as atividades do recesso parlamentar do final de ano de 2022, a comissão foi designada pelo Ato da Presidência nº 09/2022 e se deu da seguinte forma:

TITULARES	SUPLENTES
Deputado Francisco Melo - Chicão (MDB) - Membro nato	
Deputada Cilene Couto (PSDB)	Deputada Dr ^a Heloísa (PSDB)
Deputado Orlando Lobato (PSD)	Deputado Dr. Wanderlan Quaresma (MDB)
Deputado Adriano Coelho (PDT)	Deputado Miro Sanova (PDT)
Deputado Dr. Galileu (REPUBLIC)	Deputado Fábio Freitas (REPUBLIC)
Deputado Raimundo Santos (PSD)	Deputado Júnior Hage (PP)
Deputada Diana Belo (MDB)	Deputado Carlos Bordalo (PT)
Deputada Renilce Nicodemos (MDB)	Deputado Igor Normando (POD)
Deputado Dirceu Ten Caten (PT)	Deputado Fábio Figueiras (PSB)
Deputada Marinor Brito (PSOL)	Deputado Victor Dias (UNIÃO)
Deputada Michele Begot (PSD)	Deputado Thiago Araújo (CID)

Frentes Parlamentares

As Frentes Parlamentares são associações de deputados, de caráter suprapartidário, destinada a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e de políticas públicas para o Estado do Pará. Na atual legislatura a Assembleia Legislativa conta com 13 (treze) Frentes parlamentares, constituídas por ato legal, como preconiza o regimento da Casa:

2019-2022	
FRENTE PARLAMENTAR	RESOLUÇÃO
Defesa da Juventude (Deputado Dirceu Ten Caten)	03/2015 - Reinstalada - Ato da Presidência 15/2019 (DOAL 2103, de 22 a 29/03/2019, pag. 06)
Defesa e Proteção dos Animais (Deputado Igor Normando)	02/2019 (DOAL 2118, de 05 a 12/07/2019, pag. 03)
Direitos das Mulheres (Deputada Renilce Nicodemos)	09/2019 (DOAL 2133, de 18 a 25/10/2019, pag. 04)
Defesa da Educação (Deputada Marinor Brito)	08/2019 (DOAL 2178, de 28/08 a 04/09/2020, pag. 03)
Bancada Feminina (Deputada Professora Nilse)	03/2019 (DOAL 2115, de 14 a 21/06/2019, pag. 05)
Saúde Pública (Deputado Alex Santiago)	11/2019 (DOAL 2133, de 18 a 25/10/2019, pag. 04)
Defesa do Cooperativismo (Deputada Professora Nilse)	07/2019 (DOAL 2126, de 30/08 a 06/09/2019, pag. 05)
Derrocamento Pedral do Lourenço (Deputado Renato Ogawa)	05/2019 (DOAL 2118, de 05 a 12/07/2019, pag. 04)
Desenvolvimento Sustentável (Deputada Dr ^a Heloisa Brito)	06/2019 (DOAL 2123, de 09 a 16/08/2019, pag. 05)
Modais no Arco Norte (Deputado Fábio Freitas)	10/2020 (DOAL 2176, de 21/08/2020, pag. 06)
Serviços Prestados pelos Hospitais Estaduais (Deputado Gustavo Sefer)	08/2020 (DOAL 2167, de 12 a 19/06/2020, pag. 03)
Desenvolvimento do Arquipélago do Marajó (Deputado Dr. Galileu)	13/2020 (DOAL 2189, de 13 a 20/11/2020, pag. 03)
Defesa da Pessoa com TEA (Deputado Miro Sanova)	01/2021 (DOAL 2230, de 27/08 a 03/09/2021, pag. 04)

Procuradoria da Mulher

SEMINÁRIO – PROTAGONISMO FEMININO MILITAR: 2022 foi um ano da reconstrução para o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher da Alepaa. E, para marcar o início dos trabalhos, foi realizado pela Procuradoria, juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar, o I-Seminário das Mulheres Militares do Pará com a temática “Desafios na Carreira e Atuação da Mulher Militar nas Instituições Públicas”, para celebrar 40 anos do ingresso da mulher no serviço militar no Pará e debater sobre os desafios das mulheres na carreira, importante pauta desenvolvida em 2020 e 2021 e que devido à pandemia do Covid19, foi adiada para 2022.

SESSÃO SOLENE - 40 ANOS INGRESSO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ: Ainda em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Alepa homenageou no dia 14 de março os 40 anos do ingresso da mulher na Polícia Militar do Pará.

PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA TERRA DA GENTE: As Procuradoras da Mulher da Alepa, deputadas Marinor Brito e Prof^a. Nilse, no dia Internacional da Mulher, estiveram no Ginásio Mangueirinho em evento da Prefeitura de Belém, em cooperação com o Governo do Estado e o Programa Municipal de Regularização Fundiária Terra da Gente, para entregar mais de mil títulos de posse definitiva a moradores de baixa renda da capital. A mulher é prioridade no parlamento estadual e municipal.

CAMPANHAS PREVENTIVAS TODAS E TODOS CONTRA O FEMINICÍDIO: Devido aos crescentes casos de violência contra a mulher, campanhas foram criadas em parceria com órgãos municipais para alertar a sociedade sobre o alto índice de mulheres mortas nos primeiros meses do ano. Uma caminhada marcou o lançamento da campanha “Todas e Todos Contra o Femicídio”, em Ananindeua, com a presença de movimentos sociais, mulheres, homens e crianças de todas as idades, no dia 11 de julho

VISITAS NAS SALAS LILÁS DO PARÁ: As deputadas intensificaram as visitas nas salas lilás em diversos municípios. Essa importante unidade trabalha com acolhimento imediato às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e funciona dentro das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher/DEAM. A Procuradora Titular da Procuradoria da Mulher da Alepa e as procuradoras adjuntas estiveram presentes em Cametá, Tomé-Açu, Jacundá, Marituba, Paragominas, Mojú, Canaã dos Carajás e Capanema.

FORMA ELEPA: Ação levada pela Alepa, por meio da Escola do Legislativo, contemplou as regiões paraenses, em diversos municípios, levando conhecimento de temas que fazem parte do dia a dia do serviço público. A importância de ter uma Procuradoria Especial da Mulher em cada município foi assunto exposto também em todas as edições do Forma ELEPA. A Procuradora da Mulher, Prof^a. Nilse, caminhou junto ao grupo apresentando por meio de palestra o trabalho de uma Procuradoria Especial da Mulher no município, orientou e ajudou as vereadoras na criação de um espaço que trabalha em defesa dos direitos das mulheres.

INSTALAÇÃO PROCURADORIAS MUNICIPAIS: O trabalho da Procuradoria se intensificou com a instalação das Procuradorias Municipais em Melgaço, Paragominas, Parauapebas, Cachoeira do Arari e Medicilândia. Nossa meta principal neste último ano foi intensificar o número de procuradorias nas câmaras dos municípios, ampliando a rede de atendimento. A meta é expandir pelos 144 municípios do estado.

NOTAS DE REPÚDIO E DENÚNCIAS: Assim como em 2020 e 2021, as notas de repúdio tornaram-se crescentes nas redes da Procuradoria da Mulher, sendo contrária de forma veemente às tentativas de feminicídios ocorridos no Estado. Por exemplo, o Feminicídio de Leticia Coelho; Vídeo de Repúdio e Solidariedade Nacional Contra a Agressão Verbal à Prefeita de Ulianópolis.

ARTICULAÇÃO DE TRABALHO PROJETO GIRÂNDOLA: Toda frente de trabalho da Procuradoria da Mulher foi feita mediante reuniões de planejamento do órgão com a Bancada Feminina, Coordenadoria da Mulher da SEJUDH, Ministério Público, DPE e a rede de atendimento. O Projeto Girândola ofereceu às mulheres conhecimento, autonomia e empoderamento financeiro, resgate de autoestima, a qual ainda se depara em situação de violações, como processos de exclusão e desigualdade nas relações, nos mais diversos espaços da sociedade. Regiões de Integração do Estado atendidas pelo Projeto Girândola Guajará, Tocantins, Rio Caeté, Guamá, Lago Do Tucuruí, Carajás e Marajó.

AÇÃO EM PARCERIA ENTRE A PROCURADORIA DA MULHER E O INSTITUTO AÇÃO

PENSANDO BEM: A Procuradoria da Mulher, em parceria com Instituto APB, promoveu ações beneficentes na Praça Batista Campos, onde inúmeros serviços de cidadania foram oferecidos à população. A Procuradoria atuou na orientação da população que veio em busca de informações sobre a violência contra as mulheres e as ações realizadas pela rede de proteção para melhor atender à vítima, ressaltando a importância de sempre denunciar.

AÇÃO EM PARCERIA ENTRE A PROCURADORIA DA MULHER E O CENTRO DE ATENDIMENTO

AO CIDADÃO – CAC/ALEPA: Em parceria com o Centro de Atendimento ao Cidadão/CAC, da Alepa, a Procuradoria da Mulher realizou diversas ações itinerantes pelos municípios do nosso estado, prestando serviços de cidadania à população local, principalmente às mulheres.

CAMPANHA AGOSTO LILÁS: O mês de agosto é conhecido como o mês que alerta a população sobre a importância da prevenção e do enfrentamento à violência contra a mulher, e este ano teve por tema: “UM INSTRUMENTO DE LUTA POR UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA”. Em tribuna, durante Sessão Ordinária na Alepa, a Procuradora Especial da Mulher falou da importância dessa campanha e reforçou que o mês também comemora o 16º aniversário da Lei Maria da Penha.

CAMPANHA OUTUBRO ROSA: Mantendo a tradição desde que foi criada a Procuradoria Especial da Mulher da Alepa no mês de outubro vem para alertar toda a sociedade, especialmente o público feminino, para as ações de prevenção ao câncer de mama e colo do útero. A Procuradora titular Professora Nilse Pinheiro, em tribuna, na sessão do dia 25 de outubro, defendeu o Projeto de Lei que atribui passe livre às pessoas diagnosticadas com câncer, no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, no Pará. O PL foi aprovado por unanimidade e seu objetivo é garantir direitos estabelecidos no art. 4º da Lei Estadual 8.588 de 02/01/2018 (Estatuto da Pessoa com Câncer) e na Constituição Federal e na Portaria do Ministério da Saúde nº 349/1996.

3º PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: Encampando o movimento “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, a procuradora titular da mulher da Alepa, deputada estadual Professora Nilse Pinheiro, apresentou no mês de dezembro o Projeto de Indicação que cria o 3º Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. O PI foi aprovado por unanimidade e tem por objetivo de definir ações estratégicas nas variadas áreas de atuação do governo e contribuir para a promoção dos direitos humanos das mulheres, em consonância com o objetivo do desenvolvimento sustentável, conforme o artigo 1º da proposta nº 44/2022, de autoria da deputada Nilse Pinheiro. O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres foi concebido de forma coletiva, onde todas as 12 Regiões de Integração do Pará foram ouvidas.

XIV FÓRUM NACIONAL DE JUÍZAS E JUÍZES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER/FONAVID: A convite da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina, a procuradora da mulher da Alepa, deputada Profª. Nilse participou da abertura do evento, que representa um importante momento para o debate entre magistradas e magistrados, equipes multidisciplinares e servidores, que atuam em processos que tratam da violência contra a mulher. Debateu avanços, experiências e aprimoramentos normativos sob a perspectiva da efetividade jurídica, garantindo acesso à justiça para todas as mulheres.

III NACIONAL DE PROCURADORAS DA MULHER (BRASÍLIA): Nos dias 07 e 08 de dezembro, a Procuradora Titular da Procuradoria Especial da Mulher da Alepa, deputada estadual Profª. Nilse, participou do III Encontro Nacional de Procuradorias da Mulher, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de apresentar o balanço da atuação da Procuradoria Geral da Mulher da Câmara dos Deputados durante os últimos dois anos, fomentar a ação feminina nas Procuradorias da Mulher Estaduais e apresentar um relatório de denúncias de violências e adesão ao Pacto Nacional pelos Direitos das Mulheres. O encontro fez parte da campanha “21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” e contou com a presença de 15 parlamentares de forma presencial e online, em busca de conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressões contra meninas e mulheres em todo o mundo.





Bancada Feminina

O Poder Legislativo contou com 10 deputadas eleitas em 2018. É a maior bancada feminina que a Alepa já teve em toda sua história, um considerável aumento na representatividade.

A Bancada Feminina era pluripartidária, com parlamentares de diversas legendas, o que não foi obstáculo para o entendimento e a defesa de interesses comuns às mulheres. As representantes da população paraense no legislativo estadual eram: Ana Cunha, Cilene Couto, Diana Belo, Dilvanda Faro, Dra. Heloísa Guimarães, Marinor Brito, Michele Begot, Professora Nilse Pinheiro, Paula Gomes e Renilce Nicodemos.

As parlamentares trabalharam para que pudessem somar e conquistar mais direitos. A gestão de 2021/2022 colaborou com o debate e aprovação de proposições de interesse das mulheres do Pará. Educação, saúde, cultura, geração de emprego, meio ambiente, políticas de proteção à mulher, combate ao feminicídio, foram alguns dos temas que entraram definitivamente na pauta de debates, na gestão do presidente Chicão.

Uma das ações da Bancada, em concordância com a Procuradoria da Mulher da Alepa, e, em parceria com o Núcleo Mulher do MPE, foi o lançamento, em junho de 2020, da Cartilha “Mulheres e a Covid-19 no Pará”, material para orientar as mulheres sobre alguns dos principais problemas enfrentados durante a Pandemia da Covid-19. A cartilha está disponível para download nas plataformas online da Alepa e do Ministério Público. A Procuradoria da Mulher da Alepa foi uma conquista da Bancada Feminina do Poder Legislativo.

DEPUTADAS DA BANCADA FEMININA DA ALEPA



Ana
Cunha
PSDB



Cilene
Couto
PSDB



Diana
Belo
MDB



Dilvanda
Faro
PT



Dra. Heloísa
Guimarães
PSDB



Marinor
Brito
PSOL



Michele
Begot
PSD



Paula
Gomes
MDB



Professora
Nilse
PDT



Renilce
Nicodemos
MDB

Reuniões Realizadas

Em 2022, a Alepa teve uma boa produção legislativa, quando foram realizadas 38 Sessões Ordinárias, 76 Sessões Extraordinárias, 19 Sessões Solenes, 29 Sessões Especiais e 06 Audiências Públicas.

RELATÓRIO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	
TIPO DE REUNIÃO	QUANTIDADE
Sessão Ordinária	38
Sessão Extraordinária	76
Sessão Solene	19
Sessão Especial	29
Audiência Pública	06
Sessão de Instalação	01
Comissões Permanentes	68
Comissões Temporárias	17
Frentes Parlamentares	03
Reuniões Partidárias	08
Cultos	20
TOTAL GERAL	285

Sessões Solenes

84

DATA	EMENTA
02/02/2022	Abertura com a leitura da Mensagem do Governador Helder Barbalho
09/03/2022	Alusiva ao Dia Internacional da Mulher, conforme prevê o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução nº 0001/04
14/03/2022	Homenagem aos 40 anos do Ingresso da Mulher na Polícia Militar do Estado do Pará.
07/04/2022	Homenagem aos 65 anos de atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira/CEPLAC
13/04/2022	Homenagem aos 60 anos do Banpará
20/04/2022	Homenagem aos 203 anos da Associação Comercial do Pará/ACP
11/05/2022	Homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down
25/05/2022	Homenagem ao Dia do Profissional de Contabilidade
08/06/2022	Homenagem aos 77 anos da Justiça Eleitoral no Estado do Pará
09/06/2022	Homenagem às personalidades que contribuíram para a consolidação do relacionamento entre Portugal e o Estado do Pará nas áreas da Educação, Cultura e Economia, entre outras
10/06/2022	Homenagem aos 74 anos de fundação, no Pará, da Sociedade Bíblica do Brasil/SBB
13/06/2022	Homenagem aos 111 anos da Assembleia de Deus em Belém
15/06/2022	Comemoração do Dia do Exército Brasileiro
27/06/2022	Comemoração do Dia do Fonoaudiólogo
30/06/2022	Homenagem aos 4 Anos de Aniversário de Fundação do Portal Roma News
30/06/2022	Homenagem aos 50 Anos de Aniversário de Fundação do Grupo Marmobraz
06/10/2022	Entrega da Comenda de Nossa Senhora de Nazaré
24/11/2022	Homenagem aos 50 Anos da Igreja Batista Missionária da Amazônia/IBMA
07/12/2022	Outorga da Medalha "Paulo Frota" de Direitos Humanos

Sessões Especiais

86

DATA	EMENTA
12/02/2022	Reconhecimento aos serviços restados pela Imprensa durante o período da pandemia no Estado
23/02/2022	Debate sobre as demandas pendentes dos beneficiários do Projeto Habitacional Portal da Amazônia
17/03/2022	”Perspectivas e Desafios do Novo Plano Nacional de Políticas de Drogas”
28/03/2022	Homenagem aos 18 Anos do Grupo APB
30/03/2022	Homenagem aos 30 anos do Sindifisco-PA
11/04/2022	Homenagem ao Centenário do Partido Comunista do Brasil/PC do B
13/04/2022	Homenagem ao Dia Mundial de Conscientização Sobre o Autismo
18/04/2022	Políticas Públicas Para Formar Condições Olímpicas do Breaking no Estado
25/04/2022	Homenagem à Ordem Demolay do Pará
25/04/2022	Homenagem à Campanha da Fraternidade
27/04/2022	Homenagem aos 165 Anos da Sociedade Benemerita Beneficência Portuguesa
28/04/2022	Debate das ações do Abril Laranja - Mês de Prevenção Contra a Crueldade Animal
11/05/2022	Reunião sobre ”O Sucateamento e o Desmonte da Embrapa. A Quem Interessa?”
16/05/2022	Homenagem ao Dia Estadual do Clube de Aventureiros
18/05/2022	Debate sobre Acessibilidade à Tarifa Social de Energia para pessoas com deficiência
19/05/2022	Apresentação e discussão de projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA
19/05/2022	Homenagem ao Dia da Defensoria Pública
23/05/2022	Homenagem aos 81 Anos da Federação Paraense de Desportos/FPD
26/05/2022	Homenagem ao Padre Bruno Sechi

DATA	EMENTA
26/05/2022	Homenagem ao Dia Global de Conscientização Sobre Acessibilidade
27/05/2022	Homenagem ao Dia do Pedagogo
27/05/2022	Discussão Sobre a Incidência de Suicídios no Estado
01/06/2022	Homenagem ao Dia da Imprensa
09/06/2022	Homenagem aos 60 anos de Regulamentação da Profissão de Psicologia no Brasil
20/06/2022	Debate sobre a Política Estadual de Drogas e a Rede de Atenção Psicossocial; Perspectivas e Desafios do Trabalho Intersetorial
22/06/2022	Debate sobre a Educação Pública Superior
27/06/2022	Homenagem aos 32 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA
30/11/2022	Debate sobre a Educação dos Povos do Campo, Indígenas, Quilombolas e Extrativistas

Audiências Públicas

89

DATA	EMENTA
22/02/2022	Apresentação, pelo Poder Executivo, dos Relatórios de Metas Fiscais - 3º RGF/2021
09/05/2022	Sobre a emancipação político-administrativa de 7 distritos, com seus representantes e o presidente da FADDEPA (CDAEAM)
25/05/2022	Debate de ações alusivas ao Maio Laranja
31/05/2022	Apresentação, pelo Poder Executivo, dos Relatórios de Metas Fiscais - 1º RGF/2022
30/06/2022	Debate sobre a incidência de suicídios em escolas públicas (CSAU)
27/09/2022	Apresentação, pelo Poder Executivo, dos Relatórios de Metas Fiscais - 2º RGF/2022

Participação da Alepa em Conselhos

A Presidência da Casa coordena a indicação de Deputados(as) para participação na composição dos Conselhos Estaduais, considerando a atuação dos mesmos dentro das Comissões Permanentes, para posterior encaminhamento ao Governador, tendo em 2022 representatividade parlamentar em 14 Conselhos, conforme elencado abaixo:

CONSELHO	DEPUTADOS	ORGÃO
Conselho Estadual de Previdência/CEP	Titular: Deputado Igor Normando Suplente: Deputada Renilce Nicodemos	IGEPREV
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/CEDCA	Titular: Deputada Michele Begot Suplente: Deputada Ana Cunha	SEASTER
Conselho Gestor da Funcacau	Titular: Deputado Eraldo Pimenta Suplente: Deputado Ozório Juvenil	SEDAP
Conselho Estadual das Cidades/ CONCIDADES	Titulares: Deputada Profª Nilse Deputado Orlando Lobato Suplente: Deputada Paula Gomes Deputado Martinho Carmona	SEDOP
Conselho Estadual do Cooperativismo/ CECOOP	Titular: Deputado Dr. Galileu Suplente: Deputada Profª Nilse	SEDEME
Conselho Estadual de Educação/CEE	Titular: Deputada Profª Nilse	SEDUC
Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP	Titulares: Deputado Fábio Freitas Deputado Nilton Neves Suplente: Deputado Toni Cunha Deputado Dirceu Ten Caten	SEGUP
Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos/CEDJDH	Titular: Deputado Chicão Suplente: Deputado Bordalo	SEJUDH
Conselho Universitário da UEPA	Titular: Deputada Drª Heloísa Suplente: Deputado Dirceu Ten Caten	UEPA
Conselho Estadual do Meio Ambiente/ COEMA	Titular: Deputada Miro Sanova Suplente: Deputado Fábio Freitas	SEMAS
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher do Pará	Titular: Deputada Profª Nilse Suplente: Deputada Drª Heloísa	SEJUDH
Conselho Penitenciário Estadual/ COPEN	Titular: Deputada Michele Begot Suplente: Deputado Fábio Freitas	SEASP
Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológico/CONSECET	Titular: Deputado Dirceu Ten Caten Suplente: Deputado Ozório Juvenil	SECTET
Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará/ FRC	Titular: Deputado Igor Normando	SEASTER

The background features a blurred image of a legislative chamber or assembly hall. The room has high ceilings, large windows, and rows of desks with computers. A large mural or relief is visible on the wall. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter. A solid red square is positioned on the right side of the page, partially overlapping the text.

Departamento Legislativo

A função legiferante é a atividade fim do Poder Legislativo. No caso do Pará, toda a construção normativa formal do estado passa pelo Departamento Legislativo da Assembleia Legislativa/DL, que é responsável pelo acompanhamento e tramitação de todas as proposições que são submetidas à análise do Poder Legislativo, desde sua origem até sua conclusão, sempre em obediência aos princípios do devido processo legislativo, entregando à sociedade o resultado do trabalho desenvolvido na Casa, fruto das demandas sociais, econômicas e políticas. Compete também ao Departamento Legislativo a coordenação das Reuniões Plenárias, onde são debatidos os temas e proposições de interesse do povo paraense.

O Processo Legislativo deve ser entendido como o conjunto de procedimentos formais pré-ordenados, que tem por objetivo a análise de uma proposição legislativa, nos termos do que dispõem as Constituições da República e do Estado do Pará. Nesse processo, estão incluídas as espécies normativas autorizadas pela Carta Magna, como Emendas Constitucionais, Projetos de Lei Complementar e Ordinária, Decretos Legislativos e Resoluções, além de Requerimentos, Moções e demandas de outras naturezas.

O Departamento Legislativo conta com uma equipe de servidores que buscam oferecer o melhor suporte aos parlamentares, a fim de que possam exercer o seu mandato da forma mais plena possível. Fazem parte da estrutura do Departamento Legislativo a Divisão de Anais e Divisão de Expediente, com suas respectivas Seções (Taquigrafia, Documentação de Plenário, Revisão de Plenário, Composições de Anais, Som, Apoio à Mesa, Registro e Controle, Redação do Plenário e Expediente e Redação Final).

Divisão de Expediente

Resumo de Proposições Apresentadas no Ano de 2022

PROPOSIÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
Proj. de Dec. Legisl.	0	1	1	10	11	4	0	3	1	1	6	19	57
Proj. de Emenda Const.	1	0	1	0	0	3	0	1	1	0	0	0	7
Proj. de Lei	3	59	43	48	60	52	5	56	25	15	39	15	420
Proj. de Lei Compl.	0	2	0	3	4	2	1	0	0	1	4	0	17
Proj. de Resolução	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	1	0	5
Processo	1	1	0	3	2	1	0	1	1	1	1	0	12
Proj. de Indicação	0	8	9	7	5	7	0	4	3	0	4	1	48
Moção	0	87	128	85	122	103	0	90	79	28	73	37	832
Requerimento	9	37	87	39	60	71	0	67	38	20	33	12	473
Veto	0	2	1	1	2	0	0	0	0	0	2	0	8
TOTAL	14	197	270	196	268	245	6	222	148	66	163	84	1879

Gráfico Comparativo



Resumo de Proposições Aprovadas e Deferidas no Ano de 2022

PROPOSIÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
Proj. de Dec. Legisl.	0	0	2	1	14	2	0	2	0	0	1	9	31
Proj. de Emenda Const.	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	3
Proj. de Lei	0	0	42	61	36	40	0	43	10	18	30	94	374
Proj. de Lei Compl.	0	0	2	1	3	5	0	1	0	0	4	1	17
Proj. de Resolução	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Proj. de Indicação	0	0	4	6	11	5	0	5	0	2	5	5	43
Moção	0	87	128	85	122	102	0	90	79	28	73	37	831
Requerimento	0	18	95	29	57	69	0	75	18	26	31	15	433
TOTAL	0	105	273	183	245	224	0	216	107	74	144	163	1734

Gráfico Comparativo

JAN

FEV

MAR

ABR

MAI

JUN

JUL

AGO

SET

OUT

NOV

DEZ



Reuniões Plenárias Realizadas no Ano de 2022

SESSÕES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT
Reunião Ordinária	3	4	4	5	4	5	3	3	4	38	3,8
Reunião Extraordinária	0	6	10	15	10	10	2	5	9	76	2,5
Reunião de Instalação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
TOTAL	4	10	14	20	14	15	5	8	13	115	11,5

Gráfico Comparativo



Relatório Geral de Atividade Parlamentar no Ano de 2022

4ª Sessão Legislativa

1ª Legislatura

PROJETOS

APRESENTADOS	APRECIADOS	APROVADOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO EM RELAÇÃO AOS APRECIADOS
574	505	470	

MOÇÕES

APRESENTADAS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO EM RELAÇÃO ÀS APRECIADAS
832	99,88%

REQUERIMENTOS

APRESENTADOS	APRECIADOS	APROVADOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO EM RELAÇÃO AOS APRECIADOS
473	445	433	

REUNIÕES PLENÁRIAS

ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PREPARATÓRIAS	INSTALAÇÃO	TOTAL
38	76	0	1	115

TOTALIZADOR GERAL

TOTAL DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS EM PLENÁRIO	TOTAL DE PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM PLENÁRIO	TOTAL DE PROPOSIÇÕES APROVADAS E DEFERIDAS EM PLENÁRIO	ÍNDICE GERAL DE PRODUÇÃO	ÍNDICE GERAL DE APROVEITAMENTO
1879	1872	1734		
MÉDIA MENSAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA MENSAL		
187,9	178,2	173,4		

Seção de Redação de Plenário

1º PERÍODO: 02/02 A 28/06 - 2º PERÍODO: 02/08 A 20/12

TÍTULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Posse do Governador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posse Mesa Diretora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reunião Preparatória	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Solene de Instalação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ordinária	0	3	4	4	5	4	0	5	3	3	4	3	38
Extraordinária	0	0	6	10	15	10	0	10	2	5	9	9	76
Não realizadas Falta de quórum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

100

Seção de Expediente e Redação Final

Atividades desenvolvidas pela Seção de Expediente e Redação Final ao longo do ano de 2022:

PROJETOS	QUANTIDADE
Leis promulgadas pela Alepa	03
Projetos de Lei	374
Projetos de Lei Complementar	17
Projetos de Indicação	43
Resolução	02
Decreto Legislativo	31
Emenda Constitucional	03
Projetos transformados em Indicação	06

OUTROS	QUANTIDADE	OFÍCIOS GERADOS
Moção	821	3.836
Requerimento	433	

Divisão de Anais

REUNIÕES													
MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REUNIÕES	05	13	16	20	32	29	0	1	0	1	1	5	123

Seção de Taquigrafia

Realizou o registro de 125 sessões de natureza Ordinária, Extraordinária, Solene e Comissões, no ano de 2022.

Seção de Documentação de Plenário

Após receber as notas taquigráficas, documentou 135 sessões e enviou à Seção de Revisão de Plenário.

Seção de Revisão de Plenário

A Seção de Revisão de Plenário recebeu as documentações referentes às 135 reuniões realizadas no período entre 12/01/2022 e 22/12/2022, e após revisão encaminhou para a Seção de Composição de Anais.

Seção de Composição de Anais

No Ano de 2022 foram Inseridas nos Anais da Casa, as seguintes Reuniões:

PERÍODO ORDINÁRIO - 02/02 a 20/12/2022				
01 Solene	34 Ordinárias	66 Extraordinárias	04 CPI	04 Audiência Pública
REUNIÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA				
03 da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária		01 Relatório anual das atividades do Ministério Público		
REUNIÕES DE CPI	04 Reuniões "oitivas" sobre investigação da empresa VALE S/A			
TOTAL DE REUNIÕES	111			

PESQUISAS:

- No Período Legislativo de 2022, suspendemos as pesquisas entre os anos de 1945 e parte de 1997 por ocorrência do encaixotamento dos Anais por falta de espaço para arquivá-los.
- Recebemos 11 solicitações de notas taquigráficas no decorrer do ano.

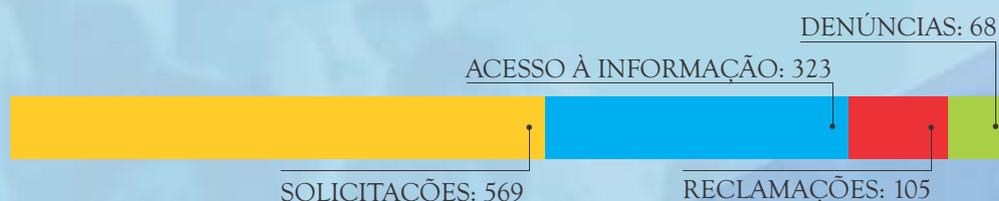
Seção de Som

Esteve presente nas 123 reuniões realizadas no ano de 2022, atendendo todas as demandas solicitadas.

The background features a collage of student activities, including a group of students in a classroom, a student in a white shirt with 'BOB' on it, and students sitting at tables in a dining area. The collage is overlaid with semi-transparent blue and purple geometric shapes.

Ouvidoria

A Ouvidoria tem como objetivo receber as manifestações dos cidadãos a respeito da Assembleia Legislativa e seus deputados conforme o art. 10, da Lei Federal no 13.460, de 26/06/2017, e dar o retorno devido, no prazo legal. Sua missão é ser um canal aberto e direto da sociedade com a Assembleia Legislativa, visando estimular a participação do povo na transparência e aprimoramento legislativo e administrativo da Casa. Atualmente, o cargo de Ouvidor Geral da Assembleia Legislativa do Estado é ocupado pelo Deputado Raimundo Santos.



Foram feitas 1.065 manifestações à Ouvidoria em 2022, sendo 772 presencialmente, 61 pelo SisOuvidor e 232 pelo nosso E-mail Institucional. As manifestações estão assim classificadas: 569 solicitações, 323 pedidos de acesso à informação, 105 reclamações e 68 denúncias.

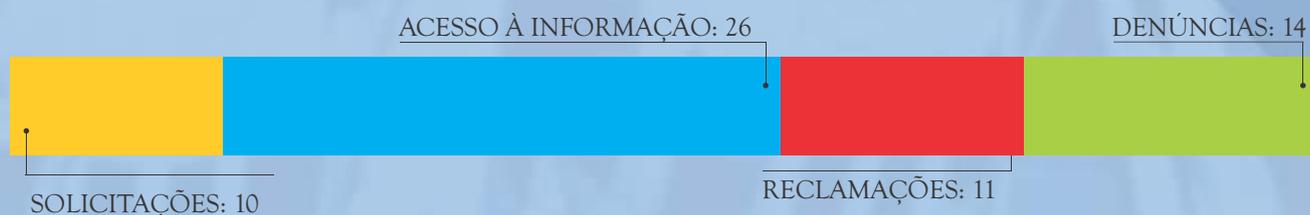
PRESENCIAL:

Foram reduzidas a termo 772 manifestações presenciais em 2022, todas já com respostas aos questionamentos dos usuários. Quanto ao tipo de abordagem, essas manifestações estão assim classificadas: 512 solicitações, 172 pedidos de acesso à informação, 56 reclamações e 32 denúncias, de acordo com o gráfico a seguir:



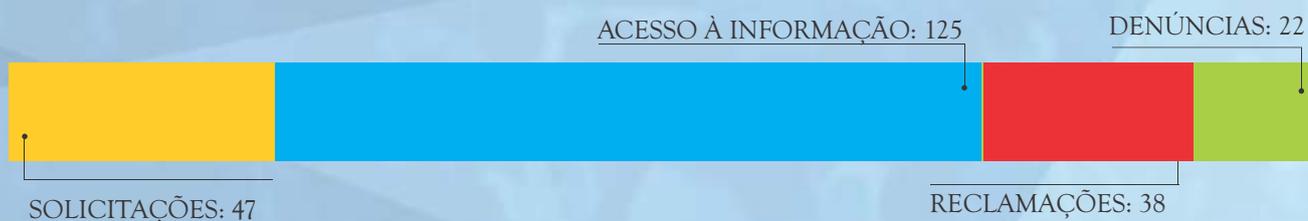
SISOUVIDOR

O SisOuvidor, durante o ano de 2022, teve um total de 61 registros a título de manifestações. Quanto ao tipo de abordagem, essas manifestações estão assim classificadas: 10 solicitações, 26 pedidos de acesso à informação, 11 reclamações e 14 denúncias, de acordo com o gráfico a seguir:



E-MAIL:

O E-mail da Ouvidoria Geral da Alepa, durante o ano de 2022, apresentou 232 registros a título de manifestação. Quanto ao tipo de abordagem, essas manifestações estão assim classificadas: 47 solicitações, 125 pedidos de acesso à informação, 38 reclamações e 22 denúncias, de acordo com o gráfico a seguir:



TELEFONE:

As ligações telefônicas que solicitavam informações de caráter simples, entre elas a de como manter contatos com órgãos da Assembleia Legislativa, gabinetes parlamentares ou outras entidades ou órgãos da Administração Pública, foram prontamente atendidas.

Quanto às demais ligações que se enquadravam como manifestações, na definição do que estipula o inciso V, do art. 2º, do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público - Lei no 13.460/2017 (reclamações, denúncias, sugestões etc.), os respectivos usuários foram orientados a realizá-las na forma do que determina o art. 10, § 4º, da referida lei, ou seja, “por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente”, com a obrigatoriedade legal da devida identificação.

MANIFESTAÇÕES - FINALIZADAS:

Do total de 1.065 manifestações, foram respondidas 1.064, restando apenas uma em aberto, tramitando dentro do prazo legal.



Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo/ELEPA, vinculada à Assembleia Legislativa do Estado/Alepa, tem como principal missão oferecer aos funcionários a oportunidade de desenvolvimento integral de educação aplicada no âmbito do poder legislativo, caracterizada com base na formação de recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atuam, a fim de torná-los cada vez mais aptos à inserção em setores profissionais ao atender as suas devidas aptidões. No ano de 2022, a ELEPA, por meio de atividades formativas e de capacitação, promoveu ações com o intuito de fortalecer práticas profissionais e investigativas, ao incentivar o aprimoramento e o desenvolvimento de conhecimento relativos ao legislativo estadual e municipal, o que possibilitou a difusão de informações de acordo com as suas finalidades institucionais.

O planejamento das ações foi realizado a partir das demandas referentes à consolidação e revigoramento da educação legislativa, contemplou tanto o público interno quanto o público externo, especificamente servidores da Alepa, das Câmaras Municipais paraense e de algumas Secretarias do poder executivo.

A disseminação das ações formativas no âmbito do legislativo estadual e municipal - Forma ELEPA/Alepa Local e Forma ELEPA/Alepa Itinerante; a aprovação do processo de credenciamento da ELEPA junto ao Conselho Estadual de Educação do Pará/CEE para a oferta de Graduação e Especialização (presencial e à distância); a estruturação da Plataforma Mnemosine, para realização de cursos em EAD e o ordenamento dos Atos Normativos da Escola, consideram-se como principais atividades realizadas no ano de 2022 e enquadram-se no rol de inovações propostas pela Direção da Escola do Legislativo.



1 APROVAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1.1 Informações gerais

Diploma: Tecnólogo em Gestão Pública. **Modalidade:** Presencial e a Distância. **Carga horária total do curso:** 1600 horas. **Integralização curricular do curso:** Mínima: 4 semestres. **Vagas presenciais:** 50 vagas anuais
Vagas EAD: 200 vagas anuais.

Turmas ofertadas em 2022: **Turma presencial:** 94 alunos matriculados. **Turma EAD:** 63 alunos matriculados

2 APROVAÇÃO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESCOLA DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO PARÁ

Autoria: Mesa Diretora. Projeto de Lei Complementar nº 15/2022. **Denominação:** Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará – FELEPA. **Legalidade:** Termos do art. 37, XIX, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional no 19/1998, nos Art. 21, caput, e 91, IX, da Constituição do Estado do Pará. **Natureza:** personalidade jurídica de direito público

Características: autônoma administrativa, financeira e orçamentariamente. Plena gestão de seus bens e recursos, sem fins lucrativos e vinculados à Aelpa.

Estrutura: presidência da fundação; conselho deliberativo; conselho fiscal; presidência do conselho deliberativo; coordenadoria Administrativa e Financeira; coordenadoria pedagógica; coordenadoria de ensino à distância; secretaria escolar; procuradoria jurídica.

Outras informações: O padrão remuneratório dos ocupantes dos cargos em comissão pertencente a estrutura disposta nos incisos do Art. 30, assim como os jetons por participação dos Presidentes e membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, deverão obedecer à forma consignada no Art. 11º desta Lei Complementar, sendo a nomeação de competência do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

A organização, funcionamento, competência e atribuições dos órgãos e cargos criados por esta lei complementar serão definidas pela FELEPA em estatuto próprio. Os recursos financeiros da FELEPA serão provenientes de dotação consignada anualmente no orçamento da FELEPA. Enquanto não dispuser de quadro de pessoal permanente, a FELEPA poderá requisitar servidores da Assembleia Legislativa do Pará, devendo haver anuência do Presidente do Poder Legislativo.

3 AÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS – JANEIRO A JUNHO DE 2022

FORMA ELEPA/ALEPA ITINERANTE – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO MARAJÓ OCIDENTAL

Municípios contemplados: Soure, Anajás, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista. **Município polo:** Soure. **Período:** 17 a 19 de março de 2022. **Local:** Câmara Municipal de Soure

FORMA ELEPA/ALEPA – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS

Municípios: Marabá, Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Curionópolis, São Geraldo do Araguaia, Canaã dos Carajás, Piçarra.

Município polo: Marabá. **Período:** 07 a 09 de abril de 2022. **Local:** Câmara Municipal de Marabá.

FORMA ELEPA/ALEPA – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TAPAJÓS

Municípios: Itaituba, Aveiro, Rurópolis, Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso.

Município polo: Itaituba. **Período:** 28 a 30 de abril de 2022. **Local:** Secretaria Municipal de Educação

FORMA ELEPA/ALEPA – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TUCURUÍ

Municípios: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga.

Município polo: Tucuruí. **Período:** 12 a 14 de maio de 2022. **Local:** Associação Comercial e Industrial de Tucuruí.

FORMA ELEPA/ALEPA – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS

Municípios: Barcarena, Abaetetuba, Limoeiro do Ajuru, Igarapé Miri, Moju, Acará, Oeiras do Pará, Cametá, Mocajuba, Tailândia, Baião

Município polo: Barcarena. **Período:** 26 a 28 de maio de 2022. **Local:** Auditório da Escola Municipal Maria Cecília

FORMA ELEPA/ALEPA – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM

Municípios: Paragominas, Bujaru, Ourém, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Aurora do Pará, Garrafão do Norte, Tomé-Açu, Nova Esperança do Piriá, Ipixuna do Pará, Ulianópolis, Dom Eliseu, Rondon do Pará e Abel Figueiredo

Município polo: Paragominas. **Período:** 09 a 11 de junho de 2022. **Local:** Teatro Reinaldo Castanheira (Espaço Cultural)

FORMA ELEPA/ALEPA – REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO SALGADO

Municípios: Salinópolis, São João de Pirabas, Quatipuru, Santarém Novo, Augusto Correia, Peixe-Boi, Capanema, Bonito, Santa Luzia do Pará, Visau, Cachoeira do Piriá

Município polo: Salinópolis. **Período:** 23 a 24 de junho de 2022. **Local:** Câmara Municipal de Salinópolis.



The background features a complex geometric pattern of overlapping triangles in various shades of blue, from light to dark. A faint, semi-transparent portrait of a woman's face is visible in the upper right quadrant. A solid blue square is positioned on the right side of the page, partially overlapping the text.

Departamento de Bem Estar Social

O Departamento de Bem-Estar Social (DBES) da Assembleia Legislativa do Pará, frente à missão de prestar serviços de qualidade aos servidores da Alepa, assim como, aos seus dependentes e a comunidade em geral, dispõe de gabaritado quadro de profissionais nas mais diversas áreas da saúde.

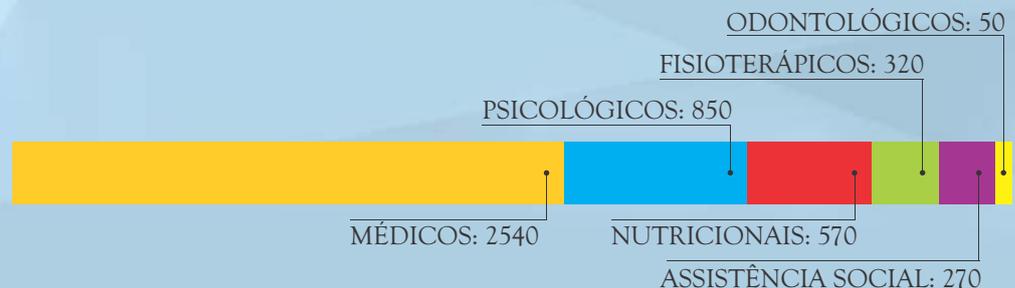
Com apoio da presidência da Casa, a diretoria do DBES destaca as principais atuações: Reuniões com as equipes; conhecimento e organização de fluxos e processos internos; elaboração de termos de referência para as demandas do setor, ações internas e externas, entre outras.

Localizado no prédio Senador Almir Gabriel, complexo Mariuadir, o setor conta com espaço para a realização de seus atendimentos multiprofissionais. Ao longo do primeiro semestre, foram realizadas algumas obras para reparos, adequação e modernização do espaço físico. A obra teve início na sala da Divisão de Saúde, sala de esterilização e banheiros. Há previsão de, ao término dessa etapa, iniciar a readequação da sala de enfermagem e ambulatório.

Em 26/09/2022, em virtude de obra realizada no telhado, o setor foi interditado, ficando em área da recepção funcionando com equipe reduzida. Já em 07/11/2022, o departamento foi completamente interditado e passou a funcionar na sala da comissão de obras até a conclusão do serviço e entrega do departamento.

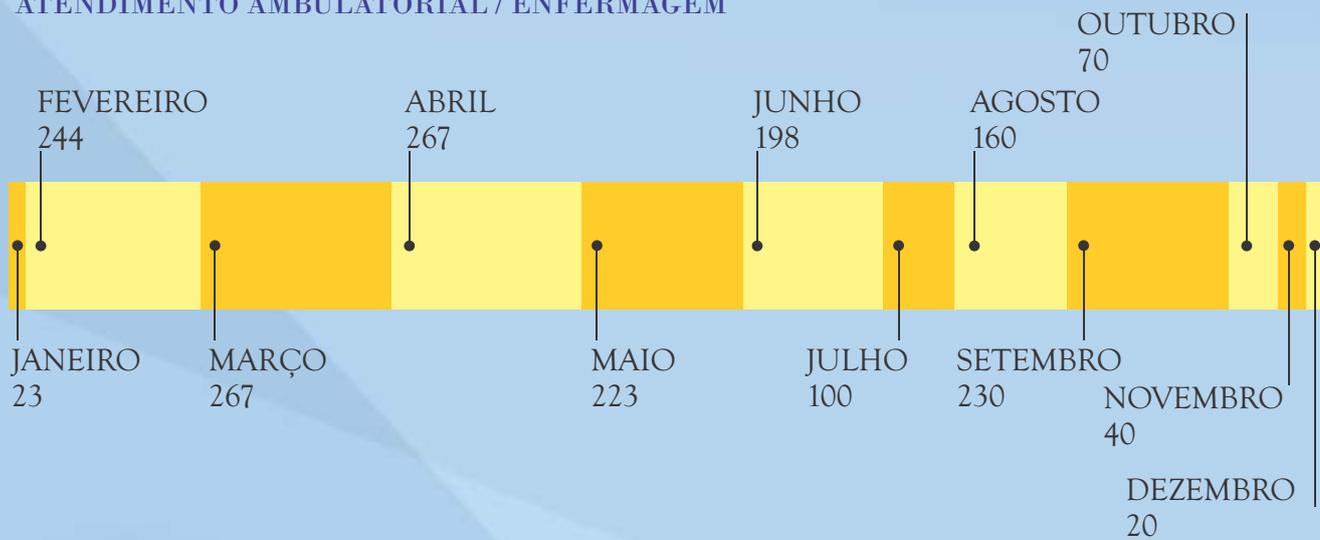
Entre as principais ações realizadas, pode-se citar:

- Campanha do Janeiro Branco, focada na saúde mental;
- Ação de Cidadania em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém/CODEM;
- Campanha de doação de sangue em parceria com a Fundação de Hemoterapia e Hematologia do Pará/HEMOPA;
- Campanha de imunização contra a Influenza (gripe) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde/SESMA;
- Ações sobre o Setembro Amarelo;
- Palestra sobre conscientização do aneurisma cerebral;
- Ação de sensibilização da Campanha Novembro Azul;
- Campanha sobre a importância na escovação bucal.



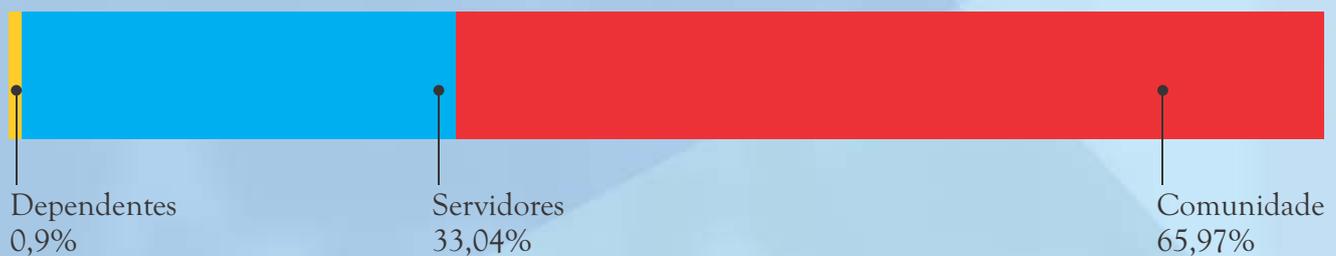
Odontologia: o serviço tinha previsão de retornar aos atendimentos em maio de 2022, pois aguardava o concerto e instalação da autoclave, bem como finalização do processo para fornecimento de materiais e outros insumos para regularização do fluxo de atendimentos. Em 03/11 receberam materiais e medicamentos, porém, devido a obra no setor, os atendimentos encontram-se suspensos.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL / ENFERMAGEM

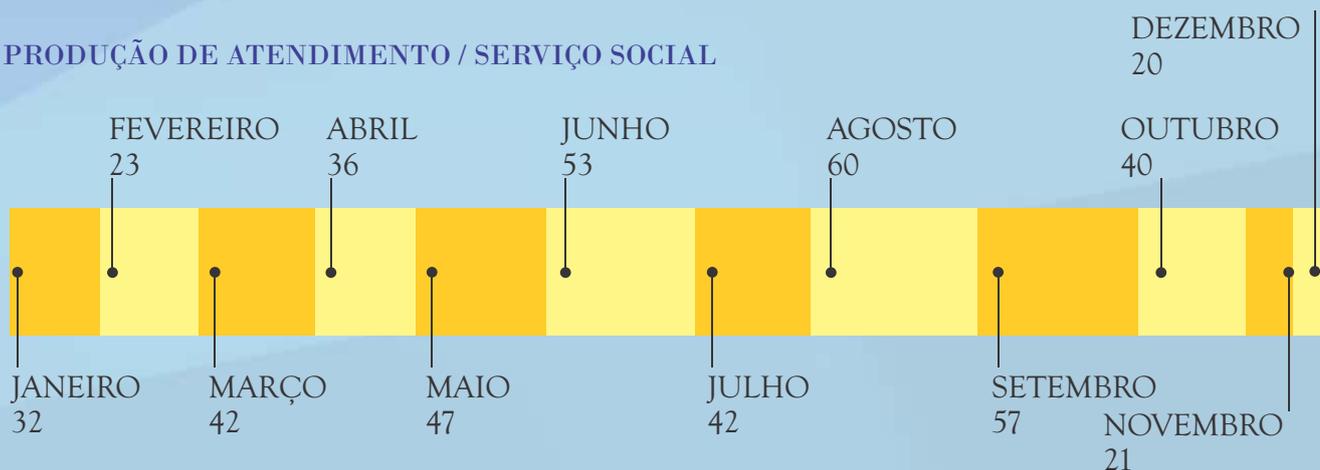


PROCEDIMENTOS REALIZADOS / ENFERMAGEM

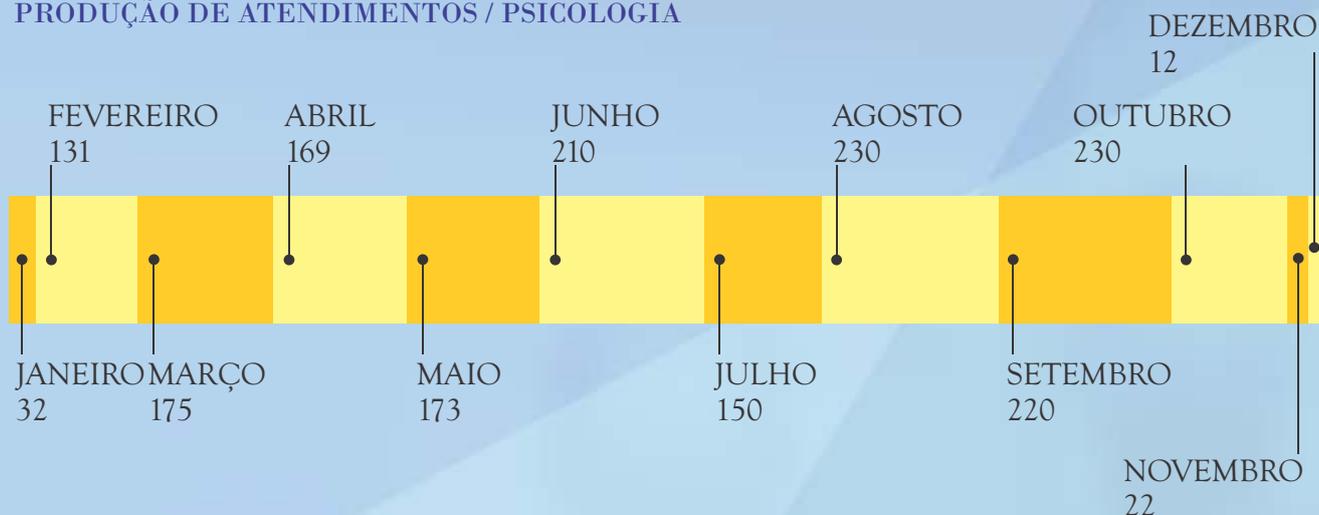
	Aferição de PA	Aferição de Peso	Aferição de Temperatura	Aferição de Glicemia	Intramuscular	Intravenoso	Via oral	Orientações de enfermagem	Massagem	Curativos
JANEIRO	27	2	4	5	2	0	5	56	1	2
FEVEREIRO	112	3	2704	10	2	0	8	140	1	2
MARÇO	199	4	3080	15	5	0	12	210	2	3
ABRIL	97	4	12	6	3	0	4	115	1	1
MAIO	314	3	2	7	2	0	5	320	1	2
JUNHO	109	1	1	8	2	0	6	90	0	1
JULHO	115	0	2	5	1	1	1	130	0	1
AGOSTO	291	480	8	1	1	1	2	305	0	0
SETEMBRO	107	20	10	9	0	5	5	78	0	2
OUTUBRO	99	3	10	12	4	0	12	30	0	4
NOVEMBRO	80	4	9	7	0	5	2	67	0	0



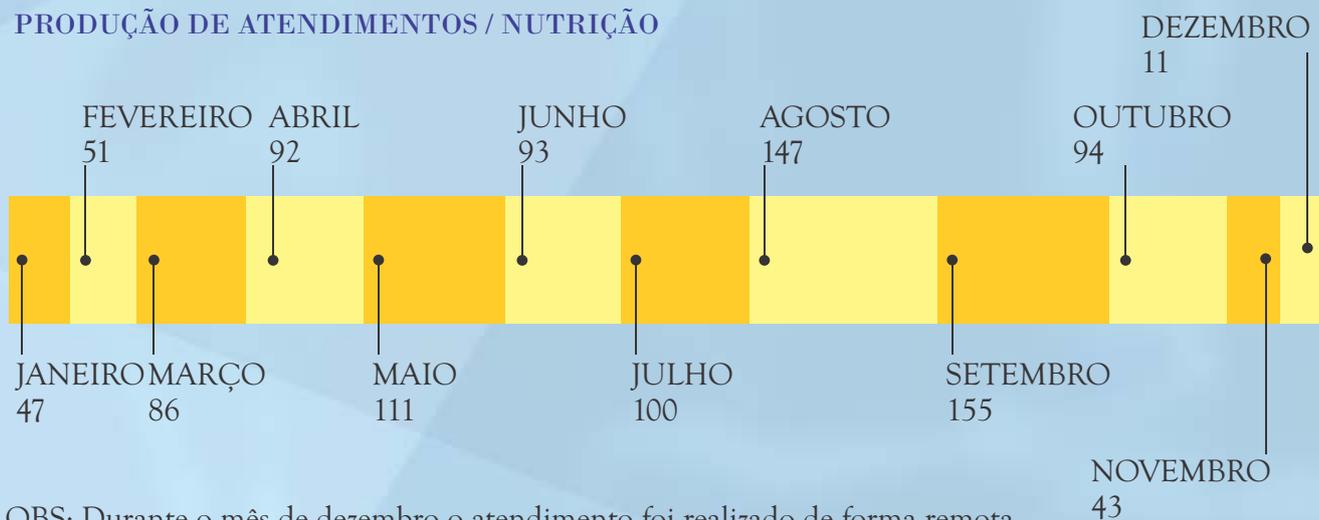
PRODUÇÃO DE ATENDIMENTO / SERVIÇO SOCIAL



PRODUÇÃO DE ATENDIMENTOS / PSICOLOGIA

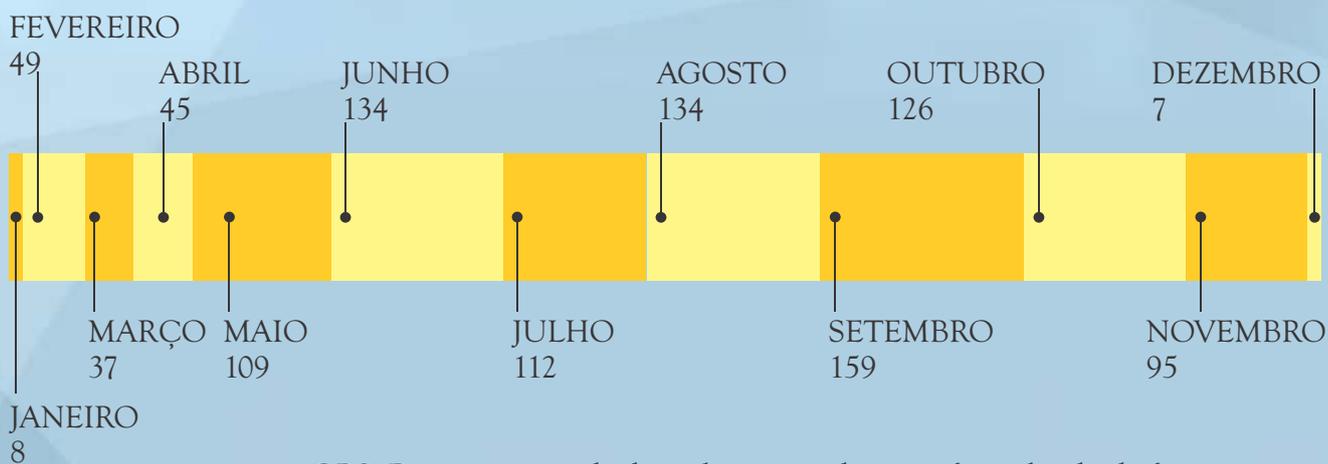


PRODUÇÃO DE ATENDIMENTOS / NUTRIÇÃO



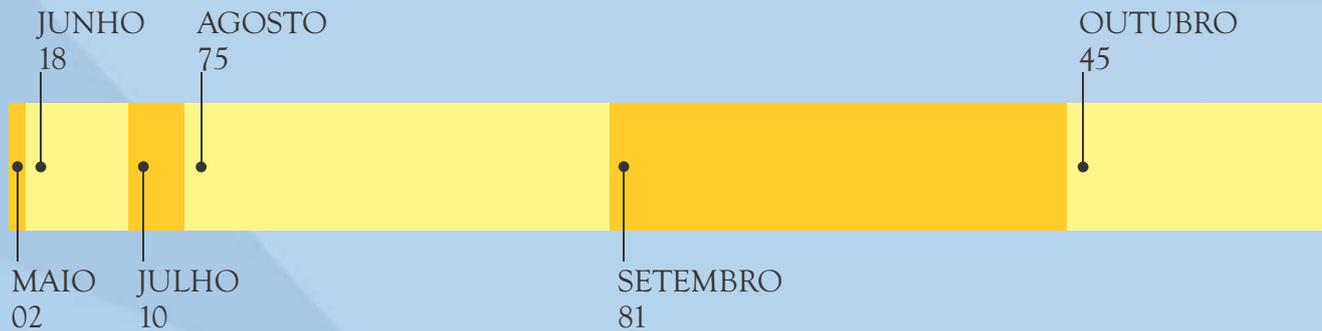
OBS: Durante o mês de dezembro o atendimento foi realizado de forma remota

PRODUÇÃO DE ATENDIMENTOS / FISIOTERAPIA



OBS: Durante o mês de dezembro o atendimento foi realizado de forma remota

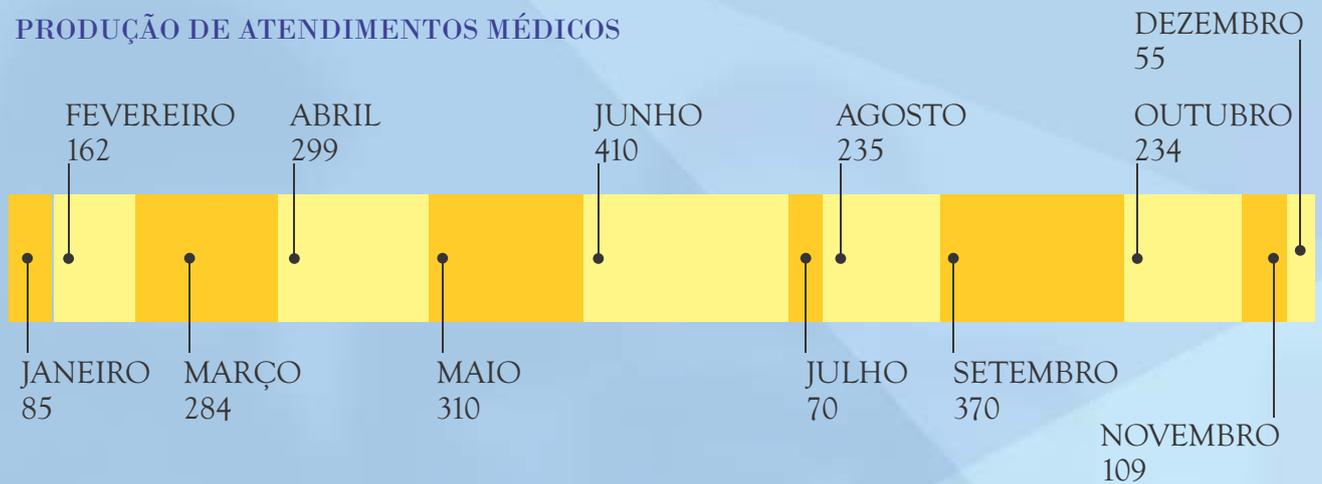
PRODUÇÃO DE ATENDIMENTO / ODONTOLÓGICO



OBSERVAÇÃO:

Em virtude de obras no departamento, os atendimentos foram suspensos a partir de 07/11

PRODUÇÃO DE ATENDIMENTOS MÉDICOS



ESTATÍSTICAS - TESTES RÁPIDOS COVID-19



Positivo Negativo

LICENÇA SAÚDE

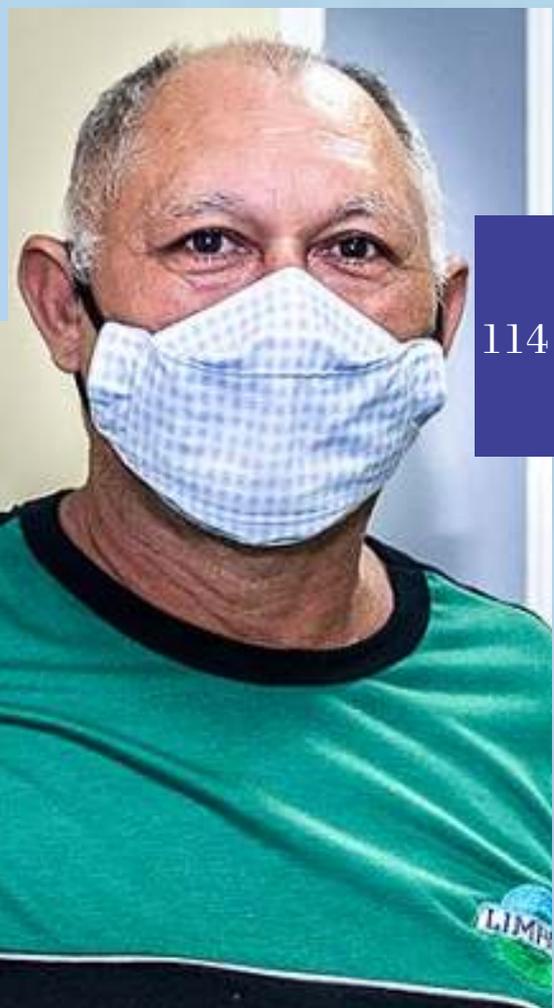


SEPLAD 52

INSS 7

IR 9

LICENÇA
MATERNIDADE 7



RELATÓRIO DAS AÇÕES ITINERANTES

VIGIA DE NAZARÉ

(12/mai/2022)

Serviços Médicos	46
Serviços Odontológicos	27
Serviços de Nutrição	10
Aferições de Pressão Arterial	56
Testes de Glicemia	08
Serviços Psicológicos	12

PONTA DE PEDRAS

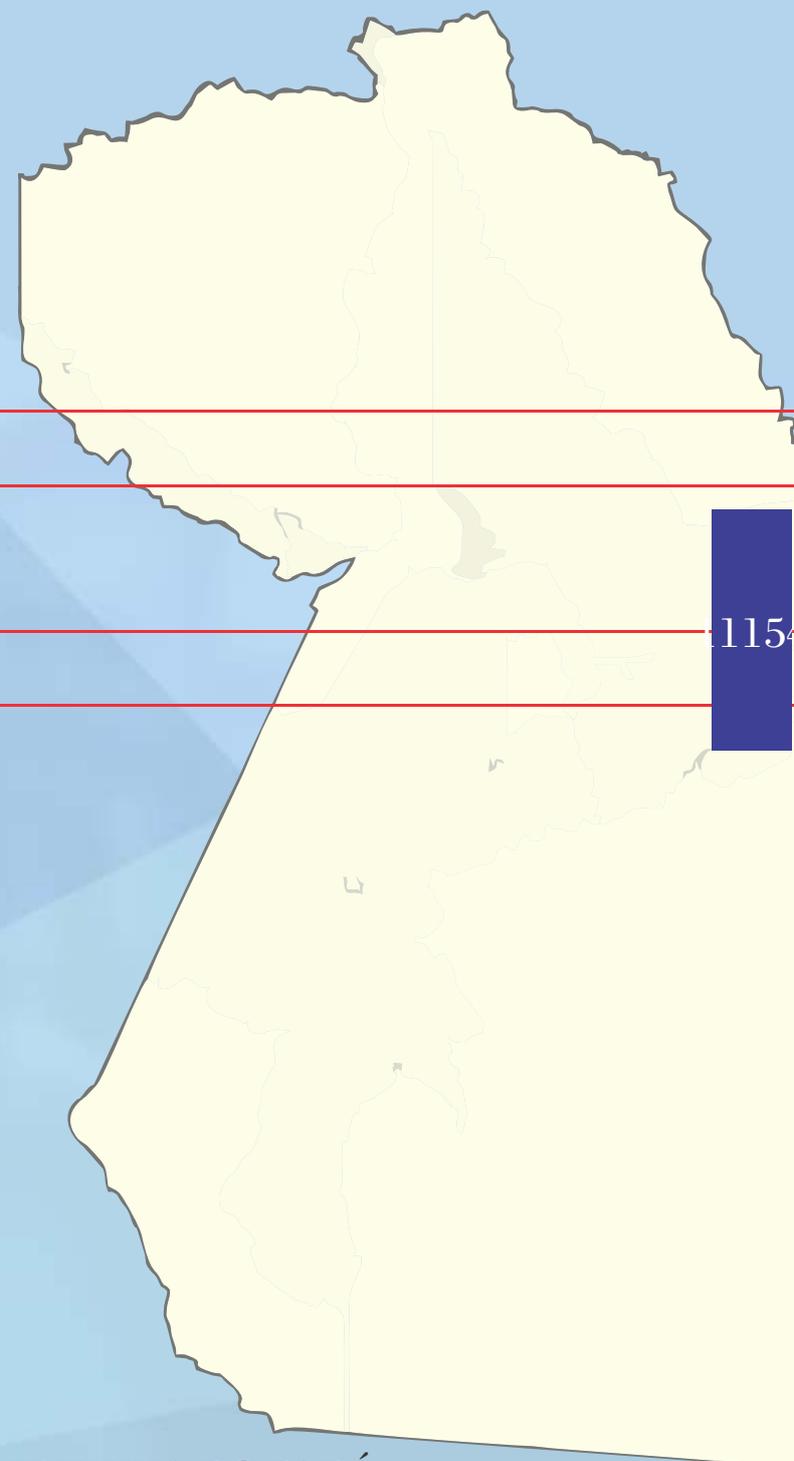
(21 e 22/mai/2022)

Serviços Médicos	137/74
Serviços Odontológicos	45/22
Serviços de Nutrição	21/11
Aferições de Pressão Arterial	243
Testes de Glicemia	100/68
Serviços de Enfermagem	20/59

ACARÁ

(12/jun/2022)

Serviços Odontológicos	46
Aferições de Pressão Arterial	68
Testes de Glicemia	47
Serviços de Enfermagem	25



IPIXUNA DO PARÁ

(12/jun/2022)

Serviços Odontológicos	28
------------------------	----

SALINÓPOLIS

(07/mai/2022)

Serviços Médicos	25
Serviços Odontológicos	34
Serviços de Nutrição	08
Aferições de Pressão Arterial	100
Testes de Glicemia	60

MARITUBA

(14 e 15/mai/2022)

Serviços Médicos	21/22
Serviços Odontológicos	23/20
Aferições de Pressão Arterial	80/90
Testes de Glicemia	43/300
Exames de Ultrassom	40
Serviços Psicológicos	06/10

SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

(11/jun/2022)

Serviços Odontológicos	34
Aferições de Pressão Arterial	60
Testes de Glicemia	39
Serviços de Enfermagem	28

MARABÁ

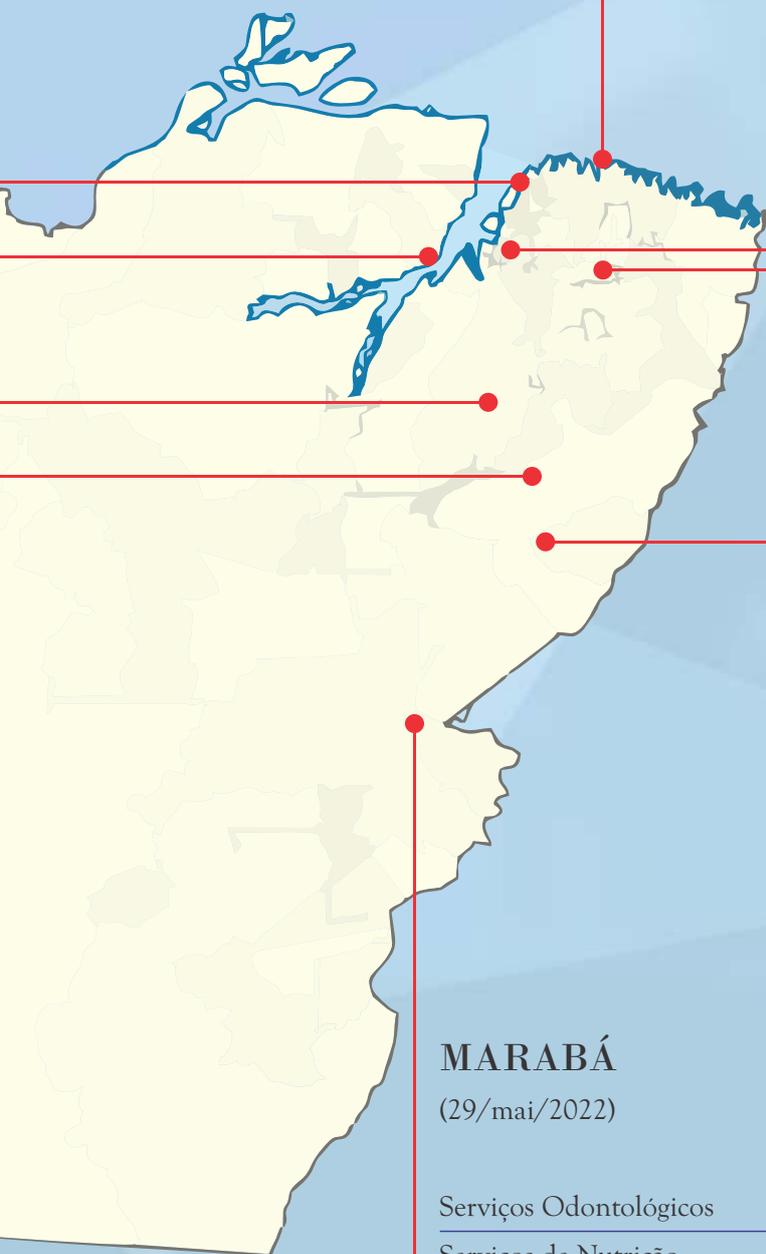
(29/mai/2022)

Serviços Odontológicos	90
Serviços de Nutrição	18
Aferições de Pressão Arterial	79
Testes de Glicemia	65
Serviços de Enfermagem	28

PARAGOMINAS

(11/jun/2022)

Serviços Odontológicos	13
------------------------	----



The background features a faded, blue-tinted photograph of a community meeting. Numerous people are seated in rows of chairs, facing towards the right side of the frame. The scene is overlaid with several large, semi-transparent blue geometric shapes, including triangles and polygons, which create a layered, abstract effect. The overall color palette is monochromatic, dominated by various shades of blue.

Central de Atendimento ao Cidadão/CAC



O Centro de Atendimento ao Cidadão Helena Coutinho/CAC da Alepa oferece serviços gratuitos como emissão da primeira via do RG (Identidade), encaminhamento para Certidão de Nascimento e Assessoria Jurídica junto às varas cíveis, criminais e juizados especiais de Belém.

Foram atendidos 1956 cidadãos para Serviços Jurídicos e emitidas 8750 RGs somente na sede do CAC. Além dessas emissões, o CAC, através do Projeto "Alepa em Ação" (CAC Itinerante), emitiu 10.690 carteiras de identidade para os cidadãos na Região Metropolitana de Belém e em diversos municípios.

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÕES SOCIOJURÍDICAS EM 2022

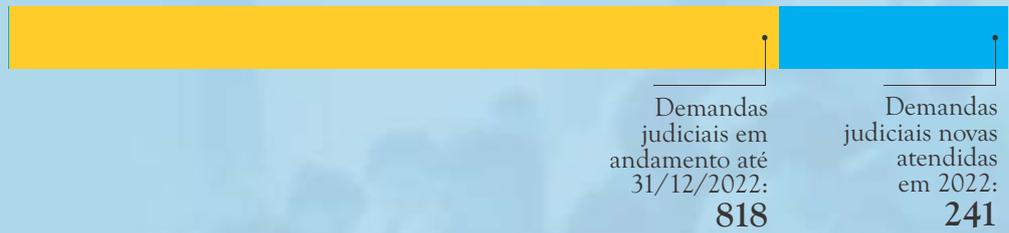


Orientações presenciais
nas dependências da
Divisão de Orientação
Sociojurídica:
1236

Orientações nos
projetos Cidadania/
CAC Itinerante pelos
municípios paraenses:
720



ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIAS SOCIOJURÍDICAS EM 2022



ENCAMINHAMENTOS PARA OBTENÇÃO DE ISENÇÕES DE 2ªs VIAS DE REGISTROS CIVIS DE NASCIMENTO E ÓBITO EM 2022



EMISSIONES DE CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL EM 2022



The background features a collage of images, including a building with a steeple and a crowd of people. The entire scene is overlaid with semi-transparent blue geometric shapes. The text is centered in a white serif font.

Departamento de Memorial Legislativo

O Departamento de Memorial do Legislativo é formado pela Divisão de Acervo Histórico, Informação e Publicação; Divisão de Educação Patrimonial e Acervo; e, também por 04 seções, sendo: de Museu, de Arquivo, de Biblioteca e de Pesquisa Histórica e Publicações.

O Departamento é agente propulsor do armazenamento de dados históricos do Poder Legislativo Estadual, de ações investigativas, de pesquisas e elaboração de textos, e de disponibilizar ao público informações pertinentes a Alepa, quais sejam do acervo do mesmo.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO:

No dia 4 de Fevereiro, recebemos a visita do aluno do 3º ano do Convênio do Colégio Alfa, Lucas Rocha Chaves Negrão, que veio conhecer o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Memorial.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

No dia 24 de Janeiro, o advogado Carlos Santos de Macedo, funcionário do Banco do Estado do Pará, entrou em contato com o Departamento de Memorial solicitando informações sobre os descontos previdenciários dos militares inativos, com base na Lei Federal de 2019, onde o STF suspendeu os referidos descontos.

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA PARA TCC:

Nos meses de março e abril, as alunas do curso de História da Universidade do Estado do Pará/UEPA, Elizabeth Oliveira Dias e Mariane Tavares Zibell, procuraram o Departamento de Memorial a fim de realizarem pesquisa para embasar seus Trabalhos de Conclusão de Curso-/TCC, com o tema: “A Relação entre Escravidão, Educação Feminina e Religião na Amazônia, entre os anos de 1850 a 1890”.

No mês de Junho, o estudante João Vitor Silva Ferreira, aluno do 8º semestre do curso de Física da Universidade do Estado do Pará/UEPA, procurou o Departamento de Memorial a fim de obter informações para subsidiar seu Trabalho de Conclusão de Curso?TCC, com o tema “O Eclipse Solar Anular de 1995 e a Criação do Planetário do Pará”, esse último, Projeto do ex-Deputado Nadir Neves.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CARTÓRIO MARÍTIMO:

No dia 28 de abril, o Departamento foi procurado para fornecer informações a respeito da Lei de Regulamentação do Cartório Marítimo.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EX-PARLAMENTAR:

No mês de Agosto, a Sra. Adriana, servidora da Assessoria Técnica da Alepa, solicitou ao Departamento de Memorial a biografia e fotografia do ex-Deputado e ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Abel Nunes de Figueiredo.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE EX-PARLAMENTARES:

No mês de Agosto, a Sra. Natália, jornalista da Alepa, solicitou ao Departamento de Memorial do Legislativo que fornecesse as biografias, fotografias e contatos telefônicos de familiares das cinco primeiras deputadas estaduais do Poder Legislativo Estadual.

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA - PERÍODO DA 1ª REPÚBLICA:

No mês de Junho/Julho, as Cientistas Políticas Cristina Buarque e Giuliana Parolelli, da Universidade de Abu Dabi, solicitaram através de ofício dados referentes ao período da 1ª República, tais como: nome de parlamentares, biografias, entre outros. A pesquisadora Mariana Ximenes, da Universidade Federal do Pará, filiada ao projeto de pesquisa, continuará o exame das Atas e outros documentos, para compilar junto com o material fornecido pelo Departamento.

PESQUISA PARA A EXPOSIÇÃO “A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O ESTADO DO PARÁ”:

No mês de setembro, o Departamento de Memorial organizou uma pesquisa, e a partir disso, a exposição intitulada “A Independência do Brasil e o Estado do Pará”, com foco especificamente na Adesão do Pará à independência do Brasil pela Província do Grão-Pará.

PARTICIPAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEMORIAL EM EVENTO CARTORAL:

No dia 09 de Setembro, no Hotel Princesa Louçã, foi realizado o Seminário Acadêmico Notarial/Etapa Pará, promovido pelo Colégio Notarial do Brasil/Conselho Federal, seccionais estaduais de São Paulo, do Pará e da Academia Notarial Brasileira, com diversas palestras proferidas por palestrantes do Pará e de outros Estados.

PESQUISA “DEPUTADOS DE TODOS OS TEMPOS”:

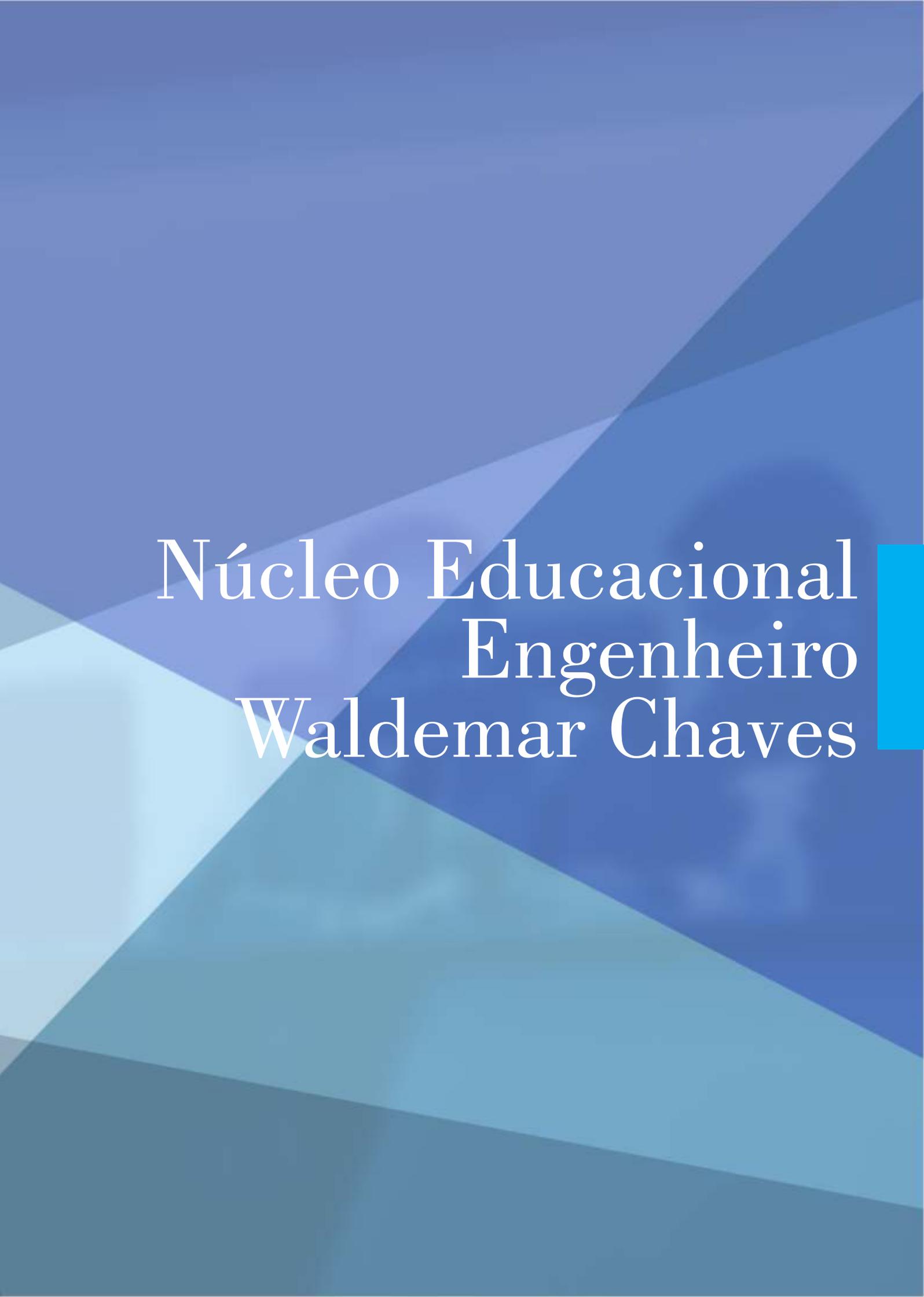
Nos meses de setembro, outubro e novembro, a equipe deu prosseguimento a pesquisa dos nomes de todos os Deputados, iniciada anteriormente a partir do ano de 1890 até a bancada atual.

RESTAURAÇÃO DE OBRA:

Foi realizado o restauro do Painel Artístico intitulado “Adesão do Pará à Independência”, que ao longo dos anos ficou exposto no hall de entrada do Palácio Cabanagem, atual sede do Poder Legislativo Estadual. A referida obra foi encomendada na década de 70 pelo então Presidente da Alepa, Deputado Gerson Peres, às artistas plásticas Anita Panzutti, natural de Alenquer, e Betti Santos, natural de Belém.

O DEPARTAMENTO DE MEMORIAL RECEBE A MEDALHA “PAULO FROTA”:

O Departamento de Memorial do Legislativo foi agraciado com a outorga da Medalha 'Paulo Frota', entregue à personalidades físicas e jurídicas que se destacaram nas ações, condutas ou atividades de promoção e defesa dos Direitos Humanos no Estado do Pará.



Núcleo Educacional
Engenheiro
Waldemar Chaves

As atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas na escola no decorrer do ano de 2022. A escola é composta por equipes Pedagógicas, administrativas e apoio que trabalham em conjunto para o melhor atendimento educacional aos nossos alunos. Nossa instituição trabalha com a faixa etária de crianças de 3, 4 e 5 anos no ciclo da educação infantil, nas séries de Maternal, Jardim I e Jardim II.

A educação infantil é o primeiro ciclo da Educação Básica, em que é fundamental o aprendizado e desenvolvimento da criança através de brincadeiras, ela está inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sendo um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, os quais a escola NEALEPA baseia o planejamento anual e diário, esses direitos são: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer.

Baseados nestes princípios construímos nosso planejamento e desenvolvemos nossas atividades do ano de 2022 trabalhados em 4 Bimestres (2 no primeiro semestre e 2 no segundo semestre), porém neste ano realizamos duas atividades avaliativas semestrais.





Assessoria de Imprensa e Divulgação/AID

A Alepa é a maior em número de seguidores nas redes sociais, entre os parlamentos estaduais da região Norte. É também uma das mais seguidas do Brasil. É a confirmação da importância exercida pela comunicação na relação entre os cidadãos e o Parlamento, principalmente quando falamos de internet.

A atual gestão busca a popularização das programações da TV Legislativa e da Rádio Web Alepa, bem como um incremento maior nos acessos ao Portal da Alepa e redes sociais oficiais, aumentando a audiência das sessões plenárias de votação, reuniões públicas, debates, entrevistas e programas jornalísticos.

De 300 seguidores para mais de 28 mil pessoas, em três anos, interagindo com a Assembleia Legislativa, por meio das principais redes sociais. Este é o resultado do trabalho desenvolvido na Assessoria de Imprensa e Divulgação da Alepa. O aumento é constante e em progressão geométrica. A cada novo seguidor conquistado, outros são atraídos para os perfis oficiais do Poder Legislativo, concretizando os princípios constitucionais de transparência e eficiência.

A internet é o principal campo de trabalho nessa estratégia de dar visibilidade ao que está sendo produzido no Poder Legislativo. Além do Portal, a AID é responsável pela TV Alepa, Rádio Alepa, relacionamento com a Imprensa externa e mídias digitais (Facebook, Instagram e Twitter).






3 milhões de
visualizações
no ano
(Instagram)




28,4 mil
seguidores
(Instagram)


8,8 mil
seguidores
(Facebook)


7,4 mil
seguidores
(Twitter)

PORTAL ALEPA

A Alepa tem investido cada vez mais na comunicação com a sociedade, para dar visibilidade ao que está sendo produzido no Poder Legislativo. O Portal da Alepa (alepa.pa.gov.br) é abastecido diariamente com matérias factuais sobre tudo o que acontece na Casa, além de seções especiais.

No biênio 2021 e 2022, 400.038 pessoas acessaram o Portal Alepa em busca de informações sobre o trabalho dos parlamentares e o que acontece no Legislativo paraense. Desses, 392.832 são novos usuários, que entram no portal pela primeira vez para acompanhar a cobertura jornalística. Em média, 16% dessas pessoas voltam a acessar o portal, como forma de se manter bem informados sobre os processos legislativos.

Nos últimos dois anos, o Portal Alepa atingiu 1.123.858 mil visualizações e esse número continua crescendo. E é assim, com informação, transparência e um trabalho estratégico de aproximação com o público que a Assessoria de Imprensa e Divulgação da Alepa vem fazendo a diferença.

MÍDIAS DIGITAIS (Facebook, Instagram, Twitter e YouTube)

O sucesso do portal como ferramenta de informação e transparência se repete nas redes sociais. A Alepa e os deputados dispõem de perfis no Facebook, Instagram e Twitter. O material produzido para as redes busca se aproximar do cotidiano dos paraenses, com visibilidade para as discussões parlamentares e projetos aprovados com uma linguagem próxima da população. Para isso, a equipe de comunicação trabalha com textos, fotos, vídeos, links, gifs, enquetes e várias outras ferramentas que geram participação, interação e engajamento de quem acessa as redes.

O perfil da Alepa no Instagram, por exemplo, passou de cerca de 300 seguidores para 27 mil. (crescimento de quase 30% em relação a 2021). Atualmente, o perfil possui 2.773 posts publicados e 25.3 mil seguidores. São feitas, em média, 600 novas publicações por mês; cerca de 7.200 publicações por ano, alcançando cerca de 216 mil contas durante 2022 – média de 18 mil contas por mês. Só neste ano, o perfil oficial no Instagram teve 2,4 milhões de visualizações nos posts publicados.

A comparação com outras Assembleias Legislativas coloca a Alepa em 3º lugar em número de visitantes, com 26,3 mil, atrás apenas de São Paulo (57,3 mil) e Rio de Janeiro (31 mil). A Alepa também segue entre as 10 Assembleias Legislativas mais seguidas, no Instagram, em todo o Brasil.

O Facebook, primeira rede social oficial criada em 2015 conta com 8,7 mil seguidores; a conta no Twitter já soma 6.866 seguidores, desde 2016 e o YouTube, o mais recente, conta com 3,82 mil inscritos no canal.

CROSSMEDIA

A integração entre as plataformas é uma conquista importante. Uma matéria publicada no Portal, tem podcast produzido e vídeo, convidando a acessar ao conteúdo, que é utilizado na TV, em listas de transmissão no whatsapp e nas redes sociais. Com isso, possibilitamos maior alcance da informação para cidadãos, não somente no Pará. O resultado é a transparência e o aumento da confiança no trabalho realizado na Alepa.

PORTALEPA

www.alepa.pa.gov.br

TV▶ALEPA

web | cabo | aberta

RÁDIO  **ALEPA**

101.5 FM e WEB
alepa.pa.gov.br/radioweb

TV ALEPA

Com um serviço de utilidade pública para toda a sociedade, a TV cumpre com o seu papel, uma vez que a comunicação feita através dela é essencial para que haja informação, apresentada por diferentes conteúdos, que se aperfeiçoam para a composição das informações para o público. É neste contexto que consideramos as atividades da TV Alepa, iniciadas ainda em 2008, com a transmissão pela internet e TV a Cabo das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes ocorridas na Casa, em parceria com as TVs legislativas do Senado e Câmara dos Deputados, em Brasília.

Com sete anos de atividades em sinal aberto e gratuito para toda região metropolitana de Belém, a TV Alepa consolida conquistas e avanços para além da capital, com transmissões ao vivo em rede nacional, transmissões de Sessões Itinerantes ocorridas em municípios do interior, parceria na exibição de produções oriundas de outros poderes e a criação de conteúdos especiais com interpretes de libras nas transmissões ao vivo das Sessões da Casa.

RÁDIO WEB ALEPA E ALEPA FM

A rádio web Alepa pode ser conectada através do “Portal Alepa” na página principal (alepa.pa.gov.br) e também, você poderá ter acesso às matérias produzidas em áudio (pelo link alepa.pa.gov.br/radioweb) onde qualquer pessoa pode fazer o download dos podcasts.

A grade de programação é intercalada com notícias locais e externas, com um playlist musical bastante variado (Regional, Nacional e Internacional) durante 24 horas diária. A comunicação com o ouvinte é fundamental, e para isso, a Rádio Web Alepa conta com um canal via WhatsApp para intermediar o diálogo com o ouvinte.

Prestação de Contas

PODER EXECUTIVO

ENTRADA	Nº PROC.	Nº PDL	REGIME	EMENTA	TRAMITAÇÃO	PARECER ALEPA	SITUAÇÃO
01/06/2016	03/2016	77/2018	Normal	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. SIMÃO ROBINSON OLIVEIRA JATENE, referente ao Exercício Financeiro 2015	Enviado ao DL em 01/06/2016. Parecer favorável da CFFO em 14/12/2018. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 18/12/2018	Contas aprovadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 23, de 18/12/2018, Publicado no DOE nº 33.765, de 21/12/018, pág. 99
31/05/2017	3686/2017	78/2018	Normal	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. SIMÃO ROBINSON OLIVEIRA JATENE, referente ao Exercício Financeiro 2016	Enviado ao DL em 31/05/2017. Parecer favorável da CFFO em 14/12/2018. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 18/12/2018	Contas aprovadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 24, de 18/12/2018, Publicado no DOE nº 33.765, de 21/12/018, pág. 99
30/05/2018	3546/2018	79/2018	Normal	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. SIMÃO ROBINSON OLIVEIRA JATENE, referente ao Exercício Financeiro 2017	Enviado ao DL em 31/05/2017. Parecer favorável da CFFO em 14/12/2018. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 18/12/2018	Contas aprovadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 25, de 18/12/2018, Publicado no DOE nº 33.765, de 21/12/2018, pág. 99
13/04/2019	7/2019	61/2019	Normal	Rejeita as Contas do Poder Executivo, referente ao Exercício Financeiro de 2017	Enviado ao DL em 27/09/2019. Parecer favorável da CFFO em 02/09/2020. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 06/10/2020	Contas rejeitadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 110, de 06/10/2020, Publicado no DOE nº 34.380, de 21/10/2020, pág. 70
26/08/2020	108/2020	133/2020	Normal	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. HELDER ZAHLUTH BARBALHO referente ao Exercício Financeiro 2019	Enviado ao DL em 02/09/2020. Parecer favorável da CFFO em 09/12/2020. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 15/12/2020	Contas aprovadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 114, de 15/12/2020, Publicado no DOE nº 34.458, de 13/01/2021, pág. 70

ENTRADA	Nº PROC.	Nº PDL	REGIME	EMENTA	TRAMITAÇÃO	PARECER ALEPA	SITUAÇÃO
09/08/2021	32/2021	37/2021	Normal	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. HELDER ZAHLUTH BARBALHO referente ao Exercício Financeiro 2020	Enviado ao DL em 18/08/2021. Parecer favorável da CFFO em 15/09/2021. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 16/11/2021	Contas aprovadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 35, de 16/11/2021, Publicado no DOE nº 34.772, de 22/11/2021, pág. 83
24/05/2022	07/2022	29/2022	Normal	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. HELDER ZAHLUTH BARBALHO referente ao Exercício Financeiro 2021	Enviado ao DL em 25/05/2022. Parecer favorável da CFFO em 08/08/2020. Aprovado até a REDAÇÃO no Plenário do dia 16/08/2022	Contas aprovadas	Promulgado Decreto Legislativo nº 20, de 16/08/2022, Publicado no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, pág. 104

OUTROS PODERES

ÓRGÃO	PERÍODO	FORMA	PREVISÃO LEGAL
Defensoria Pública do Estado	Maio	Sessão Pública	Art. 190, § 6º da Constituição Estadual
Ministério Público do Estado	1º Trimestre	Sessão Pública	Art. 179, § 3º da Constituição Estadual
Tribunal de Contas do Estado	Trimestral e anual		Art. 92, inciso XXVII e Art. 116, § 4º da Constituição Estadual
Tribunal de Contas dos Municípios	Trimestral		Art. 92, inciso XXVII da Constituição Estadual
Tribunal de Contas do Estado	Anual (apresentará em até 60 dias da abertura da Sessão Legislativa	Julgamento	Art. 92, inciso XXX e Art. 122 da Constituição Estadual. Artigos 269 e 270 do Regimento Interno da Alepa

The background features a collage of images including a building with a steeple, a person in a white coat, and a person in a blue uniform. The collage is overlaid with several semi-transparent blue geometric shapes. A solid red square is positioned to the right of the word 'Anexos'.

Anexos

História restaurada

O painel da Cabanagem, pintado por Benedito Melo em 1974 para a Alepa, foi completamente restaurado na atual gestão da Mesa Diretora, no biênio 2021-2022, presidida pelo deputado Chicão. “Cabanagem” é uma tela de 2x8 metros quadrados, feita em tinta acrílica, depois de estudos e pesquisas anteriores feitos e elaborados em desenho a nanquim e aquarela sobre papel do próprio autor.

O plenário Newton Miranda funcionou até 1998 no prédio original da Alepa. Com a inauguração do novo plenário, o nome “Newton Miranda” acompanhou a mudança para o novo e mais moderno espaço. No entanto, a tela “Cabanagem” ficou no antigo plenário, que passou a ser denominado auditório João Batista.

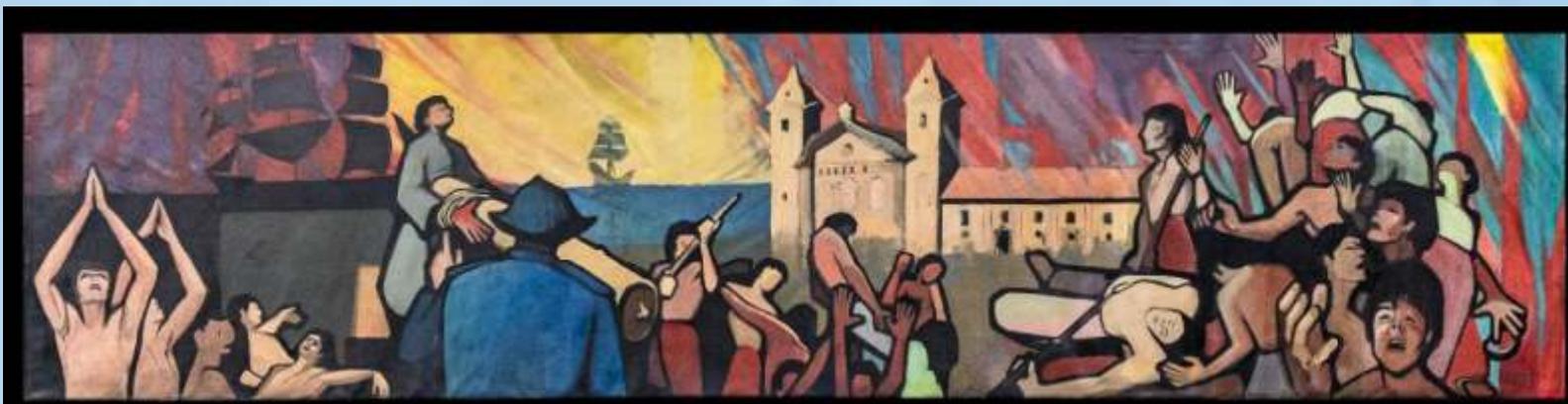
Em 2020, o quadro foi retirado do auditório João Batista, onde estava com um processo visível de deterioração, para ser restaurado, em trabalho coordenado pelo artista plástico Sérgio Mello, filho do autor da obra. O quadro tinha partes extremamente degradadas pelo tempo em que ele ficou no antigo espaço. Foram mais de 45 anos, período em que a obra sofreu muitas agressões. No meio dele, por exemplo, havia perfurações causadas pelos encostos das cadeiras. Os cantos também estavam danificados pela umidade e mofo, além da poeira acumulada por toda a tela.

Em agosto de 2021, o Painel da Cabanagem ganhou um novo espaço no plenário Newton Miranda, onde são realizadas as Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes e Especiais da ALEPA.

“Ao resgatar e colocar o quadro no plenário, a obra recebeu a devida importância à história da Cabanagem, que muita gente ainda não conhece”, expôs o presidente Chicão. Além de seu valor inestimável como obra de arte, a importância do painel também é simbólica para o Legislativo paraense, por dar nome ao prédio-sede - Palácio Cabanagem.

Para o presidente Chicão, o objetivo do restauro foi resgatar valores históricos do patrimônio contido no Poder Legislativo. Outros quadros estão sendo restaurados, como o quadro que conta a história do Ver-o-Peso. “O parlamento tem essa obrigação de fazer com que a população perceba sua história e identifique as pessoas que a construíram”.

A produção do painel foi uma solicitação feita pelo deputado Gerson Peres (ARENA), então presidente do Poder Legislativo Estadual, ao pintor Benedito Mello, que a definiu como “a Belém Cabana, a cidade que pegou fogo”.





Revitalização da Sede

136

“

A valorização e a preservação da história da Assembleia Legislativa são imprescindíveis e por isso, pensamos no projeto de revitalização desse espaço.

”

Francisco Melo
(Chicão)



Prédio revitalizado e acessível

Localizado na rua do Aveiro, anexo ao Palácio da Cabanagem, o Casarão é referência histórica para o Estado e ocupa um ponto considerado privilegiado, no bairro da Cidade Velha.

Desde 1918, o imóvel pertencia ao casal Maria Carvalho Menezes e José Haroldo dos Santos Menezes. Hoje sede da presidência do Poder Legislativo Estadual, o Casarão foi construído no século XIX e possui traços arquitetônicos neoclássicos, com detalhes feitos à mão – é o caso dos tetos do Salão Nobre e Sala da Presidência, que ganharam revitalização e ambientação nos espaços internos.

A revitalização inclui pintura nos tetos, e os detalhes à mão, uma espécie de pergaminho produzido pelo artista da época, tomaram vida nova na cor branco neve, para valorizar a beleza do espaço. O piso teve preservado o amadeirado que existia, e a mobília, para misturar o estilo neoclássico com uma decoração mais moderna, agora conta com poltronas clássicas e tapetes.

Além da preocupação com a valorização do potencial arquitetônico do prédio, a preservação da memória e história do Legislativo Estadual fez parte do eixo de direcionamento do projeto de revitalização. Como demonstração disso, foi instalada uma obra de arte, no Salão Nobre, que retrata a Primeira Assembleia Constituinte de 1893: no centro, Paes de Carvalho, presidente constituinte à época, ladeado pelo barão de Marajó, José Coelho da Gama Abreu e do barão de Tapajós, Miguel Pinto Guimarães.

Na Sala da Presidência existem obras de arte que destacam o Ver-o-Peso e a Praça Batista Campos. Salão nobre, banheiros, corredores, escadarias, janelões e lustres também são outros espaços que conferem beleza ao local. Responsável pela concepção do projeto, a arquiteta Sônia Soares e diretora do Departamento Administrativo no Parlamento Paraense, enfatiza que a presença das obras no novo desenho da Casa foi para ressaltar a beleza e a história do Casarão.

Importante dizer que conforto, acessibilidade e garantia de direitos são palavras-chave que norteiam o projeto de revitalização, que inclui, ainda, a reestruturação dos espaços internos, como departamentos e gabinetes, proporcionando modernização e melhores condições de trabalho. Vale ressaltar que as obras no local atendem às normas de preservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por se tratar de um patrimônio histórico.

Acessibilidade

Entre as principais adequações, àquelas que proporcionaram acessibilidade às Pessoas com Deficiência (PcD): banheiros, com instalações de barras de apoio, portas de acesso com condições ideais, lavatórios acessíveis, pisos com acabamentos naturais, áreas internas de giro e manobra em dimensões de 1.50m.

Todo o projeto seguiu recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – a NBR 9050.

Para garantir a locomoção e acessibilidade, previstas na Lei 13.146/2016, que determina a remoção de barreiras e obstáculos em vias, espaços públicos e edificações, a Casa de Leis agora tem elevadores para facilitar o acesso de cadeirantes, de idosos ou de pessoas com mobilidade reduzida.

Reconhecimento



138

“A arquiteta Sonia Soares chegou a nos dizer que o caso em que o prédio se encontrava era considerado clínico, e demandava urgência não só de atenção estrutural, mas de valorização.”

As reformas e adequações realizadas pela presidência da Alepa repercutiram positivamente entre os deputados.

O deputado Júnior Hage destacou a importância das obras para os trabalhos dos servidores. Martinho Carmona agradeceu as obras que foram realizadas em seu gabinete, depois de décadas sem receber os serviços de melhoramento na infraestrutura. Para a deputada Dilvanda Faro, as obras valorizaram a Alepa, deixando o local mais bonito e acolhedor para o atendimento aos cidadãos. Já a deputada Cilene Couto, comentou sobre a reforma no Plenário Newton Miranda e considerou o trabalho feito excelente e em tempo recorde.

O deputado Júnior Hage lembrou que o Plenário agora conta com uma obra que é patrimônio do Poder Legislativo, referindo-se ao quadro de Benedito Mello que retrata a Cabanagem. Antes, o quadro ficava no auditório João Batista.



Salas e galeria de honra

O projeto de revitalização garantiu a ampliação da galeria de honra, que recebeu sistema de ar refrigerado moderno, som integrado e assentos novos, para maior conforto dos cidadãos que acompanham presencialmente as sessões plenárias. Duas novas salas vips para reuniões foram implementadas, com portas retráteis que possibilitam otimização dos espaços, sendo possível dividir ou integrar as duas salas.

A famosa Sala Vip foi ampliada para proporcionar bem-estar aos visitantes, com sistema de TV e som integrado, para que os deputados possam acompanhar as sessões diretamente do espaço, enquanto recebem convidados. Também foi construído um espaço de convivência para servidores e parlamentares que, com um pequeno jardim e outros recursos, busca tornar o local de trabalho mais harmônico e agradável.

Outro ganho para um melhor aproveitamento do espaço público e gasto consciente de recursos é a substituição de lâmpadas fluorescentes por leds, que além da economia possuem maior durabilidade; além da substituição de equipamentos do sistema de abastecimento de água e da subestação de energia.



Valorização do servidor

LIDERANÇAS DOS SERVIDORES RECONHECEM ESFORÇO, SENSIBILIDADE E DIÁLOGO DO PRESIDENTE CHICÃO E DA MESA DIRETORA

140

Gestão administrativa que permite acesso ao presidente e aos demais integrantes da Mesa Diretora, e que realiza reuniões conjuntas e conversas bilaterais com as lideranças sindicais representativas dos servidores do Poder Legislativo do Estado do Pará, tem sido a tônica da atual administração, presidida pelo deputado Chicão, iniciada em fevereiro de 2021.

“Um dos pontos mais fortes que a gente tem tido com a atual Mesa Diretora é o acesso para discutir as questões dos servidores da casa. Nesta gestão, temos mais diálogo, somos recebidos e ouvidos como lideranças representativas nas demandas individuais e coletivas”, destacou Ivan Correa, presidente do Sindicato dos Servidores da Alepa - Sindalepa.

“Essa gestão é compartilhada”, avaliou Luiz Damasceno, mais conhecido como Feijão, servidor da Casa desde 1984 e diretor da Associação dos Servidores do Nível Médio da Alepa - Asenime. Ele considera como importante os três encontros ocorridos com as entidades envolvendo os diretores do Sindicato, da Associação e da dos Servidores do Nível Médio.

“Foi uma evolução de mil por cento em relação aos anteriores, porque o presidente, como mandatário, reconheceu os direitos e deveres dos servidores e os colocou em prática”, avaliou Pedro Paz, presidente da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Asalp.

A reposição salarial na Alepa na atual gestão foi em média, de 20% para os efetivos e comissionados, e os de nível médio, de forma específica, receberam 30%. Já o valor do Vale Refeição foi reajustado em torno de 35%.

Para o Ivan, do Sindalepa, o presidente Chicão foi muito sensível nas negociações sobre a reposição salarial nos três níveis de servidores, os efetivos, comissionados e os contratados.

“Foi a gestão que mais repôs perdas com a inflação no salário dos funcionários”, disse. “Em relação a questão salarial, há décadas não tínhamos um reajuste tão significativo, histórico até”, considerou Feijão, da Asenime.

Para o reajuste do Vale Alimentação em quase 35%, o deputado levou em consideração o estudo feito pelo DIEESE a pedido do Sindalepa, que observou o valor da cesta básica, sendo uma das mais caras do Brasil. Em contrapartida, foram canceladas as concessões de alimentação aos diversos setores e gabinetes, medida que possibilitou reduzir despesas e economizar os recursos do Legislativo.

“Trouxemos o estudo e ele nem questionou, pediu um tempo para estudar com a equipe dele e concedeu o aumento do vale. Esse tipo de relação colabora em muito para o bom relacionamento”, avaliou Ivan Correa.

Entre outras ações, os líderes puderam observar o esforço da Mesa Diretora em relação às reformas estruturais do prédio atual da sede da Alepa. “Ficamos surpreendidos com as iniciativas voltadas para a melhoria da estrutura e da infraestrutura do Poder Legislativo”, disse Feijão.

Para Correa, do Sindalepa, a reforma o Poder Legislativo irá melhorar a qualidade do atendimento e bem-estar dos servidores para o seu trabalho diário.

Foram destacados ainda, o tratamento de questões individuais dos servidores que tiveram uma grande agilidade nos processos de enquadramento funcional, de aposentadoria, abono permanência, férias, 13º salário, titulação, pecúlios, entre outros.

“Havia casos de processos que tinham mais de cinco anos de espera. Hoje, não tem processo que não receba uma resposta”, disse Paz. “O presidente Chicão praticamente zerou essas demandas individuais”, reconheceu o presidente do sindicato.

As negociações sobre reposição de outras perdas salariais e a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCR) estão sendo analisadas e debatidas com a Mesa Diretora, segundo as direções representativas, com uma abordagem técnica, equilibrada e parceira.

“

Na busca por economicidade, agilidade, transparência e responsabilidade com o meio ambiente, os deputados aprovaram o Decreto Legislativo nº 26/2022, que torna a publicação do Diário Oficial do Poder Legislativo exclusivamente digital.

”



Diário Oficial da Alepa passou a ser exclusivamente digital

O Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - DOAL existe há 36 anos e é destinado a publicação de todos os Atos do Poder Legislativo, inclusive Atas das Sessões Legislativas, Ordens de Serviços, Extratos, Decretos, Portarias, etc. Em 2022, o DOAL, que é um diário semanal, passou a ter maior regularidade nas suas postagens. Neste ano, foram publicadas todas as edições que foram programadas no calendário elaborado pela Seção do Diário Oficial da ALEPA, totalizando 40 edições.

Além disso, em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, mais especificamente o objetivo de Nº 11 (“Cidades e Comunidades Sustentáveis”), o DOAL foi reformulado, deixando de ser impresso e se tornando 100% digital - o que foi devidamente regulamentado pelo Decreto Legislativo nº 23/2022. Importante mencionar que além de digital, hoje o diário da ALEPA é praticamente todo virtual também, uma vez que os setores encaminham por e-mail os documentos a serem publicados, facilitando a sua conferência - com exceção do Departamento de Gestão de Pessoal (DGP) que, em virtude da demora para coletar as assinaturas da Mesa Diretora, ainda envia os documentos fisicamente. Nesse sentido, outra ação de planejamento que auxiliou muito na otimização do trabalho foi a criação de um e-mail próprio do Diário, facilitando o trabalho interno dos setores responsáveis.

Ademais, houve também a criação de um novo layout do DOAL, elaborado pela Assessoria de Imprensa e Divulgação em consonância com as Seções de Diagramação e Diário Oficial e a Secretaria Legislativa.

EXPEDIENTE

Este relatório é uma publicação da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

COORDENAÇÃO:

SECRETÁRIA LEGISLATIVA: Rebecca Hesketh

CHEFE DE GABINETE: Jacqueline Sabbá

TÉCNICA LEGISLATIVA: Rossanna Nony Sá Failache

ANALISTA LEGISLATIVO: João Carlos Carvalho de Brito

ASSESSORA ESPECIAL: Lecticia Marchetto

ASSESSORA ESPECIAL: Estephany Nogueira

ESTAGIÁRIA: Janainna Monteiro

COLABORAÇÃO:

GABINETE DA PRESIDÊNCIA: Reginaldo Marques Pereira

GABINETE CIVIL: Cassiana Cardoso de Almeida

PROCURADORIA GERAL: Justiniano Alves Junior

PROCURADORIA DA MULHER: Deputada Professora Nilse

OUVIDORIA GERAL: Deputado Raimundo Santos

COMISSÕES PERMANENTES:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO/CPI DA VALE S.A.: Deputado Eraldo Pimenta

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO: Jarbas Pinto de Souza Porto

DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR SOCIAL: Karla Alice Soriano de Mello Lobato

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Marcio Pereira de Sousa

DEPARTAMENTO DE MEMORIAL DO LEGISLATIVO: Paulo Sérgio Torres Lourenço

ESCOLA DO LEGISLATIVO: Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo

NÚCLEO EDUCACIONAL ENGº WALDEMAR CHAVES: Iza Fernandes Sarubi

PROJETO GRÁFICO:

ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO: Alda Conceição Dantas Tocantins

AGENTE PARLAMENTAR: Jackson Santos Coelho

www.alepa.pa.gov.br



alepaoficial



alepa.oficial



Alepa_com



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
★
ESTADO DO PARÁ

#agentefazvalersuavoz